

DEZEMBRO/2005 ■ JANEIRO/2006 N°82 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

MARXISMO

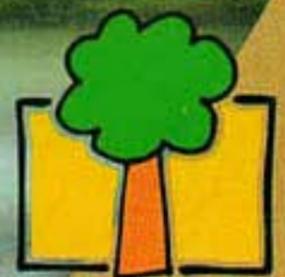
Mil vezes proclamado morto, ele continua a pulsar no debate de idéias e no movimento revolucionário

Domenico Losurdo
Eric Hobsbawm
Dermeval Saviani

José Carlos Braga
Renato Rabelo
A. Sérgio Barroso



Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



ACRE
governo da floresta

**Investimentos Potenciais
Acre e Região**

www.ac.gov.br

O maior filósofo de nosso tempo

Enquete realizada em 2005, via internet, pela BBC de Londres conferiu a Karl Marx o título de “o maior filósofo de nosso tempo”. Marx “concorreu” com grandes nomes conhecidos do público e ficou em primeiro lugar com 27,93% (Hume ficou em segundo e Wittgenstein em terceiro).

Este é apenas um singelo grão na montanha de evidências do que disse Frederick Engels em 17 de março de 1883 ao pé do túmulo de Marx: “Seu nome viverá através dos séculos, e com ele a sua obra!”.

Nessa mesma homenagem, Engels assinala que não houve um campo sequer do conhecimento em que Marx não tenha realizado pesquisas, e por onde seu cérebro passou deixou contribuições originais.

Todavia Engels destaca haver entre a numerosa vastidão de descobertas e aportes teóricos que alçaram o nome de Marx ao topo da história da ciência duas que por si só bastam para simbolizar o legado marxiano.

A primeira, diz ele: assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza Marx descobriu a lei do desenvolvimento humano. Marx demonstrou que desde que a sociedade se dividiu em classes o “motor” da história é a luta de classes e que a essência dos confrontos políticos e sociais travados por essas classes é a conquista e o controle do poder político. Antes, argumenta Engels, todas as transformações históricas eram explicadas pelas mudanças ocorridas nas idéias dos homens. “Não se perguntava, diz ele, de onde vinham aos homens as idéias ou as causas motrizes das transformações políticas”. Por isso, a elaboração de Marx é tida como uma verdadeira revolução na concepção da história universal.

A segunda descoberta refere-se, digamos, à solução “definitiva” do enigma da exploração capitalista: a **mais-valia**. E com ela se dá um corte epistemológico na esfera da economia política. Sobretudo em *O Capital* Marx sistematiza as leis que regem a dinâmica do capitalismo.

Ainda nas palavras de Engels, por mais que Marx tenha sido homem de ciência não constituía, contudo, “por muito que fosse, a metade do homem”. Pois para ele, “a ciência era uma força histórica motriz, uma força revolucionária”. E narra o prazer que Marx sentia por conhecer as descobertas que teriam impacto na indústria e no desenvolvimento em geral.

Ao concluir sua homenagem, Engels explica por que Marx “foi o homem mais odiado e caluniado de seu tempo” tanto pelos conservadores quanto pelos ultrademocratas. Isso se deu – explica – porque, “antes de tudo”, Marx era um revolucionário. Às últimas conseqüências ele levou à prática seu pensamento de que não basta interpretar o mundo, mas transformá-lo. Marx, além de elaborar as bases teóricas do movimento transformador foi também infatigável na esfera da ação política concreta à medida que se dedicou à luta e organização dos trabalhadores.

Tendo como marco a publicação de o *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, o marxismo tem se projetado pelos séculos como uma efetiva força-motriz do processo revolucionário mundial em todos os seus âmbitos. O século XX, por exemplo, foi marcado por revoluções, inspiradas e orientadas por seus ideais, que inauguraram o início da jornada de construção do socialismo no mundo. A derrota da experiência soviética levou os ideólogos do capitalismo a proclamarem a caducidade do marxismo e a inviabilidade histórica do socialismo e do comunismo.

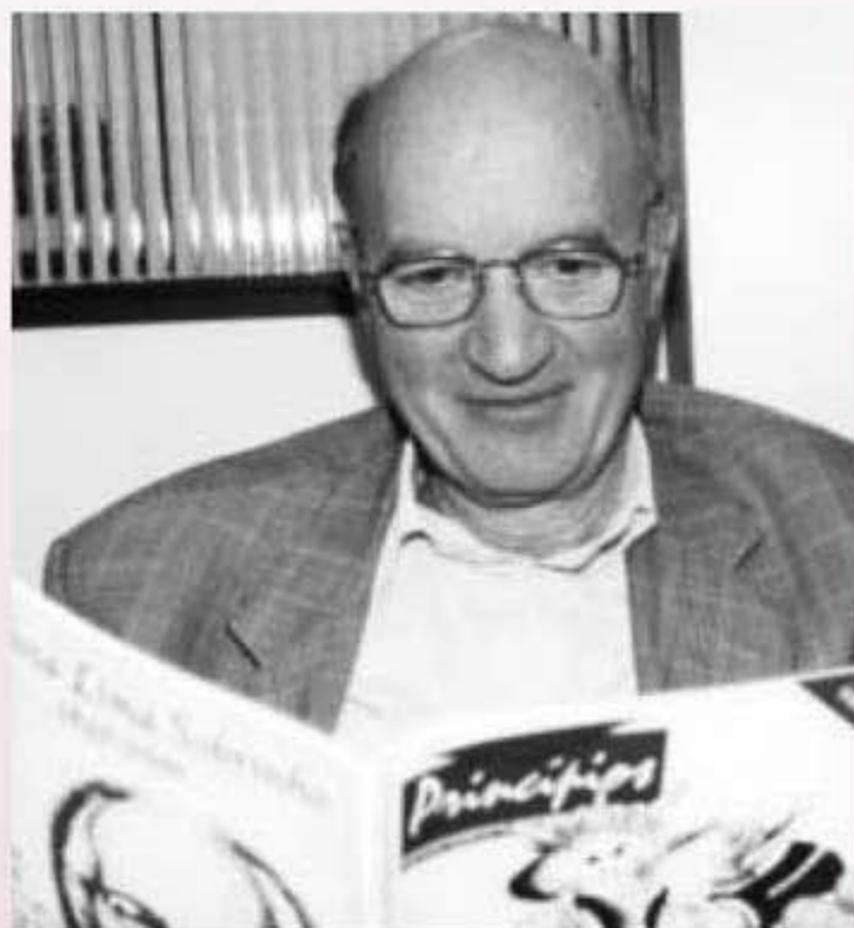
Tal veredito – a exemplo de outras inúmeras sentenças de morte a que foi condenado o marxismo – revelou-se, entretanto, apenas um mero desejo dos opressores. No início do século XXI o mundo vive – em decorrências dos paradoxos e crises do capitalismo – sob o signo de uma nova onda de luta pelo socialismo. O marxismo continua vivo na produção científica, em correntes estéticas da cultura, e pulsante na ação revolucionária dos trabalhadores e povos.

Desenvolvê-lo e enriquecê-lo para que ele esteja à altura dos problemas do processo revolucionário de nosso tempo é um dos maiores desafios do movimento transformador na atualidade.

Os editores

Índice

CAPA



“A história do marxismo é a história universal”
Entrevista com Domenico Losurdo **6**

“Não percamos de vista o grandioso ideal socialista”
Renato Rabelo **14**

Em defesa da história
Eric Hobsbawm **22**

De Hegel a Marx
José Carlos Ruy **25**

Marxismo, história e revolução burguesa
Augusto Buonicore **31**

Marxismo e educação
Dermeval Saviani **37**

Considerações gerais sobre o marxismo e a Ásia
Elias Jabbour **46**

A dessacralização do Estado por Marx
Silvio Costa **51**

“Marx previu: o capital abriria contradições agudas”
Entrevista com José Carlos de Souza Braga **57**

A determinação histórica e ideológica de *O Capital* (parte I)
A. Sérgio Barroso **60**



INTERNACIONAL

Desafios do movimento comunista
José Reinaldo Carvalho..... **64**

De Bamako a Caracas o mundo se une
Ana Maria Prestes Rabelo..... **68**

“Luzes e sombras” na América Latina..... **73**
Haroldo Lima



BRASIL

A criação do pequeno produtor de petróleo e gás natural no Brasil
Newton Reis Monteiro..... **77**

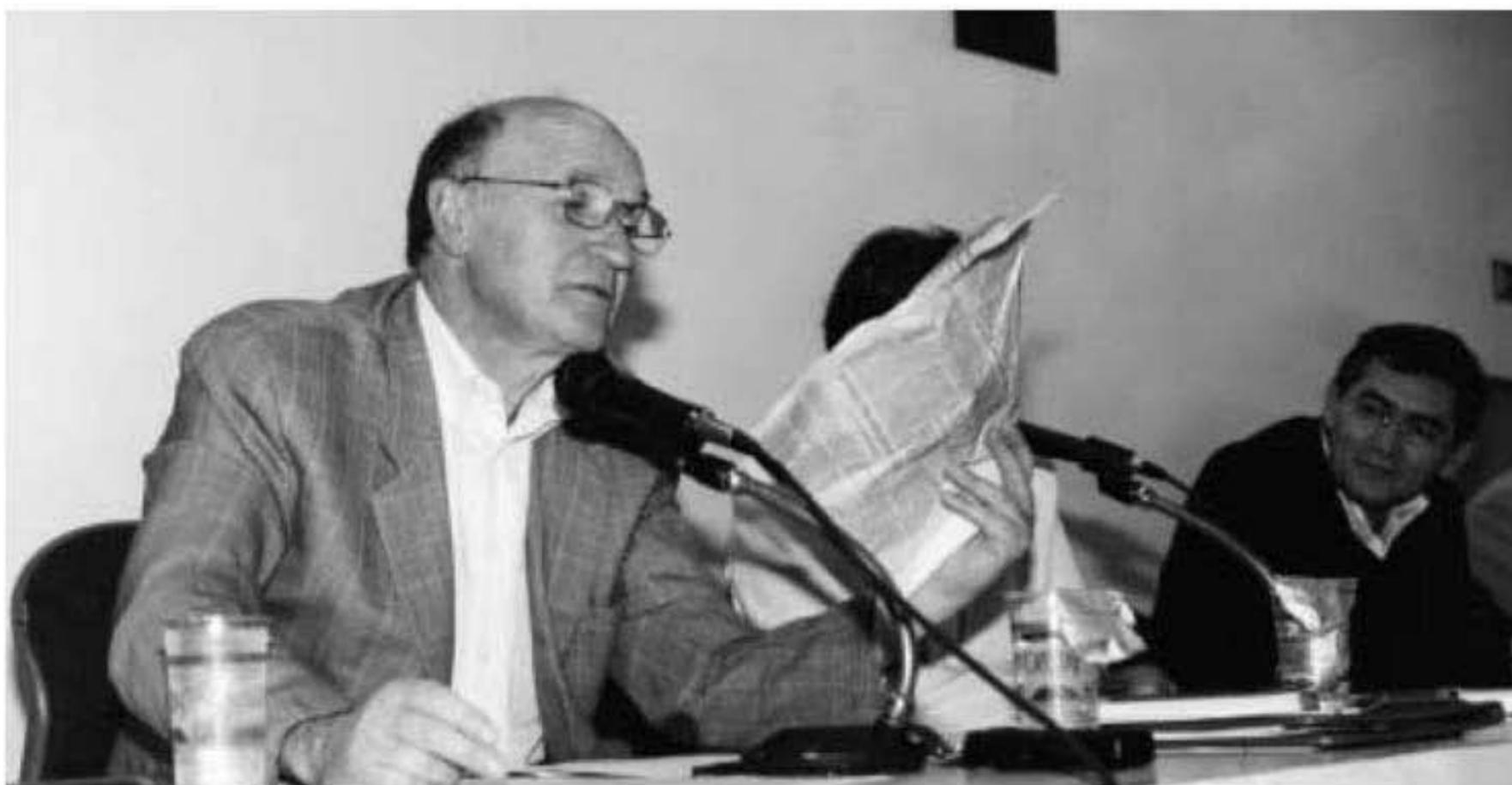
Capa: Flávio Nigro

Entrevista com Domenico Losurdo

“A história do marxismo é a história universal”

COMISSÃO EDITORIAL

Domenico Losurdo, filósofo italiano e diretor do Instituto de Filosofia e Pedagogia da Universidade de Urbino (Itália), autor de obras de reputação como *Fuga da História?*; *Hegel e a tradição liberal*; e *Bonapartismo e Democracia*, esteve em São Paulo no mês de novembro para uma conferência promovida pelo Cemarx (Unicamp) e pelo Instituto Maurício Grabois intitulada “O socialismo no século XXI”. Sobrou tempo para uma longa conversa com a Comissão Editorial de *Princípios*, na qual ele expôs com clareza suas opiniões sobre a atualidade do marxismo e a edificação do projeto socialista



Domenico Losurdo em São Paulo

Você afirmou que Marx é o pensador que mais decididamente criticou a filosofia do retorno. Mas, após a derrota das experiências socialistas na URSS e no Leste europeu, houve na Europa e em outras partes do mundo uma tentativa de volta a Marx – o Marx puro, das origens – sem a contaminação das experiências socialistas do século XX. Isso é possível?

Domenico Losurdo – Acredito que seja errado invocar o retorno a Marx, procurando cancelar a experiência histórica do marxismo. O próprio Marx desenvolveu a sua teoria medindo-se e confrontando-se com o seu tempo histórico. Evidentemente, depois da revolução de 1848 e, sobretudo, depois da experiência da Comuna de Paris Marx refletiu do ponto de vista teórico e introduziu importantes inovações teóricas. Querer separar Marx do movimento histórico que se inspirou nele significa justamente renegar Marx. Portanto devemos estudá-lo tendo presentes todas as experiências históricas do movimento, desde a Revolução de Outubro às grandes revoluções anticoloniais que se desenvolveram no mundo todo e a toda experiência histórica do movimento comunista. Não devemos apenas ter presente Marx, mas evidentemente Lênin e outras importantes personalidades

políticas que ao mesmo tempo são importantes personalidades teóricas.

O pensamento de Marx e de Engels se caracteriza por dois pontos absolutamente peculiares. Ele contribuiu de modo decisivo nos últimos 150 anos de história universal: a história do marxismo é ao mesmo tempo a história universal. A segunda característica absolutamente peculiar é que o marxismo é a única tradição de pensamento que produziu grandes personalidades políticas que são ao mesmo tempo grandes personalidades teóricas. Até quem é distante do movimento comunista deve saber – só para dar alguns exemplos – que Lênin é ao mesmo tempo um grande estadista, mas também um autor muito interessante do ponto de vista teórico. Da mesma forma, Gramsci foi uma grande personalidade política, um dirigente de primeiríssima linha do Partido Comunista – exatamente por isso o fascismo o fez morrer no cárcere – mas é uma das grandes personalidades teóricas do século XX. Podemos fazer análogas considerações em relação a Mao Tsetung e também a outras personalidades.

Portanto, não podemos compreender Marx sem termos presente um gigantesco movimento histórico que se realizou a partir dele.

O que você acha da distinção entre marxismo so-

viético e ocidental defendida por Perry Anderson? O que isso tem a ver com o longo processo de crise do socialismo na URSS e no Leste europeu?

Domenico Losurdo – No meu livro sobre Gramsci critiquei a distinção, ou contraposição, entre marxismo ocidental e marxismo oriental. Coloquei esta pergunta: Lênin entra no marxismo ocidental ou no marxismo oriental? Certo, ele foi um grande dirigente revolucionário russo e, portanto, deste ponto de vista não faz parte da Europa ocidental propriamente dita, mas viveu durante longo tempo no Ocidente e, sobretudo, se formou com base em dois grandes autores ocidentais: Engels e Marx.

Contudo, toda grande personalidade teórica ocidental não pode ignorar os grandes movimentos de emancipação de povos colonizados que se manifestaram, sobretudo no Oriente. Essa contraposição entre marxismo ocidental e marxismo oriental corre o risco em certa medida de ser uma expressão da mentalidade do Ocidente liberal capitalista que tende a se considerar como o lugar mais alto da cultura ocidental.

Com todas as mudanças ocorridas no século XX e início do século XXI o que tem de atual na produção teórica de Marx? Ele continua sendo, como afirmou Lênin, um guia para ação?

Domenico Losurdo – A atualidade de muitas análises de Marx e dos autores que nele se inspiraram já começa a ser reconhecida também pelo mundo burguês. Darei um exemplo em particular. Depois da acentuada agressividade dos Estados Unidos inúmeros autores muito distantes do movimento comunista começaram a reutilizar a categoria imperialismo. Naturalmente a categoria imperialismo não foi inventada por Lênin, mas certamente ele ajudou a difundir amplamente. Todavia, em relação ao processo de globalização, autores burgueses de primeiríssimo plano tiveram de reconhecer que o primeiro grande intérprete desse processo de globalização foi Karl Marx – basta ler o *Manifesto do Partido Comunista*, onde se encontra uma brilhante análise do processo de globalização. Poderíamos continuar, posso dar outro exemplo. Estudiosos norte-americanos importantes disseram que com Bush filho os Estados Unidos perderam muito de seu *soft power*

. Inúmeros estudiosos também disseram que essa categoria de poder suave, em última análise, é uma espécie de tradução para o inglês da categoria gramsciana de hegemonia.

Você afirmou que teria havido uma crise da teoria revolucionária dentre outros fatores pelo fato de o movimento comunista internacional ter tido apenas uma teoria para a tomada do poder e não para a construção de uma sociedade pós-capitalista. A teoria não deu conta do complexo processo de transição socialista?

Domenico Losurdo – Entende-se bem que num primeiro momento o movimento comunista pensou que as tarefas sucessivas à conquista do poder seriam breves e prazerosas. Hoje é mais evidente que o processo de construção de uma sociedade pós-capitalista é mais cansativo e mais longo. Podemos citar Gramsci que diz que a passagem para uma sociedade regulada – expressão que ele usa na prisão para falar de comunismo – durará séculos.

Para mim, não se trata somente do fato de que desde o início o movimento comunista teve de enfrentar condições terríveis do cerco do capitalismo-imperialismo. Trata-se também de uma outra questão. O *Manifesto do Partido Comunista* sublinha o fato de que o proletariado quando chegar ao poder deve empenhar-se ao máximo no esforço do desenvolvimento das forças produtivas e deve empenhar-se a introduzir as indústrias modernas que – diz ainda o *Manifesto* – é uma questão de vida ou de morte. Mas naturalmente a introdução dessas indústrias tecnologicamente avançadas não depende apenas do esforço subjetivo do Partido Comunista que chega ao poder, depende também das circunstâncias objetivas. Por exemplo, o imperialismo procurou estrangular a URSS do ponto de vista tecnológico e procura fazê-lo também hoje contra a China. Esse é um aspecto que muitas vezes é ignorado. Mas esse aspecto continua presente. Claro, o desenvolvimento das forças produtivas na China foi freado pelo embargo tecnológico imperialista.

Portanto, temos um freio nos processos de construção socialista, além de erros subjetivos que não podemos esquecer. Se nós imaginarmos uma sociedade socialista como uma sociedade em que rapida-

mente desaparecem o Estado, a organização jurídica da sociedade e o mercado obviamente não seremos capazes de nos empenhar no desenvolvimento da sociedade socialista. Por exemplo, se nós partirmos do pressuposto de que o Estado é destinado a desaparecer, a se diluir, não podemos nos empenhar na construção de uma democracia socialista. Porque também a democracia é uma forma de Estado. Logo após a revolução bolchevista muitos foram influenciados pelo anarquismo e disseram que a idéia de Constituição é uma idéia burguesa. Outros chegaram até mesmo a afirmar que o direito é o ópio dos povos. Claro, isso freou o processo de construção no plano jurídico de uma nova sociedade socialista.

Um dos grandes méritos históricos de Deng Xiaoping é de ter sublinhado a necessidade de introduzir o governo da lei também na sociedade socialista. Mesmo que esse próprio processo obviamente seja cansativo e contraditório.

Você se rebelou quanto ao uso do conceito de implosão (ou colapso) das experiências socialistas e prefere falar em derrota. Isso reforçaria o papel exercido pela pressão imperialista sobre os países socialistas ao longo do século passado? Como se deu essa pressão e quais as conseqüências?

Domenico Losurdo – Continuo a dizer que depois do triunfo dos Estados Unidos no Ocidente ao longo da guerra fria houve uma verdadeira “Hiroshima ideológica”. Houve muitos comunistas que passaram tranquilamente para o lado adversário. Até mesmo aqueles que continuaram a se definir como comunistas, na realidade, quiseram ficar distantes do movimento comunista do século XX. Naturalmente este processo foi favorecido pelo imperialismo; contudo, essa atitude é totalmente errada.

Você é um crítico do que chamou “autofagia comunista”, um processo de capitulação e renúncia da própria identidade comunista. Em sua análise tal processo se expressa nas opiniões de uma corrente de esquerda italiana e européia sobre a China. Por favor, fale um pouco sobre isso.

Domenico Losurdo – Tenho a impressão de que essa “esquerda” em certo sentido parece querer

dar razão à caricatura feita pela burguesia e o imperialismo em geral dos movimentos comunistas. Por exemplo, para a burguesia e o imperialismo os comunistas não se interessam pelas condições concretas de vida do povo e vão atrás apenas das idéias abstratas. Naturalmente, essas acusações são falsas com relação ao movimento comunista em seu conjunto. Mas, essas acusações parecem descrever o comportamento de uma certa “esquerda”.

De fato, na China nas últimas décadas centenas de milhares de pessoas saíram do subdesenvolvimento e superaram o problema da fome. Tudo isso não interessa a uma certa “esquerda”. Assistimos a um processo histórico sem precedentes. Um país que reúne mais de um quinto da população mundial está saindo do subdesenvolvimento. E não só no sentido de que está resolvendo o problema da alimentação e do vestiário dessa população, mas também de que está tendo um grande desenvolvimento tecnológico. Segundo os jornais burgueses, a China está adquirindo grande relevo do ponto de vista tecnológica. De fato atualmente ela está colocando em discussão o monopólio ocidental da tecnologia. Em certo sentido digo que a atual experiência chinesa está colocando em discussão a mãe de todas as desigualdades. Porque a desigualdade principal é aquela pela qual um grupo restrito de nações possui o monopólio da tecnologia e, portanto, pode impedir a modernização dos países que se colocam contra o imperialismo. Naturalmente para atacar a China são ditas coisas muito fantasiosas. Por exemplo, insistem na diferença, com razão, entre as regiões costeiras e as regiões do interior.

Mas, quem tem o mínimo de familiaridade com o materialismo histórico sabe que a geografia tem um papel importante. Evidentemente as regiões que se encontram no litoral têm condições mais vantajosas. E não só isso, elas estão próximas a países já desenvolvidos com os quais é possível desenvolver um relacionamento de comércio muito intenso. Bem diferente é a situação das regiões do interior do país, sobretudo as do Oeste. Antes de 1991 os países da Ásia Central que faziam parte da URSS eram os mais desenvolvidos e exerciam uma força de atração sobre as regiões ocidentais da China. Hoje a situação se inverteu. As regiões do Oeste da China são as mais desenvolvidas e exercem uma força de atração naqueles países da Ásia Central. Isso demonstra que também

as regiões do Oeste estão se desenvolvendo, apesar de o desenvolvimento das regiões do interior ser mais rápido. Contudo, o governo chinês está consciente desse problema e lançou uma campanha e estão em curso colossais investimentos nessa região. Os esforços continuarão, mas tudo leva a crer que existirão resultados. Contudo, desde o início Deng Xiaoping lançou a palavra de ordem, segundo a qual, alguns se tornarão ricos antes, outros, em seguida. Mas o fato de alguns se tornarem ricos antes não significa aprovar a desigualdade. Pelo contrário, justamente as regiões mais desenvolvidas podem exercer um papel importante e acelerar o processo de desenvolvimento do Oeste.

Não se trata, como se diz, de palavras ideológicas.

Um dos maiores problemas da China nos primeiros tempos da política de abertura é que muitos de seus intelectuais que foram ao Ocidente, sobretudo aos Estados Unidos, para aperfeiçoar seus estudos, lá permaneceram, atraídos não apenas pelos grandes salários, mas também pelo estilo de vida. Era a drenagem dos cérebros. Este fenômeno está sendo reduzido drasticamente. Esses intelectuais chineses estão retornando à sua pátria, atraídos pelo grande desenvolvimento da China, mas também atraídos naturalmente pela melhoria das condições econômicas dos intelectuais. O retorno desses intelectuais à própria pátria traz uma grande contribuição para o desenvolvimento tecnológico chinês, inclusive para as regiões centrais do Oeste.

No que diz respeito ao comportamento de uma certa esquerda antichinesa, o que critico duramente não é tanto o fato de ela expressar dúvidas em relação à China, mas é realmente inaceitável o fato de esses intelectuais não quererem se confrontar com os problemas.

Quero sublinhar dois pontos. Apesar de tudo, existe uma substancial continuidade na história da República Popular da China porque durante todo este período histórico as grandes personalidades do Partido Comunista se colocaram o problema de superar o atraso em relação ao Ocidente. E, portanto, de desenvolver as forças produtivas.

Os intelectuais de esquerda antichineses se esquecem que Mao Tsetung no Grande Salto à Frente objetivava alcançar a Inglaterra. Este objetivo se demonstrou irrealístico. De fato, Mao não perdeu de vis-

ta o desenvolvimento das forças produtivas. Até mesmo a Revolução Cultural, que no fim se revelou uma catástrofe, na realidade, tinha uma palavra de ordem bem precisa: fazer a revolução, promover a produção. Mao tinha a ilusão de que numa situação em que a China sofresse embargo tecnológico seja dos Estados Unidos ou da URSS ela poderia ter um grande desenvolvimento econômico com o apelo à mobilização política. Não me parece que sejam muito sérios os intelectuais que lêem apenas a primeira parte da palavra de ordem e deixam de lado a segunda.

E a segunda demonstração da falta de vontade de empenhar-se realmente em relação às questões da China é o fato de não existir nenhuma crítica contra a teoria de que hoje os chineses avançam na construção do socialismo. Dizem que essa construção abraçará várias fases e diversos períodos históricos. Dizem que a China se encontra no início da primeira fase do processo de construção do socialismo e que essa primeira fase terminará na metade deste século. Essa teoria pode ser analisada criticamente.

A preguiça mental prefere gritar pela restauração do capitalismo.

Como você analisa a União Européia?

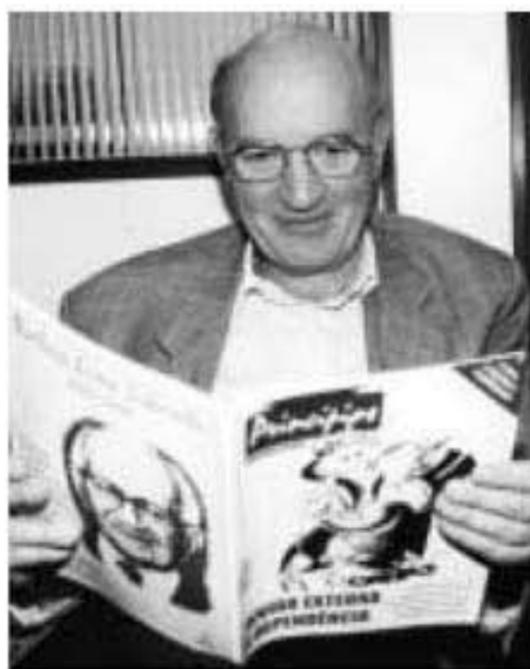
Domenico Losurdo – Existe um debate na esquerda sobre o significado da União Européia. Enquanto alguns companheiros da mesma ala da minha tendência falam de imperialismo europeu para mim esse discurso está errado. Naturalmente, compreendo que a UE seja uma entidade capitalista e que essa entidade capitalista se comporta de modo conseqüente. Todavia, no meu entender, seria errado não ver a radical diferença entre ela e os Estados Unidos. Os EUA têm uma imensa superioridade militar em relação à União Européia e essa superioridade está ulteriormente aumentando e logicamente não será a UE que desafiará os Estados Unidos por uma supremacia mundial.

Alguns companheiros aplicam de modo mecânico e dogmático o célebre texto de Lênin *O Imperialismo: fase suprema do capitalismo*. Nesse texto, como se sabe publicado durante a I Guerra Mundial, Lênin analisa a dialética que levou a esse gigantesco conflito. A Grã-Bretanha que até o final do século XIX era a potência hegemônica começa a perder espaço dian-

te da Alemanha. A Alemanha era uma potência em ascensão em relação ao plano econômico e militar, enquanto a Inglaterra estava em declínio. E, obviamente, o desafio ao domínio mundial inglês veio justamente da Alemanha. Portanto, a Alemanha naquele momento era o perigo principal – ou um dos perigos principais – do desenvolvimento da guerra. A situação hoje é totalmente diferente. A superioridade militar dos Estados Unidos em relação à União Européia está aumentando. E, sobretudo, os EUA estão numa situação política extremamente mais favorável: constituem um Estado unitário, enquanto a UE não o é. Pelo contrário, em seu âmbito existem países estreitamente ligados aos Estados Unidos – basta pensar na Inglaterra. A França e a Alemanha se opuseram à guerra estadunidense contra o Iraque. Mas a situação pode mudar rapidamente com um novo governo seja na Alemanha ou na França.

Um terceiro elemento que devemos considerar é o ideológico. A esquerda que fala em imperialismo europeu subestima a importância que o movimento comunista teve na Europa. Certamente, o movimento comunista foi também vencido na Europa, mas deixou uma profunda influência ideológica. Hoje não existe nenhum país que possa enunciar de forma aberta na Europa um programa de expansão imperialista porque a opinião pública seria ferozmente contrária. Mussolini dizia que o império tinha voltado às colinas de Roma, isto é, ele queria ser o novo imperador de Roma. Hoje se alguém dissesse isso iria para o hospício.

Isso não aconteceu nos Estados Unidos. Eles continuam a se considerar a nação eleita por Deus, a nação destinada por Deus para dominar o mundo. Vocês sabem que Bush ganhou as eleições do seu primeiro mandato presidencial com esse lema. Mas, também Clinton venceu as eleições em seu primeiro mandato presidencial com uma palavra de ordem semelhante, talvez até mais enfática, segundo a qual os Estados Unidos devem dominar o mundo e depois “a nossa missão é eterna”. Obviamente, essa consciência ideológica de ser a nação eleita por sorte não exis-



Losurdo.

te na Europa porque foi derrotada amplamente pelo movimento comunista. E hoje não há dúvidas sobre o perigo de guerra que representam os Estados Unidos. Não há dúvidas de que eles constituem uma ameaça. Não apenas para os países inimigos, para os países que os desafiam, mas também para os países aliados. Na Itália sabemos alguma coisa; e até mesmo para a magistratura italiana a estratégia do terror que por muitos anos ensanguentou a Itália com atentados terroristas, desenvolveu-se sob a regência da

CIA. Portanto, acredito que devemos nos concentrar na luta contra o imperialismo norte-americano. Devemos impulsionar novos comunistas europeus a assumir uma política de abertura com relação à China. Por exemplo, os Estados Unidos fazem enormes pressões sobre a União Européia para que esta mantenha o embargo de armas sobre a China. Não deixemos nos enganar por essa expressão embargo de armas. Na verdade, os Estados Unidos insistem no embargo tecnológico contra o mundo porque dizem que a Europa não deve exportar para a China não somente as armas propriamente ditas, mas também as tecnologias, por eles definidas como de uso dual, que podem servir seja para uso militar como para uso civil. Toda tecnologia avançada hoje em dia é dual.

Contudo, até mesmo o movimento de libertação, por exemplo, como o da Palestina, pede à Europa que exerça um papel mais autônomo em relação aos Estados Unidos.

Nós comunistas deveríamos criticar asperamente a União Européia por ser subalterna aos Estados Unidos. Parece que nas circunstâncias atuais tenha se tornado muito atual a política que Stalin sugeriu em 1952 por ocasião do XIX Congresso do PCUS. Ele dizia que a burguesia se revelava incapaz de garantir a independência e a soberania nacional e cabia ao Partido Comunista erguer a bandeira da independência e da soberania nacional. É esta a situação de hoje na Europa.

A nossa corrente teórica e política busca, em certa medida, subordinar dialeticamente a questão

social e democrática à questão nacional no Brasil atual..

Domenico Losurdo – Estou plenamente de acordo com a análise de vocês – que eu não conhecia – e já escrevi sobre isso.

Lênin insiste no fato de que a questão nacional é essencial no imperialismo. Negar a questão nacional é o mesmo que negar o imperialismo. De fato é preciso dizer que o livro de Negri e Hardt (*Império*) é coerente desse ponto de vista, nega a questão nacional e diz que só os saudosistas da questão falam desse problema e de fato ele nega também que hoje se possa falar de imperialismo. A seu modo é coerente, uma coerência catastrófica porque impede de ver o que está acontecendo no mundo.

Não apenas a questão nacional hoje é a mais importante, mas alcançou dimensões que antes não tinha. Os Estados Unidos não só reservam os seus direitos de intervir em qualquer ângulo do Terceiro Mundo para impedir a difusão das armas de destruição em massa, mas também para intervir nas mudanças de regime. E, logicamente, a América Latina aí está incluída.

Mas a novidade, hoje, é que de fato os Estados Unidos ameaçam também a Europa. De um lado, com a ocupação do Iraque, a ameaça de guerra contra a Síria e o Irã os Estados Unidos querem punir aqueles países que seguem uma linha política independente; de outro, aspiram a colocar sob o seu controle todos os países de importância estratégica decisiva, por exemplo, com relação ao petróleo. E, deste modo, obviamente poderão servir contra a China.

Evidentemente, se os Estados Unidos reforçam o controle da distribuição do petróleo se tornarão assim uma ameaça em relação à China, mas também uma ameaça com relação à Europa. Se os EUA conseguirem controlar o petróleo não só do Iraque mas também do Irã, a margem de manobra da Europa será muito diminuída. Ainda mais depois que os Estados Unidos se declararam autorizados a ir à guerra independentemente da ONU. Evocaram até mesmo a possibilidade de um ataque atômico preventivo e isso, claro, coloca na ordem do dia a questão nacional não somente para os países do Terceiro Mundo, ou os países pequenos, mas também para os países importantes, desenvolvidos. Portanto, estou de acordo com

o fato de a questão nacional hoje mais do que nunca ser central.

Em certos casos a luta nacional é a forma mais aguda de luta de classe. Não que a luta de classe seja subordinada, mas em certos casos a luta nacional é a forma mais aguda de luta de classe.

É contra as tendências trotsquistas e que tendem a contrapor questão nacional à questão de classe, afirmei que no século XX duas das maiores manifestações de lutas de classe ocorreram em Stalingrado e na China, ocasião esta que o povo chinês travou luta contra o imperialismo japonês. Nesses dois casos tratava-se de luta de sobrevivência nacional, porque tanto a Alemanha nazista quanto o Japão imperialista e fascista consideravam o povo soviético e o povo chinês como uma raça de escravos a serviço da raça dos senhores. Portanto, foi uma luta nacional no sentido clássico da expressão. Essas duas lutas nacionais subsumiam lutas de classe extremamente agudas. E, por isso, em relação também a hoje em certos casos a luta nacional é uma forma particularmente aguda da luta de classes. Por exemplo, a luta conduzida pela China para completar a independência política com a independência econômica e tecnológica é nacional. Mas ao mesmo tempo uma grande luta de classes. E essa constatação pode ser verificada em outros países. Acredito que também aqui na América Latina.

De um lado, nós todos estamos convencidos de que o inimigo principal é os Estados Unidos. Esta é uma questão fundamental. Você recusou o uso da categoria imperialismo para a União Européia. Mas a destruição da Iugoslávia fez parte de uma obra de recolonização planetária, na qual a União Européia teve papel decisivo. Como caracterizar essa posição da Europa?

Domenico Losurdo – Como já afirmei, devemos criticar asperamente a União Européia capitalista pela sua política de subalternidade no confronto com os Estados Unidos. Por exemplo, no que diz respeito à Itália não há sombra de dúvidas de que ela tenha participado da guerra contra a Iugoslávia pelas pressões de todo tipo exercidas por Washington. E vale também para os países europeus no seu conjunto.

Uma coisa é criticar asperamente a União Européia outra é dizer que ela quer desafiar a hegemonia

planetária dos Estados Unidos. É exatamente o contrário: a UE por ocasião da guerra contra a Iugoslávia se mostrou subalterna e servil em relação aos Estados Unidos. Lênin pode nos ajudar também neste caso. Ele diz que quem usa exatamente essa expressão é o imperialismo napoleônico e que este imperialismo foi tão cínico e pérfido a ponto de, por exemplo, na invasão da Rússia usar como bucha de canhão exércitos de militares, de soldados provenientes da Alemanha já subjugada pela França napoleônica. Mas esses países participantes da invasão napoleônica da Rússia em posição subalterna não foram condenados por Lênin como imperialistas, mas como escravos mercenários do imperialismo.

Ou seja, com relação à guerra contra a Iugoslávia não está em questão a condenação da Europa que deve ser contida. Lembrem-se, escrevi um livro em que comparo até mesmo D'alema com Mussolini. O problema é dizer em que termos essa condenação deve ser formulada. E nós devemos condená-los como escravos mercenários do imperialismo norte-americano.

Comente, por favor, um pouco sobre os seus próximos livros que serão publicados no ano que vem em nosso país.

Domenico Losurdo – Espero que isso seja já uma coisa segura. Porque um deles, o que trata sobre Gramsci, já foi traduzido. O título em italiano é *Antonio Gramsci – dall liberalismo all "comunismo critico"*. Comunismo crítico entre aspas porque é uma expressão de Gramsci. Acredito que ele possa ser útil para a luta que conduz o Partido Comunista do Brasil, porque Gramsci esteja talvez entre os primeiros a compreender a centralidade da questão nacional, também para um país como a Itália. Talvez vocês não conheçam o modo como ele se dirigiu ao tribunal militar fascista que o condenou à prisão e à morte. Cito de memória: "Vocês, fascistas, conduzirão a Itália à ruína e caberá a nós comunistas salvarmos a nação". Não se trata apenas de uma declaração muito bonita, mas na verdade de uma previsão profética do que teria acontecido, porque a II Guerra Mundial com relação à Itália se apresenta com características talvez únicas. A Itália fascista participa ao lado da Alemanha no início da guerra com um programa explicitamente imperialista: a conquista do lugar ao

sol, voltar a percorrer os passos do império romano. E, de fato, em toda a primeira fase da Guerra a Itália conduz uma infame política de expansão imperialista. Mas o que acontece na última fase? Após a crise do regime fascista a Itália é ocupada pelas tropas da Alemanha nazista e se torna um país ocupado em condições semicoloniais. Havia até mesmo hierarquias nazistas segundo as quais os italianos eram tratados mais ou menos como os negros. Isto é, na última fase da guerra a Itália conduz uma grande guerra de resistência para recuperar também a sua independência nacional, exatamente como havia previsto Gramsci: os fascistas tinham conduzido a nação italiana à catástrofe e levado o Partido Comunista a salvar a nação italiana.

O grande mérito do Partido Comunista – nessa época porque Gramsci estava morto, estava sendo conduzido por Antonioni – foi desenvolver a resistência contra o fascismo e o nazismo ao mesmo tempo como luta nacional e luta social. Por isso, o Partido Comunista Italiano durante décadas foi visto profundamente pelo povo italiano em primeiro lugar como uma organização italiana. E para citar Gramsci, Lênin era um grande internacionalista porque também era profundamente nacionalista. Este é o resumo do primeiro livro.

O segundo se chama *Controistòria del liberalismo* e é uma história crítica das sociedades liberais e, naturalmente, em primeiro lugar, dos Estados Unidos. Só digo um particular dessa controistòria, os Estados Unidos que – como diz Clinton –, foram a primeira democracia do mundo, no livro demonstro que se considerarmos os primeiros 36 anos de vida da sua história durante 32 deles eles foram dirigidos por proprietários de escravos.

Entrevista traduzida pela Prof. Sandra F. Ribeiro.

“Não percamos de vista o grandioso ideal socialista”

RENATO RABELO

O 11º Congresso do PCdoB ocorreu nos marcos de um quadro mundial de ofensiva imperialista, predomínio de uma finança mundializada, intensificação da resistência dos povos e de acirramento da luta pelo poder no Brasil



Renato Rabelo

E

ste 11º Congresso é o maior da história do Partido Comunista do Brasil. As 1364 Conferências Municipais, as Conferências Estaduais re-

alizadas em todos os estados elegeram 1097 delegados. Também estão aqui presentes os convidados, militantes destacados do Partido, e estamos recebendo delegações de partidos irmãos de todos os continentes.

O 11º Congresso transcorre num período de grandes exigências, em que o Partido assumiu importante participação na vida política nacional e protagonizou destacados acontecimentos, ao mesmo tempo em que conseguiu realizar rico debate interno de temas teóricos, políticos e partidários nas instâncias congressuais e na tradicional *Tribuna de Debates*, que pela primeira vez apareceu também na internet. A resposta do Partido, exigida pela prática política, articulou-se com o debate dos temas desfilados nas fases preparatórias do Congresso, enriquecendo e cimentando a orientação do Projeto de Resolução em discussão.

O 11º Congresso do PCdoB ocorre nos marcos de um quadro mundial de ofensiva imperialista, predomínio de uma finança mundializada, centrada nos Estados Unidos, e intensificação da resistência dos povos e das nações; um cenário de acirramento da luta pelo poder no Brasil, em que as forças liberal-conservadoras urdem sua volta ao centro do poder e as forças progressistas e de esquerda começam a se rearticular; além de um momento de renovação e expansão de nosso Partido.

Segue a ofensiva imperialista e se intensifica a resistência

O cenário internacional demonstra a validade, de modo geral, da linha apresentada pelo Projeto de Resolução Política ao 11º Congresso. Os EUA, no exercício da hegemonia unipolar, seguem sua estratégia de “guerra global infinita”, cuja aplicação só funciona dentro da lógica do unilateralismo. Por isso mesmo, precisam romper com as leis vigentes do Direito Internacional e desconhecer as decisões dos organismos e fóruns multilaterais internacionais, sempre que seus interesses estejam em jogo. Na ocupação do Iraque, impotentes para conseguir o pleno controle do território, proliferam bombardeios maciços de pequenas cidades e aldeias, supostas bases da resistência. O referendun sobre a nova Constituição imposta aprofundou as divisões étnicas do país. Na América Latina, aprofunda-se o aumento das tensões em função das constantes ameaças do governo estadunidense à Venezuela bolivariana. Chamam a nossa atenção as gestões para instalar uma base militar norte-americana no Paraguai que, efetivada se somará às vinte outras existentes na América Latina, a maioria no

nosso subcontinente. Estas bases são fatores de instabilidade e preocupação crescente em relação à paz na região. No âmbito econômico e comercial, os Estados Unidos persistem na sabotagem ao Mercosul e tentam impor um desigual Tratado de Livre Comércio na região andina, semelhante ao modelo do Cafta, firmado na América Central. No plano mundial, a pretexto de “Não-Proliferação das Armas Nucleares”, estão no centro da agenda norte-americana maquinções de todo tipo contra o aparecimento de novas potências nucleares, sendo este um fator de forte tensão. Os EUA tentam vetar até mesmo a utilização da energia atômica para fins pacíficos, como o sucedido no caso do desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Para além desta situação, registra-se um quadro de resistência que se aprofunda. Tem sido fator de fortes desgastes do governo Bush as mortes de soldados no Iraque, que estimulam grandiosas manifestações pela paz e contra a guerra em grandes cidades dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que esse governo sofre fortes abalos internos após o caos provocado pela passagem do furacão Katrina, que afetou principalmente pobres e negros. Na frente da resistência, devemos também assinalar a tentativa de sentido estratégico, na qual o Brasil, dentre outros, tem um papel protagonista, na luta pela integração regional concretizada na recente realização da Cúpula da Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), em Brasília, com avanços progressivos. No curso das grandes movimentações do quadro mundial, ressaltam-se as contradições geopolíticas manifestadas pelo aprofundamento de tensões entre as potências imperialistas (EUA e União Européia) e a China, que podem se tornar uma linha marcante do século XXI. E assumem papel importante na contratendência neoliberal as recentes greves gerais na França e na Bélgica.

Crescimento, contradições e desequilíbrios da economia mundial

No plano econômico, ressalta-se a manifestação de uma relevante contradição de nosso tempo, resultante do modo atual da divisão internacional do trabalho, que se expressa no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A rodada de Doha caminha para uma definição. As grandes potências ca-

pitalistas acenam com hipotéticas reduções nos subsídios agrícolas para forçar uma ampla abertura das tarifas industriais e em outros setores dos países em vias de desenvolvimento. Em contraposição, o G-20 permanece atuante, constituindo-se em importante e novo elemento de defesa dos países e povos ao desenvolvimento no âmbito da OMC.

Outra questão saliente: o elevado crescimento da economia mundial em 2004, e ainda neste ano, não garante que se possa descartar uma deterioração do quadro econômico internacional, em prazo que pode variar, devido aos crescentes riscos de desequilíbrio estrutural provocados pela tendência a uma crise energética que se acentua nos Estados Unidos e no mundo, com graves repercussões sobre o crescimento global. O agravamento dessa crise estrutural pode pesar na sustentabilidade do financiamento dos grandes déficits da economia norte-americana, que se soma à ameaça do estouro de enorme “bolha” especulativa dos ativos do mercado imobiliário desse país, previsão registrada nos informes financeiros atuais.

PCdoB diante da nova luta pelo socialismo

A razão de ser do PCdoB, a sua identidade, distinta dos demais partidos em nosso país, é a luta pelo seu grande ideal socialista e comunista. O nosso desafio central, como afirma o Projeto de Resolução Política ao 11º Congresso, está na construção de condições que permitam abrir uma nova etapa de ascenso da luta transformadora, revolucionária, a fim de que se possa alcançar a superação do capitalismo com o predomínio de uma sociedade superior – a do socialismo. Essa determinação para tornar realidade o ideal socialista não é uma utopia, mas uma necessidade vital para a humanidade, já fundamentada com categorias científicas desde Marx, a partir do século XIX. Mas a nossa convicção, forjada nos últimos congressos do nosso Partido, é de que a teoria revolucionária não está pronta para qualquer período histórico, ela requer constante renovação e sua aplicação varia conforme a singularidade de cada país. Desse modo, temos o grande desafio de atualizar e desenvolver a teoria revolucionária no bojo do pensamento avançado da nossa época e no curso do movimento transformador das massas trabalhado-

ras e populares, conformando um projeto político atual, nas condições peculiares do Brasil, capaz de alcançar o socialismo.

Segundo nossa compreensão, esse grande desafio se avultou em consequência do impacto da derrota histórica do socialismo, que teve seu ápice nos começos dos anos 1990, produzindo assim uma brusca mudança da correlação de forças, condicionando uma situação desfavorável na atualidade para a luta dos trabalhadores e dos povos pela emancipação nacional e o socialismo. Esse desequilíbrio, que pende em favor do lado contra-revolucionário, marca o atual período histórico – longo, difícil e sinuoso – de acumulação estratégica de forças no sentido revolucionário. Pois bem, do nosso ponto de vista, o centro da questão é como extrair as consequências para nosso movimento da repercussão desse período de longa acumulação, na orientação tática e estratégica, nas políticas de alianças, nas formas de luta, na linha de construção partidária. Acumulação não se confunde com passividade ou possibilismo. O procedimento do processo cumulativo, nas condições impostas de uma defensiva estratégica para as forças revolucionárias, não significa que o nível do movimento tático de resistência será sempre defensivo. A resistência ativa se concretiza por meio de uma tática ampla e flexível que busca avançar, ser ofensiva, sendo esse o justo procedimento para se alcançar as condições para a contra-ofensiva, revertendo o quadro de defensiva estratégica. O nosso Partido tem procurado dominar a singularidade do atual período histórico e, ao mesmo tempo, feito um grande esforço construtivo de sua linha política e da edificação partidária nas condições concretas do Brasil, definindo um justo caminho de acumulação de forças. É mais profunda a nossa convicção de que, nos marcos do sistema imperialista-capitalista, não se alcançará a justiça social. Ao contrário, a humanidade vive hoje um retrocesso civilizacional. É mais atual do que nunca a assertiva de que a humanidade está diante de uma encruzilhada histórica: ou socialismo, ou barbárie.

Nível da luta de resistência ao neoliberalismo no Brasil

O curso histórico dos acontecimentos no Brasil tem suas contradições próprias, resultantes dos im-

passes estruturais e da forma dependente de inserção mundial do país. No atual período histórico, a nação está incluída nos marcos do padrão de dominação imperialista-capitalista que se convencionou chamar de neoliberalismo e está sujeita às implicações políticas do exercício unilateral de poder mundial pelos EUA. No plano nacional, ressalta-se como uma peculiaridade da recente história política brasileira a instalação do governo Lula, a partir de 2003, que significou a vitória de novas forças políticas e sociais avançadas, que nunca tinham alcançado o governo da República.

O novo governo, eleito dentro dos limites institucionais vigentes, por sua origem social e política, compromissos e composição, representou novo patamar na luta contra o neoliberalismo, assumindo uma postura democrática mais avançada, em meio à disjuntiva entre “desenvolvimentismo” e “ortodoxia”, Estado e “mercado”, situação distinta da do governo Fernando Henrique, condutor do neoliberalismo brasileiro.

Na situação particular do Brasil, do ponto de vista estrutural, apesar da avalanche neoliberal, o capitalismo de Estado não foi completamente destruído. Mantiveram-se preservados, sob controle estatal, setores de peso na economia, com capacidade de investimento em outras áreas, como Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Eletrobras – estratégica holding estatal do sistema hidroelétrico brasileiro, estando fora dos recorrentes cortes do Orçamento para atingir os exorbitantes superávits fiscais. Além disso, hoje o Estado mantém certo controle sobre o crédito, focando um volume significativo de recursos fora da alçada da financeirização. Esta situação peculiar é a base objetiva para que as novas correntes progressistas componentes do governo Lula possam forçar, de certo modo, uma política voltada para o desenvolvimento. Tal política tem sido sistematicamente atacada pelos setores conservadores, tendo o pólo contrário, no centro do governo, na predominância da política macroeconômica ortodoxo-liberal.

Ao cabo de quase três anos de governo Lula, as forças mais conseqüentes, democráticas e populares ainda se encontram diante do desafio da construção de um novo projeto nacional, de um caminho próprio

que supere a fase esgotada do período conhecido como nacional-desenvolvimentismo e, sobretudo, supere os impasses históricos agravados pela vigência do neoliberalismo na década de 1990.

A tentativa de transição – realizada através de políticas e medidas governamentais significativas de contenção da investida neoliberal e de outras não-condizentes com a linha liberalizante, como as relacionadas no item 118 do Projeto de Resolução Política –, demonstra um esforço de progresso, de mudanças importantes, porém contido até agora pelo compromisso, na prática do governo, com forças hegemônicas que constituem o “mercado da finança mundializada”, dentro e fora do país, mesmo considerando a virtude da recente decisão oficial de não renovar acordo com o FMI, que se mantinha desde 1998.

Em decorrência dessa situação, o governo, apesar do empenho em não se afastar da sua origem, não conseguiu definir e aplicar, lançando suas bases, um projeto mudancista nítido, apoiado em ampla mobilização democrática e nas camadas populares e progressistas, submetido que está pelo enclave no seu interior do trinômio liberal-conservador – linha e estrutura conservadoras do Ministério da Fazenda, composição homogênea, ortodoxa, do Conselho Monetário Nacional, dependência do Banco Central às exigências da finança globalizada.

Na batalha em curso, o PCdoB luta para que o governo Lula resista de várias formas ao hegemonismo neoliberal, mesmo que não alcance ainda a sua suplantação, mas, que sustente e concretize os moldes centrais de novo projeto de desenvolvimento nacional, democrático, de integração regional. A montagem desse novo projeto requer uma contenda contra os postulados liberalizantes, sem concessão a estes, podendo-se inicialmente alcançar vitórias parciais, como indica a própria experiência da construção da nova política externa, até agora exitosa para os interesses nacionais. Quanto à luta pela superação do novo padrão de dominação imperialista e de acumulação capitalista, que se convencionou chamar de neoliberalismo por seu sentido antiimperialista e anticapitalista, já havia no PCdoB a percepção de que o novo governo não reunia convicção nem forças suficientes para enfrentá-la. O alcance deste objetivo pleno exige uma alternativa política radical comparada com a situação presente, que já nos aproximaria daquilo

que sinalizamos no *Programa Socialista* do Partido como uma etapa de transição ao socialismo.

Posição do Partido na relação com o governo Lula

A nova condição política inaugurada com a posse do presidente Lula tornou imprescindíveis o apoio e a participação do nosso Partido neste governo, em decorrência da relação frentista de sentido democrático e progressista entre PCdoB, Lula e PT, desenvolvida desde 1989. O Partido assumiu, assim, o compromisso com uma frente, de ampla aliança, dirigida pelo PT, para governar o país. As razões políticas desse importante compromisso estão assentadas nos fundamentos de que, no atual período, a construção ascendente da luta transformadora no Brasil requer acumulação de forças, o que se distingue até o momento em três atividades fundamentais inter-relacionadas, que exigem condutas e métodos diferenciados: apoio e participação no governo, impulsionando-o a transitar para uma alternativa democrática, patriótica e progressista; participação na luta de idéias, reforçando as tendências revolucionárias e progressistas, tendo em vista a elevação dos fundamentos ao projeto substitutivo do neoliberalismo; e intervenção incessante na organização e mobilização do movimento social, sobretudo nas camadas trabalhadoras, a fim de que exerça seu papel de força-motriz da luta transformadora, fundamental para a realização das principais mudanças. A justa condução nessa inter-relação política é que pode prevenir o desvio para uma via seguidista, possibilista, ou para o voluntarismo, primarismo.

A continuidade da relação de apoio e participação do PCdoB no governo não é uma premissa imutável, mas está sujeita à evolução do curso político e, mais especificamente, ao "rumo predominante que assuma o governo e possíveis vias alternativas que venham a se impor", como afirma o Projeto de Resolução Política. Nosso apoio e sustentação ao governo expressam a unidade que ainda prevalece na relação frentista, numa aliança que tem a responsabilidade de governar. Essa unidade não tem impedido a nossa crítica à política macroeconômica, como as que têm sido expostas em inúmeras resoluções, publicações e divulgações partidárias; as nossas proposições dife-

renciadas, como no importante episódio que contribuiu para barrar o projeto de reforma sindical do Ministério do Trabalho; ou nossa demarcação de posições, como nos casos recentes da votação da Lei das Falências e da MP 242, porque estava em jogo a manutenção de direitos trabalhistas.

Crise política revelou os limites do governo e do PT

A crise política que se desenvolveu a partir do começo de 2004, com o surgimento do rumoroso caso Waldomiro, envolvendo o então chefe da Casa Civil do governo federal, José Dirceu, teve seus desdobramentos, despontou novos acontecimentos, até atingir seu ápice em meados deste ano, com as denúncias contra o PT, ampliadas ao governo e ao presidente Lula. Apesar dos erros cometidos pelo principal partido do governo, estopim dos acontecimentos recentes, o móvel que levou à intensificação e à ampliação da crise está na exacerbação da luta revanchista das forças conservadoras objetivando sua volta ao centro do poder. Aproveitando-se da situação favorável a eles, os partidos de oposição da direita, suas forças auxiliares de "esquerda", a grande mídia e elites econômicas poderosas tomaram a iniciativa política e desencadearam vasta campanha inquisitória, concentrada no PT, em Lula e em seus aliados. Até mesmo uma espécie de "golpe branco", pacífico, foi tentado contra o presidente da República. Em curto espaço de tempo, o núcleo político principal do governo foi substituído, o mesmo acontecendo com o núcleo dirigente do PT.

A crise política, apesar da sua intensidade, não abalou a economia e nem esta foi a causa imediata da convulsão política. Toda a trama conservadora concentrou seu ataque no PT e no presidente Lula, agindo para "blindar" a economia e mantendo em pé as instituições políticas. Em termos sucintos, a economia do país vive uma situação de relativa estabilidade, de crescimento, embora insuficiente, beneficiando-se de uma situação internacional favorável.

A marcha da crise política expôs, por um lado, os desacertos e limites do governo em conformar uma efetiva coalizão política para sua sustentação, em função de uma plataforma mudancista. Prevaleceu, na prática, uma inter-relação política que se confun-

de com uma forma de “coabitação” – convivência para governabilidade com forças díspares, heterogêneas, com objetivos contrastantes. Revelou, também, a pouca capacidade do PT, como dirigente principal da aliança de governo, para a condução política da transição a um novo projeto de mudança, chegando a ser fomentado, até mesmo por setores dirigentes importantes desse partido, um pacto de aliança política com o PSDB.

Por outro, o desenrolar dos acontecimentos desnudou a ação de um arcabouço poderoso, articulado, das forças conservadoras de direita, composto pela aliança política central entre PSDB e PFL, sustentado pelas elites econômicas dominantes e pela ação ostensiva da grande mídia do país, postado em posições políticas fundamentais e enraizado no aparato estatal.

Crise política aguçou a luta pelo poder

Diante da crise política em evolução, o PCdoB procurou se orientar extraindo lições dos graves acontecimentos, não subestimando os erros cometidos no âmbito do governo e da frente, mas, sobretudo, distinguindo o que estava em questão nesse embate político – a preparação ativa das forças conservadoras para sua volta ao centro do poder versus a luta do governo para concluir o mandato e abrir caminho para continuar. Pela responsabilidade política do Partido e do seu caráter forjado em longa história de duras lutas, perante o povo e o governo não se admitia nesta hora nenhuma posição demissionista ou muito menos de auxiliar do coro revanchista da direita. Nesse embate, o Partido, de imediato, não se confundiu de lado. Em face de um ataque concentrado das forças conservadoras tradicionais e “modernas”, contra o nosso aliado e o governo no qual temos nossa responsabilidade, e apesar de existirem divergências importantes que vicejaram na experiência frentista em curso, não cabiam devaneios, tibieza, perplexidade, hesitação. A história do Brasil e da América Latina está cheia de grandes manobras políticas das classes e dos partidos conservadores para subjugar, render, derrubar governos e forças progressistas que alcançaram o centro do poder nacional. Em situações como essas, a posição assumida por

forças defensoras da revolução, seja pela omissão ou pela oposição, que tacitamente reforça a investida conservadora, pode marginalizá-las do curso político e histórico. Foi justa e digna a posição do PCdoB ao se colocar de pronto na trincheira de defesa do presidente Lula e incentivar a rápida recuperação do PT. Na verdade, a onda conservadora tem o fito de atingir toda a esquerda, desqualificá-la, mostrá-la incapaz de governar o país.

Orientação do Partido tem sido vitoriosa

Em função da linha já traçada no Projeto de Resolução Política deste 11º Congresso e em face do aguçamento da luta política, o Partido procurou estabelecer uma orientação em dois planos articulados: o da ação imediata e o da perspectiva.

A ação imediata teve em vista responder à investida conservadora para detê-la, levantar a linha de resistência, a fim de paralisar a instabilidade gerada pela crise e possibilitar a retomada da iniciativa política. Seguimos um conjunto de tarefas que se resume nas seguintes medidas que vêm sendo aplicadas: mobilizar amplas forças políticas e de massas para a defesa do mandato do presidente da República; exigir justa apuração e tratamento exemplar no caso dos ilícitos cometidos, desmascarando a farsa moralista da direita; defender e se empenhar pela aplicação de uma agenda positiva, que responda às exigências populares imediatas econômicas, sociais e políticas mais sentidas; buscar formas e desenvolver iniciativas para a recomposição do campo da esquerda e da base de apoio do governo; impulsionar o movimento social, elevando a sua mobilização em torno da cobrança dos compromissos de mudança e ao mesmo tempo na defesa do mandato de Lula.

O curso atual da luta política demonstra que alcançamos importantes êxitos quanto ao objetivo imediato de levantar a “linha de resistência” e criar as condições para uma contra-investida. De início, a mobilização do movimento social pelas mudanças, pela punição dos corruptos e contra a desestabilização do governo Lula, patrocinada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), reagrupou os movimentos sindical, estudantil, sem terras e popular paralisando a direita, que se sentia livre, desimpedida,

para sustentar seu desiderato do impedimento do presidente da República. No curso dessa mobilização, o Partido lançou a consigna do "Fica Lula", que se opôs frontalmente ao "Fora Lula" puxado pela ultrasesquerda com o ostensivo apoio da direita. Outro passo significativo tem sido a reaproximação dos três partidos de esquerda – PT, PSB, PCdoB –, que vêm recompondo sua unidade em torno de objetivos comuns, com um plano de ação política estabelecido para construção de uma agenda positiva com o presidente da República, o da Câmara e o do Senado e uma discussão para a rerepresentação de um projeto nacional de desenvolvimento. Compõe também esses marcos de avanços a conclusão do processo de eleições diretas do PT, reconstruindo todas as suas direções, elegendo nova direção nacional aceita por todo o Partido, dando uma demonstração de ativa resistência e rápida recuperação num momento delicado, sendo este um fator significativo para inflexão na marcha da crise.

Além disso, a eleição do deputado federal Aldo Rebelo, do PCdoB, para a Presidência da Câmara Federal – terceiro cargo mais importante na hierarquia da República –, adquiriu extensa repercussão. Foi o ponto mais elevado, que expressa uma primeira grande derrota da investida do conjunto das forças conservadoras e da grande mídia. Esse acontecimento, inusitado na história política brasileira, barrou a arremetida conservadora que preparava verdadeiro assalto a esse posto-chave do poder nacional, que poderia colocar o presidente da República numa situação de rendição permanente diante da oposição – porque cabe ao presidente da Câmara a decisão de arquivar ou dar prosseguimento ao processo de impeachment do presidente da República.

A vitória de Aldo Rebelo sinalizou uma viragem de uma tendência defensiva que predominava no lado do governo, do PT e dos aliados, em um momento decisivo do presente embate político, instando a aglutinação das forças de apoio ao governo, que se encontravam dispersas, reaproximando as forças de esquerda – Aldo Rebelo foi lançado como candidato de PT, PCdoB e PSB –, abrindo novo horizonte à perspectiva de esquerda e progressista e influenciando em setores políticos intermediários que pendiam para a oposição.

Porém, queremos enfatizar diante desta plenária

de delegados e convidados do nosso 11º Congresso, sem ufanismos, mas com a responsabilidade própria de um Partido como o nosso, calejado em difíceis períodos de ditaduras e clandestinidade, que o resultado da luta pela Presidência da Câmara dos Deputados demonstrou uma significativa vitória da orientação traçada pelo PCdoB; do elevado empenho de seus quadros e militantes; e do destacado papel de nosso camarada Aldo Rebelo no cenário político nacional, colocando nosso Partido no centro da grande movimentação política perante a nação e elevando o seu papel protagonista para melhor contribuir por uma solução avançada para os maiores embates futuros.

Perspectiva política

Mas, como dizíamos, nossa orientação se estende, partindo do plano imediato, num plano em perspectiva, no qual se trata em persistir no desafio de construir o projeto da mudança, aspiração maior dos que defendem e votaram em Lula.

Por isso, em primeiro lugar, temos insistido que, no estágio político atual, é preciso concentrar esforços conjuntos pela repactuação do projeto nacional, relançando o impulso de mudança, resgatando a expectativa para tanto, contrapondo-nos aos postulados neoliberais dominantes, delineando e reforçando a alternativa desenvolvimentista, democrática, integradora dos países do continente. Agora mesmo, no empenho para consecução de uma agenda positiva desenvolvida pelos três partidos de esquerda – PT, PCdoB, PSB –, procuramos acentuar uma política de valorização constante do salário mínimo, cumprimento integral das metas de assentamento do plano de reforma agrária e, sobretudo, uma posição comum de rejeição de qualquer proposta para o Orçamento de 2006 que não priorize e eleve os investimentos públicos na infra-estrutura nacional, na estrutura social e em programas afins.

No Projeto de Resolução Política, no item 140, o Partido propõe, como contribuição ao debate do projeto, elementos de uma plataforma mínima atualizada. No debate crescente, na sociedade e dentro do próprio governo, sobre o rumo do projeto de desenvolvimento nacional, democrático, soberano, o PCdoB considera essencial redirecionar a política macroeconômica. A questão nodal está em que a ori-

entação vigente, de base ortodoxo-liberal, garantidora dos ganhos dos grandes credores, rentistas e especuladores, aumenta a já acentuada concentração de riquezas da sociedade brasileira, transferindo enorme soma de rendas para um punhado de beneficiários que vivem principalmente da acumulação financeira gerada – num conceito de Marx – pelo “capital portador de juros”. Ademais, apesar de ultimamente se ter alcançado o crescimento econômico, a aplicação acentuadamente ortodoxa da política oficial tem reprimido o desenvolvimento, considerando-o inflacionário. Tal conduta é criticada até mesmo por setores e economistas do próprio sistema financeiro.

Neste importante debate acerca do projeto de desenvolvimento nacional, não podemos nos confundir com as contradições no nosso meio e as contradições antagônicas com os nossos inimigos. As forças liberal-conservadoras confiáveis do imperialismo norte-americano, que já tecem sua volta ao centro do poder e gritam o “basta de Lula”, do ponto de vista programático pretendem retomar o processo das grandes privatizações, insistem nas “reformas” que aprofundam o sistema liberalizante e, através de seus porta-vozes e editorialistas, repicam na tese da autonomia do Banco Central, da mudança do papel do BNDES, privatizando ou até fechando-o e, num crescendo de agitação, tocam num objetivo estratégico: pedem a efetivação da Alca, afirmando que ela “não sai porque o Brasil, sob Lula, não quer a Alca”.

Em segundo lugar, como decorrência do trabalho pela repactuação do projeto, avulta a importância da reorganização da aliança política, que sustente o pacto programático. Em consequência do nível da nossa luta mudancista, mais especificamente da relação entre o campo de esquerda e progressista e o campo de direita e afins, este esforço se destina à recomposição da alternativa frentista de centro-esquerda – a esquerda sozinha, nas condições presentes, teria maiores dificuldades para vencer a batalha sucessória de 2006 e governar o país. Nesta recomposição, fator-chave reside na formação do núcleo de esquerda que comporia a coalizão política e na nossa capacidade de ampliação com as forças que possam se comprometer com o anseio mudancista. Torna-se decisivo para o êxito da reconstrução frentista e a formação de uma efetiva coalizão eleitoral e para governar a reaproximação entre os partidos de esquerda e

o papel que venha a desempenhar, nas eleições gerais de 2006, o PMDB, partido grande, que ocupa um lugar de centro no espectro político brasileiro.

Em terceiro lugar, temos opinado que as candidaturas e, sobretudo, o candidato presidencial deveria resultar desse amplo esforço de repactuação e recomposição e, evidentemente, da particularidade da marcha política em desenvolvimento.

Em quarto lugar, o impulso e o deslanche da transição para o novo projeto de desenvolvimento nacional depende, em grande medida, da ampliação da consciência pela mudança, da elevação do nível organizativo e da mobilização ampla e unitária do movimento social, que possa resistir e avançar diante dos entraves à liberdade política, ao progresso social e à soberania nacional. Esse movimento social de massas é o ator que precisa ocupar seu papel protagonista, o lugar de força-motriz principal no processo transformador atual. O Partido tem persistido em realizar várias tarefas para expandir e aprimorar seu trabalho junto ao movimento social, principalmente entre as camadas dos trabalhadores, através de estudo e ações dirigidas, procurando elevá-lo ao nível de extenso movimento político de massas. Conseguimos efetuar dois encontros nacionais, com a mobilização de todo o Partido, para conhecer a realidade do contingente proletário no Brasil, a relação e as novas tarefas do Partido com essa classe social fundamental. Reforçou seu trabalho entre a juventude, ampliando sua influência, fez avanços importantes na relação com o movimento de bairros, deu passos significativos na compreensão e unificação de uma linha de atuação no movimento anti-racista, mantém seu prestígio e ampliou sua atividade no variado movimento das mulheres. O Partido tem insistido, dedicando atenção constante, à afirmação da Coordenação dos Movimentos Sociais, que reúne os movimentos nacionais mais representativos, sendo essa uma forma atual, nas novas condições políticas, para a organização unitária do movimento social em plano nacional. (...)

Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil. Este texto reproduz a parte inicial de seu informe político ao 11º Congresso do PCdoB, realizado de 20 a 23 de outubro de 2005 em Brasília.

Em defesa da História

A reação política e ideológica contra o marxismo procura destruir a crença de que o sucesso de organizar sociedades humanas de um modo particular pode ser previsto e assistido pela análise histórica

ERIC HOBBSBAWM

“**O**s filósofos até agora apenas interpretaram o mundo: trata-se, agora, de transformá-lo”. A história marxista se desenvolveu por linhas paralelas correspondendo às duas metades da famosa tese de Marx. A maioria dos intelectuais que se tornou marxista depois da década de 1880, inclusive os historiadores, o fez porque queria transformar o mundo em associação com os movimentos sindical e socialista. Essa motivação perma-

neceu forte até os anos 1970, quando começou a reação política e ideológica maciça contra o marxismo. Seu principal efeito tem sido o de destruir a crença de que o sucesso de uma maneira particular de organizar sociedades humanas pode ser previsto e assistido pela análise histórica.

Enquanto isso, o que houve com o “interpretar o mundo”? O caso aqui é de um duplo movimento. Ele desafiou a crença positivista de que a estrutura objetiva da realidade se auto-explicava – bastava aplicar a metodologia da ciência a ela. Ao mesmo tempo, foi um movimento para trazer a história para mais perto

das ciências sociais, e torná-la parte de uma disciplina generalizante capaz de explicar as transformações da sociedade humana. A história deveria tratar de “perguntar os grandes por quês”?

O marxismo contribuiu para esses dois movimentos – embora tenha sido erroneamente atacado por um alegado objetivismo cego. Mas o impacto mais familiar das idéias marxistas, a ênfase nos fatores econômicos e sociais, não era especificamente marxista; era parte de um movimento historiográfico geral que viria a atingir seu auge nos anos 1950 e 1960. O interesse histórico da maioria dos historiadores marxistas não estava tanto na base – a infra-estrutura econômica – quanto nas relações da base com a superestrutura. Essa corrente socioeconômica era mais ampla que o marxismo. Esses modernizadores históricos faziam as mesmas perguntas e viam-se engajados nas mesmas batalhas intelectuais, fossem eles inspirados pela geografia humana, a sociologia weberiana ou o marxismo dos historiadores comunistas que se tornaram os portadores da modernização histórica na Grã-Bretanha.

Todos eles viam os outros como aliados contra o conservadorismo historiográfico, mesmo quando representavam posições mutuamente hostis. Esse front de progresso avançou da II Guerra Mundial até os anos 1970. Seguiu-se uma transição dos estudos quantitativos para os qualitativos, da macro-história para a micro-história, da análise estrutural para a narrativa, do social para o cultural.

Desde aquela época, a coalizão modernizadora tem estado na defensiva. E, no entanto, a necessidade de insistir no que o marxismo pode trazer para a historiografia é maior do que foi por um longo tempo. A história precisa ser defendida contra aqueles que negam sua capacidade de nos ajudar a compreender o mundo, e porque novos desdobramentos nas ciências transformaram a agenda historiográfica.

Metodologicamente, o principal desenvolvimento negativo tem sido a construção de um conjunto de barreiras entre o que aconteceu na história e nossa capacidade de observá-lo e compreendê-lo. Nega-se a existência de qualquer realidade que esteja objetivamente ali e não tenha sido construída pelo observador para fins diferentes e mutáveis.

Alega-se que jamais poderemos ir além das limitações da linguagem.

Enquanto isso, historiadores menos voltados para o teórico argumentam que o curso do passado é demasiado contingente para uma explicação causal, porque as opções na história são infinitas. Quase nada poderia acontecer ou poderia ter acontecido. Implicitamente, esses são argumentos contrários a qualquer ciência. Não os aborrecerei com tentativas mais triviais de volta ao passado: a tentativa de devolver os rumos da história a altos dirigentes políticos ou militares, ou à onipotência de idéias ou “valores”, ou a reduzir o conhecimento histórico à busca de empatia com o passado.

O maior perigo político imediato para a historiografia é hoje o “antiuniversalismo” ou “a minha verdade vale tanto quanto a sua, a despeito das evidências”. Isso interessa a várias formas de história de grupos de identidade, para a qual a questão central da história não foi o que aconteceu, mas como isso interessa aos membros de um determinado grupo. O importante nesse tipo de história não é a explicação racional, mas o “significado”; não o que aconteceu, mas o que os membros de um grupo coletivo que define a si mesmo contra os de fora do grupo – religioso, étnico, nacional, por gênero ou estilo de vida – sentem a seu respeito.

Os últimos 30 anos foram uma era de ouro para a invenção em massa de inverdades e mitos históricos emocionalmente torcidos. Alguns são um perigo público: estou pensando em países como a Índia sob o BJP, os Estados Unidos, a Itália de Silvio Berlusconi, para não falar de muitos novos nacionalismos, com ou sem o reforço de religiões fundamentalistas.

Isso produz um interminável palavrório nas franjas das histórias de nacionalistas, feministas, gay, negros e outros grupos de interesses, mas também estimulou novos desenvolvimentos históricos interessantes em estudos culturais, como os que têm sido chamado de “boom da memória” em história.

Já é hora de restabelecer a coalizão daqueles que acreditam na história como uma investigação racional do curso das transformações humanas, contra aqueles que distorcem a história para fins políticos – e, mais em geral, contra relativistas e pós-modernistas que negam sua possibilidade. Como alguns dos últimos se consideram na esquerda,

isto poderá rachar os historiadores de maneiras politicamente inesperadas.

A abordagem marxista é um componente necessário dessa reconstrução do front da razão. Enquanto os pós-modernistas têm negado a possibilidade da compreensão histórica, alguns desenvolvimentos nas ciências naturais recolocaram na agenda uma história evolucionista da humanidade. Em primeiro lugar, a análise do DNA estabeleceu uma cronologia mais precisa da disseminação da espécie pelo mundo desde sua origem inicial africana, antes do surgimento de fontes escritas. Isso tanto estabeleceu a espantosa brevidade da história humana como eliminou a solução reducionista da sociobiologia neodarwinista.

As mudanças na vida humana nos últimos 10 mil anos, e mesmo nas últimas dez gerações, são grandes demais para serem explicadas por um mecanismo inteiramente darwinista de evolução via genes. Elas têm a ver com a aceleração da herança de características adquiridas por mecanismos culturais e não genéticos.

Em suma, a revolução do DNA exige um método específico, histórico, para estudar a evolução da espécie humana. Ela nos oferece também um arcabouço conceitual para a história mundial. A história é a continuação da evolução biológica do homo sapiens por outros meios.

Em segundo lugar, a nova biologia evolucionista elimina a distinção entre história e as ciências naturais e contorna os falsos debates sobre se a história é ou não uma ciência.

Em terceiro, ela nos devolve à abordagem básica da evolução humana adotada pelos pré-historiadores, que é a de estudar os modos de interação entre nossa espécie e seu ambiente, e nosso controle crescente sobre ele. Isso significa fazer as perguntas que Marx fazia. Os "modos de produção", baseados em grandes inovações na tecnologia produtiva, nas comunicações, e na organização social – mas também no poderio militar – têm sido fundamentais para a

evolução humana. Essas inovações, como Marx percebia, não se faziam e não se fazem por si mesmas. São atividades de homens e mulheres em situações históricas que eles não criaram agindo e tomando decisões, mas não num vazio.

Entretanto, as novas perspectivas na história deveriam também nos remeter àquele objetivo essencial, ainda que nunca totalmente realizável, dos que estudam o passado: a "história total". Não uma "história de tudo", mas a história como uma malha indivisível em que todas as atividades humanas estão inter-relacionadas. Os marxistas não são os únicos que têm essa meta, mas eles têm sido seus mais persistentes perseguidores.

Um dos problemas, para o qual a perspectiva da história como interação é fundamental, é crucial para o entendimento da evolução histórica do homo sapiens. Trata-se do conflito entre as forças que agem no sentido da transformação do homo sapiens da humanidade neolítica para a nuclear e as forças cuja finalidade é a manutenção da reprodução inalterada e da estabilidade nos ambientes sociais humanos. Durante a maior parte da história, as forças inibidoras da mudança geralmente se opuseram com eficácia a uma mudança ilimitada.

Hoje, esse equilíbrio foi decisivamente inclinado numa direção. E o desequilíbrio está quase certamente fora da capacidade de controle das instituições sociais e políticas humanas. Talvez os historiadores marxistas, que tiveram a oportunidade de refletir sobre as conseqüências, inesperadas e indesejadas, dos projetos humanos coletivos do século XX, possam ao menos nos ajudar a compreender como isso aconteceu.

As mudanças na vida humana nos últimos 10 mil anos, e mesmo nas últimas dez gerações, são grandes demais para serem explicadas por um mecanismo inteiramente darwinista.

Eric Hobsbawm é historiador e autor de diversas obras, dentre elas A Era dos Extremos: O Curto Século 20, 1914-1991. O texto acima é um trecho editado de uma palestra para o British Academy Colloquium on Marxist Historiography. Publicado originalmente no jornal O Estado de S. Paulo.

De Hegel a Marx

Hegel deixou o materialismo ao alcance da mão, escreveu Lênin. Mas havia ainda um caminho a percorrer, que incluía a crítica ao idealismo hegeliano e também ao materialismo anterior. Esta foi a crítica feita por Marx e o resultado foi o materialismo dialético

JOSÉ CARLOS RUY

No final de seu resumo da *Ciência da Lógica* (2), de Hegel, Lênin deixou uma opinião entusiástica sobre o pensamento que foi a premissa principal do desenvolvimento do materialismo moderno: “o materialismo está ao alcance da mão” (3).

Ele comentava duas frases, uma da *Ciência da Lógica* e outra da *Pequena Lógica* (4) onde o filósofo identificava idéia e natureza. As frases são, na linguagem característica de Hegel: “A idéia que se põe como a unidade absoluta do conceito puro e de sua realidade, e assim se reúne na imediação do ser; e ao fazê-lo, como totalidade nessa forma, é natureza” (CdaL); e, de forma mais direta, “a idéia que tem ser é natureza” (PL).

“O materialismo ao alcance da mão” – esta avaliação feita por Lênin resume, de certa maneira, o julgamento crítico feito pelo marxismo sobre as qualidades e as limitações da filosofia de Hegel e indica o caminho que foi seguido, a partir dele, para a elaboração do materialismo moderno, o materialismo dialético. Lênin era um admirador de Hegel, do qual, durante o exílio na Sibéria, sempre mantinha um livro ao lado da cama (5).

A valorização de Hegel por Lênin fazia parte de uma reação contra duas vertentes do pensamento burguês cuja hegemonia se fortalecia e exercia inclusive influência sobre o movimento revolucionário da época. Um deles era o neokantismo, fundamento do neopositivismo; o outro, o positivismo cientificista.

O fundamento de ambos era a rejeição da dia-

lética e, em conseqüência, uma espécie de retorno ao materialismo típico do século XVIII, que foi duramente criticado por Marx e Engels. Tratava-se de uma reação antipositivista que se manifestava desde meados do século XIX e que foi registrada por Engels ao valorizar a obra de Hegel no prólogo de 1888 a *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (6).

Ainda no tempo de Engels havia a tendência, entre os teóricos da II Internacional, de reduzir o materialismo histórico a um determinismo econômico cuja base era a confusão entre marxismo e ciências naturais. Para Eduard Bernstein, por exemplo, a relação entre teoria e prática era a relação entre ciência natural e sua aplicação técnica. Haeckel substituiu Hegel como pensador mais significativo e a noção hegeliana de ciência foi substituída pela noção moderna positivista de ciência natural objetiva e livre da intervenção do sujeito (7).

Na contramão dessas tendências, Lênin insistia que não pode haver materialismo nem ciência natural sem sólida base filosófica, que é a base do materialismo dialético, e que deve ser fortalecido com o “estudo sistemático” da obra de Hegel (8).

A herança de Hegel, que aquele marxismo de feição positivista começava a reduzir ou mesmo abandonar, é um dos fundamentos do materialismo moderno, dialético. Sua incorporação resultou de um longo processo crítico, iniciado por Marx e Engels na década de 1840. Eles repetiram inúmeras vezes aquilo que haviam constatado logo na juventude. Primeiro, a idéia de que a filosofia de Hegel tinha um núcleo racional envolto sob uma capa de misticismo; depois, apontavam a contradição entre o método dialético, revolucionário, e o conservadorismo do sistema filosófico de Hegel; finalmente, compreenderam que o pensamento do filósofo alemão era um materialismo de cabeça para baixo, que precisaria ser recolocado sobre os pés.

Essa crítica aparece na obra de Marx desde 1843 (9), sob a exigência de que a filosofia precisa levar em conta o homem real. Depois, n’*A Sagrada Família* (10), de 1844, Marx e Engels atacaram o cerne do idealismo: “as idéias não podem executar nada”; para que isso ocorra “são necessários os homens, que põem em ação uma força prática”.

Assim, num primeiro momento, o alvo da crítica era o idealismo da filosofia hegeliana. Mas isso não significava voltar ao materialismo anterior, mas sim lançar as bases de uma nova visão, mais avançada. Nesse sentido, Marx dá outro passo na crítica quando redigiu as *Teses sobre Feuerbach* (11) (de 1845), onde registrou de forma sintética o aspecto fundamental representado pela incorporação da dialética hegeliana ao materialismo moderno. A primeira Tese, que opõe o velho, herdado do século XVIII, ao novo, que surgia, é clara. “O defeito fundamental de todo o materialismo anterior, inclusive o de Feuerbach, é que só concebe as coisas, a realidade, a sensorialidade, sob a forma de objeto ou de contemplação, mas não como atividade sensorial humana, como prática, não de modo subjetivo”.

O alvo da crítica marxista era o materialismo francês do século XVIII, que se tomara incapaz de responder às exigências científicas de meados do século XIX. Tratava-se de um materialismo que opunha de forma drástica matéria a idéia, sujeito a objeto. Era, escreveu Engels (12), uma forma metafísica de pensar que precisava ser superada.

Uma das obras mais representativas desse pensamento, escrita por Julien Offroy de La Mettrie, teve o título significativo de *O homem máquina* (1747), onde aplicava aos seres humanos a visão de René Descartes (1596-1650) dos animais como máquinas. Era um pensamento que refletia a preponderância da mecânica entre as ciências e correspondia também à necessidade imposta contra os preconceitos religiosos. E que se manifestava principalmente no estudo da vida, dos seres humanos e da sociedade. Um exemplo dessas limitações é a obra de Thomas Willis (13), *Anatomia do Cérebro*, de 1664. Embora faça parte da linhagem daqueles que conceberam o pensamento como reflexo do mundo objetivo, Willis formulou uma espécie de concordata com a religião propondo a existência de uma alma racional, imaterial e eterna, dada por Deus, que se sobrepunha à alma sensitiva que o homem tem, como os animais. “A alma racional”, escreveu, “recebe as imagens e impressões apresentadas pela alma sensitiva, como que em um espelho e, segundo as concepções e noções daí derivadas, desempenha atos de raciocínio, juízo e vontade”. Sem qualquer conhecimento direto do mun-

do, a alma racional chegava ao entendimento, gradualmente, raciocinando a partir daquilo que era apresentado pela alma sensitiva.

Aquele era um materialismo mecânico, escreveu Engels em *Ludwig Feuerbach*, incapaz de “compreender o mundo como um processo, como matéria sujeita ao desenvolvimento histórico”. E que se refletia mesmo na obras de um cientista como Claude Bernard, pioneiro na medicina experimental que escreveu, em 1865 (14), que o organismo é “uma máquina que funciona, necessariamente, em virtude das propriedades físico-químicas dos seus elementos constituintes”. Sensível às limitações da filosofia daquela época, Bernard fez uma confissão clara: “como experimentador, evito, portanto, os sistemas filosóficos”.

No resumo do debate filosófico que fez no artigo *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx, de 1859, Engels apontou essas limitações. Ele criticou o “novo materialismo naturalista” que se desenvolveu na Alemanha, na metade do século XIX, marcado pelo esquecimento da dialética de Hegel, que não se distinguia teoricamente do materialismo do século XVIII. Nenhuma das formas de pensamento que prevaleciam, disse, era adequada para enfrentar os problemas colocados pela ciência. De um lado, havia a dialética hegeliana, “sob a forma abstrata, especulativa em que Hegel a deixara”. De outro, estava aquele “método ordinário”, “metafísico”, cuja sobrevivência só pode ser explicada “pela inércia e pela ausência de qualquer outro método simples”.

O método hegeliano não servia, “em sua forma atual”, porque era idealista, e “aqui se tratava de desenvolver uma concepção de mundo mais materialista que todas as anteriores”, escreveu Engels. Apesar disso ele era, “entre todo material lógico existente, o único que podia ser usado”. Era um método que rompia com a visão fixista do passado, segundo a qual o mundo era, essencialmente, o mesmo desde sua criação. Era isto o que fazia a superioridade da filosofia hegeliana: o “formidável sentido histórico que

Hegel havia enfrentado as contradições da filosofia em seu tempo e se preocupava particularmente com a solução dada por Kant à separação que, segundo a filosofia idealista de então, existia entre o sujeito e o objeto.

o animava”. E, embora estivesse de “cabeça para baixo”, ele se nutria “de conteúdo real”. Foi, reconheceu o companheiro de Marx, “a premissa teórica direta da nova concepção materialista”, e Marx era “o único que podia entregar-se ao trabalho de extrair da lógica hegeliana a medula que encerra as verdadeiras descobertas de Hegel” e “de restaurar o método hegeliano despojado de sua roupagem idealista, na simples nudez em que aparece como a única forma exata de desenvolvimento do pensamento”.

Assim, foi da “decomposição da escola hegeliana” que “brotou outra corrente, a única que tem dado verdadeiros frutos, e esta corrente está associada primordialmente ao nome de Marx”, diz Engels. Era uma corrente que não punha Hegel de lado, mas “se agarrava a seu lado revolucionário, o método dialético”. Em Hegel, diz, a dialética não passa do automovimento do conceito, e

esta era a inversão à qual era necessário eliminar.

Esta era a tarefa a que Marx se propôs. Em uma carta a Engels, de janeiro de 1858 (15), ele reconheceu que se inspirou na *Lógica* de Hegel para redigir parte de *O Capital* e disse que pretendia “expor, com grande prazer, em um artigo e de forma acessível ao sentido comum do homem, o que há de racional no método que Hegel descobriu mas, ao mesmo tempo, mistificou”. No posfácio à segunda edição (de 1873) de *O Capital* (16), ele precisou melhor a diferença entre seu pensamento e o de seu antecessor: “meu método dialético não só é fundamentalmente distinto do método de Hegel, mas é, em tudo e por tudo, a antítese dele. Para Hegel, o processo de pensamento, a que ele converte inclusive, sob o nome de idéia, em sujeito com vida própria, é o demiurgo do real e este a simples forma externa em que toma corpo. Para mim, o ideal não é, pelo contrário, senão o material traduzido e transposto para a cabeça do homem”.

Este é um ponto importante que evidencia a diferença entre o materialismo dialético, que Marx fundou, e o velho materialismo mecanicista. Retomando aquilo que já havia sugerido na *Primeira Tese*

Sobre Feuerbach, Marx volta a enfatizar a unidade entre os aspectos objetivos e subjetivos do processo de conhecimento ao dizer que o ideal é o material traduzido e transposto para a cabeça do homem. Além disso, Marx faz uma defesa enfática de Hegel. “O fato de que a dialética sofra, nas mãos de Hegel, uma mistificação não obsta que ele tenha sido o primeiro que soube expor de um modo amplo e consciente suas formas gerais de movimento. Acontece que a dialética aparece nele invertida, de cabeça para baixo. Não há mais que dar a volta, melhor dizendo, colocá-la de pé, e em seguida se descobre sob o envoltório místico a semente racional”. Este aspecto não escapou a Lênin que, num texto de 1915 (17), distinguiu, na melhor tradição dialética e marxista, entre o materialismo “tosco, simples, metafísico”, ou antigo, e o materialismo dialético. “A dialética como conhecimento vivo, polifacético (cujo número de facetas aumenta sempre), de inúmeros matizes no modo de abordar a realidade e de aproximar-se dela (com um sistema filosófico que, de cada matiz, se desenvolve num todo): eis aqui o conteúdo incomensuravelmente rico, em comparação com o materialismo ‘metafísico’, cuja desgraça principal é a de não saber aplicar a dialética à teoria do reflexo”.

Esta questão exige um desenvolvimento, embora sumário. Hegel havia enfrentado as contradições da filosofia em seu tempo e se preocupava particularmente com a solução dada por Kant à separação que, segundo a filosofia idealista de então, existia entre o sujeito e o objeto. Kant contornou o problema introduzindo um terceiro elemento, que definiu como fenômeno. O cérebro humano (o sujeito), em sua opinião, é incapaz de conhecer a “coisa em si” (o mundo objetivo), à qual só tem acesso através das sensações captadas pelos órgãos do sentido; por isso o sujeito só pode conhecer o fenômeno, sem ter a certeza de que ele corresponde realmente a algo que exista no mundo real.

Hegel resolveu este problema afirmando que é a idéia que realiza a unidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são a manifestação do mesmo espírito, não pode haver separação entre eles. E elimina, de forma idealista, qualquer dúvida de que o fenômeno, a percepção, corresponda a algo realmente existente. “O puro ser permanece como essência [da] certeza sensível, enquanto ela mostra em si

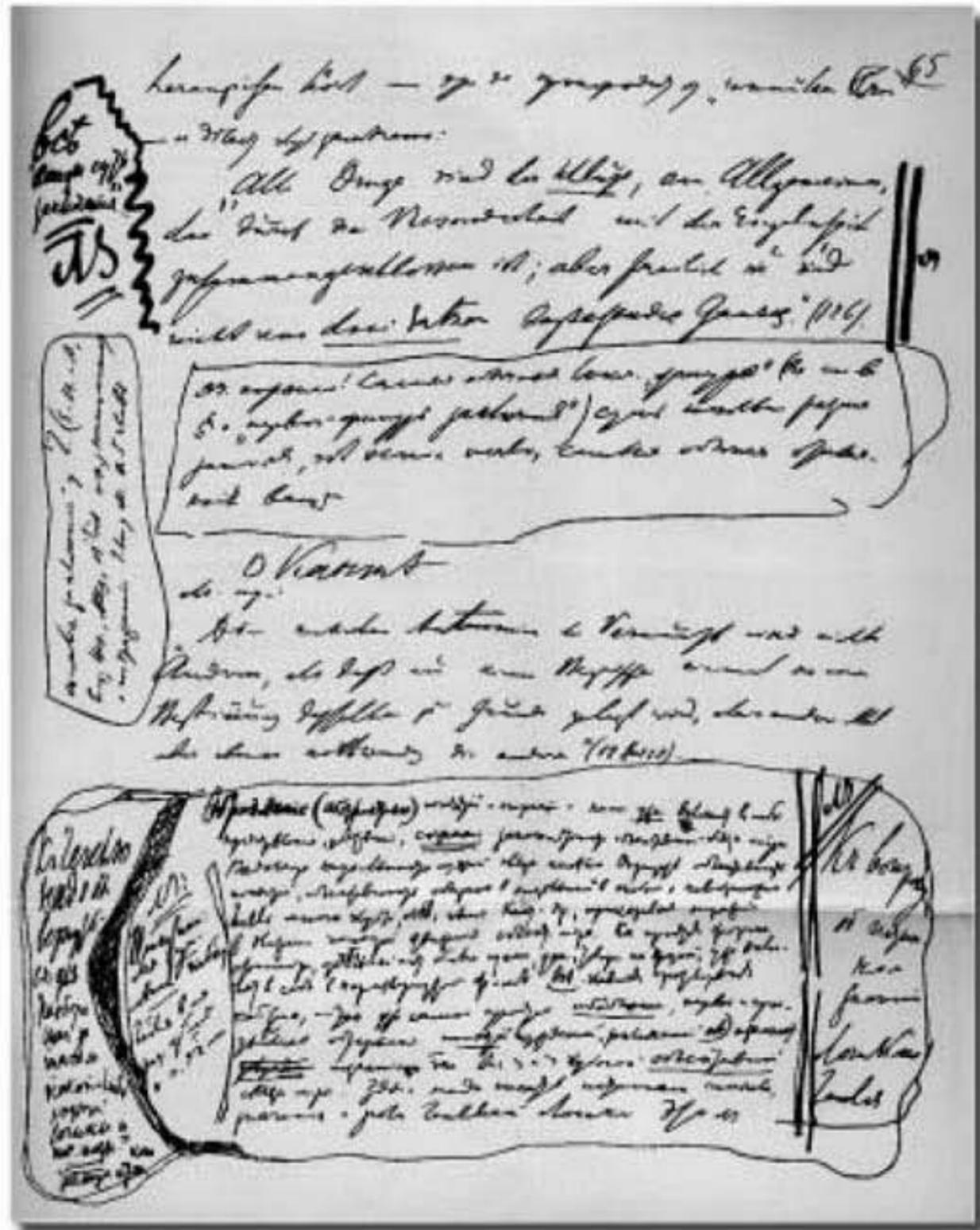
mesma o universal como a verdade do seu objeto”, escreveu Hegel na *Fenomenologia do Espírito* (18).

Avançou, mas continuava insuficiente – a solução estava de perna para o ar; a grande contribuição de Marx foi colocar a questão sobre os pés, fundamentando assim a dialética materialista que compreende essa unidade sob o conceito da totalidade. Na *Introdução à Crítica da Economia Política* (19), ele desvendou o segredo do conhecimento, cujas categorias caminham entre o concreto e o abstrato, para produzir representações mentais que, ao contrário de representações caóticas de um todo, são ricas totalidades de determinações e de relações numerosas, nas palavras de Marx. Vale lembrar extensamente o que ele escreveu: “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado”. Marx critica os idealistas, que consideram que é a consciência que produz o conhecimento. A “consciência filosófica”, escreveu, “considera que o pensamento, que concebe, constitui o homem real e, por conseguinte, o mundo só é real quando concebido”. Esta é a visão idealista. A visão materialista parte da posição oposta de que, para a consciência, “o movimento das categorias surge como um ato de produção real” através de um simples impulso do exterior.

Aqui está o ponto crucial, aquele que levou Lênin a proclamar, ao final da leitura da *Ciência da Lógica*, que o materialismo estava a caminho. E que resolvia a desgraça do materialismo anterior, que não sabia aplicar a dialética à teoria do reflexo. É o ponto que distingue o materialismo moderno de “todo o materialismo anterior”, como dizia Marx: o objeto do pensamento é o “concreto pensado”, elaborado na consciência a partir da atividade prática do homem, e não um mero reflexo de espelho, fotográfico, em que a imagem do mundo se fixasse no cérebro passivamente, à margem da atividade do sujeito, de seu pensamento, cultura, de sua história.

“O pensamento que avança do concreto ao abstrato não se afasta da verdade, mas se aproxima dela”, escreveu Lênin em um comentário à *Ciência da Lógica*. As abstrações científicas “refletem a natureza de forma mais profunda, veraz e completa. Da percepção viva ao pensamento abstrato, e deste à práti-

Página de um
manuscrito de Lênin.
Conspecto do livro de
Hegel *Ciência da
Lógica*, setembro-
dezembro de 1914



ca: tal é o caminho dialético do conhecimento da verdade, do conhecimento da verdade objetiva". As categorias lógicas, diz, são abreviaturas, resumos, da "infinita multidão" de "particularidades da existência exterior da ação", categorias que, por sua vez, "servem aos homens na prática". É assim que se formam os conceitos, e eles incluem a idéia de que a conexão objetiva do mundo é regida por leis.

As formas lógicas, diz Lênin, são "o reflexo do mundo objetivo", como Hegel havia demonstrado de forma idealista. Contudo, não é um reflexo simples, fotográfico, mas, ao contrário, culmina "o processo de uma série de abstrações, a formação e o desenvol-

vimento de conceitos, leis", que "abarcam condicionalmente, aproximativamente, o caráter universal, regido por leis, da natureza em eterno desenvolvimento e movimento", pois o homem "não pode captar e refletir a natureza como um todo em sua integridade, sua 'totalidade imediata': só pode acercar-se eternamente a ela, criando abstrações, conceitos, leis, uma imagem científica do mundo".

Esse processo complexo e multifacético resulta da atividade prática do homem, que leva "sua consciência à repetição das diferentes figuras lógicas, milhares de milhões de vezes, a fim de que estas figuras possam obter o significado de axiomas". O comentá-

rio de Lênin é significativo: “Notável: Hegel chega à ‘idéia’ como a coincidência entre o conceito e o objeto, como a verdade, através da atividade prática do homem, dirigida a um fim. Um enfoque muito próximo da opinião de que com sua prática o homem demonstra a correção objetiva de suas idéias, conceitos, conhecimento, ciência”.

É uma interação complexa que envolve o homem e seu cérebro, onde o mundo objetivo é reproduzido na forma de construtos cerebrais, como dizia Marx, filtrados pelo conjunto de categorias em que o conhe-

cimento humano se traduz e se desenvolve, ao longo do tempo, com aproximações sucessivas mas infinitas com o mundo real, objetivo. Uma tese que Camões traduziu de forma poética, genialmente, uns duzentos e cinquenta anos antes de Hegel, quando registrou que, acidente do sujeito, a alma de sua amada conformou-se à sua, e “esta no pensamento como idéia”.

José Carlos Ruy é jornalista e editor de *Princípios*.

Notas

- (1) Trecho final de um soneto de Camões (1524-1580) que antecipa a síntese do materialismo moderno. O soneto, na íntegra: “Transforma-se o amador na cousa amada / por virtude do muito imaginar; / não tenho, logo, mais que desejar, / pois em mim tenho a parte desejada. / Se nela está minh'alma transformada, / que mais deseja o corpo de alcançar? / Em si somente pode descansar, / pois comigo tal alma está liada. / Mas esta linda e pura semideia, / que, como um acidente em seu sujeito, / asi co a alma minha se conforma, / está no pensamento como idéia: / [e] o vivo e puro amor de que sou feito, / como a matéria simples busca a forma”. Luis de Camões. *Lírica*. São Paulo, Cultrix, 1991.
- (2) Hegel, G. W.F. Hegel. *Ciência de la Lógica*, Buenos Aires, Ediciones Solar, 1993.
- (3) Lênin, V. I. *Cuadernos Filosóficos*. Buenos Aires, Ediciones Estúdio, 1972, p. 221
- (4) Hegel, G. W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio 1830 – Vol. I: A Ciência da Lógica*. S. Paulo, Edições Loyola, 1995, conhecida como *Pequena Lógica*.
- (5) A informação foi registrada por sua mulher, N K Krupskaya, numa obra de reminiscência, o artigo “A literatura predileta de Lênin”. In: Lênin. *La Literatura y el arte*. Moscou, Editorial Progreso, 1979.
- (6) Engels, Friedrich. *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana*. In Marx/Engels, *Obras escogidas*, T. II, Editorial Ayuso, Madri, 1976.
- (7) Salvadori, Massimo “L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”. In Hobsbawn, Eric (organizador), *História do Marxismo*. V. 9, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Também pode ser lido com interesse o ensaio de Andrew Arato. “A antinomia do marxismo clássico: marxismo e filosofia”. Hobsbawn, idem, vol 4.
- (8) Lênin, V. I. “Sobre o significado do materialismo militante”. In: Lênin. *Cultura e revolução cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- (9) Marx, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, São Paulo, Boitempo, 2005
- (10) Marx, Kal, e Engels, Friedrich. *A Sagrada Família, ou a crítica da crítica crítica*. Lisboa, Presença, 1976.
- (11) Marx, Karl. *Tesis sobre Feuerbach*. In Marx/Engels, *Obras escogidas*, T. II, Editorial Ayuso, Madri, 1976.
- (12) Engels, Friedrich. *Contribucion a la crítica de la economía política*, de Carlos Marx, in Marx / Engels, *Obras escogidas*, T. I, Madrid, Editorial Ayuso, 1975.
- (13) Zimmer, Carl. *A fantástica história do cérebro*. O funcionamento do cérebro humano. Rio de Janeiro, Campus, 2004.
- (14) Bernard, Claude. *Introdução à medicina experimental*. Lisboa, Guimarães & Cia Editores, 1978.
- (15) Marx, Karl. *Carta a Engels*, 14/1/1858. Citada em Lênin. *Anotaciones a la correspondência entre Marx e Engels, 1844-1883*, Montevideu / Barcelona, Ediciones Pueblos Unidos / Grijalbo, 1976.
- (16) Marx, Karl. *El capital, crítica de la economía política*. T. 1. México DF, Fondo de Cultura Economica, 1978
- (17) Lênin, V. I. “Em torno a la dialectica”. In: *La Literatura y el arte*. Moscou, Editorial Progreso, 1979.
- (18) Hegel, G. W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, Vozes, 1992, § 99.
- (19) Marx, Karl. “Introdução à Crítica da Economia Política” (Parte III, “O método da economia política”), in: *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.

Marxismo, história e revolução burguesa



Marx e Engels diante da revolução de 1848 e da unificação alemã

Marx e Engels foram os primeiros a introduzir no seio do pensamento avançado o debate em torno da revolução burguesa

AUGUSTO BUONICORE

O debate em torno da revolução burguesa no interior do marxismo é bastante antigo. Marx e Engels foram os primeiros a introduzi-lo. Antes mesmo que a revolução parisiense de fevereiro de 1848 pudesse dar início à “primavera dos povos”, eles expressaram suas esperanças numa possível revolução democrática burguesa na sua terra natal: a Alemanha. No *Manifesto do Partido*

Comunista escreveram: “É para a Alemanha, sobretudo, que os comunistas voltam suas atenções, porque este país se encontra às vésperas de uma revolução burguesa, destinada a concretizar-se sob as condições mais avançadas da civilização europeia, com um proletariado muito mais desenvolvido do que o da Inglaterra, no século XVII, e o da França, no século XVIII, e porque a revolução burguesa na Alemanha será o prelúdio imediato de uma revolução proletária”. Indicaram também a estratégia que deveria ser adota-

da diante da revolução que se aproximava. “Na Alemanha – *escreveram eles* –, o partido comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que ela age revolucionariamente, contra a monarquia absoluta e a propriedade rural feudal”.

Após o início da revolução alemã, Marx e Engels elaboraram uma proposta de plataforma política: “*Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*”. A primeira delas – e mais importante – foi: “Toda a Alemanha será declarada uma república una e indivisível”. Esta se constituiu na principal tarefa a ser realizada pela revolução que se desenvolvia naquele país, que até então não passava de um aglomerado de mais de três dezenas de Estados autônomos. A unificação política e administrativa era uma das condições para unificação do próprio proletariado e sua efetiva constituição em “classe nacional”. Assim, as “*Reivindicações*” se constituíram num dos primeiros programas concretos dos comunistas para uma revolução democrática burguesa.

Em abril os dois autores se transferiram para a Alemanha, visando a participar diretamente do movimento revolucionário. Uma de suas primeiras medidas foi editar o jornal *Nova Gazeta Renana*, como “*órgão da democracia*”. O próprio nome do periódico foi uma tentativa de restabelecer os laços com o jornal da oposição democrática radical, fechado em 1843, do qual Marx havia sido chefe de redação. Outra medida foi ingressarem na Associação Democrática de Colônia e fortalecerem a ala esquerda do partido democrático, composta por elementos radicais da burguesia liberal, da pequena-burguesia e do proletariado.

A burguesia alemã não se colocou à altura das necessidades do movimento revolucionário. Por isso, Marx não se cansou de denunciar as vacilações e traições dos liberais. Isto, no entanto, não mudou sua compreensão sobre a revolução democrática e de quais inimigos deveriam ser derrotados num primeiro momento. Após a dissolução do parlamento, o rei da Prússia outorgou uma nova Constituição que mantinha ainda alguns mecanismos democráticos, conquistados pela revolução de março. Em janeiro de 1849 foram convocadas eleições para a Assembléia Nacional nas quais as associações operárias foram proibidas de apresentar candidatos próprios.

Marx, então, apresentou a proposta de delas participar ativamente e apoiar os candidatos democráti-

cos. Escreveu ele: “Não se trata, por agora, de atuar no plano dos princípios e sim de nos opormos ao governo, ao absolutismo e ao regime feudal, o qual está também ao alcance de simples democratas, e dos que se chamam liberais, que tampouco estão satisfeitos (...) com o atual governo. É preciso tomar as coisas como elas são. Posto que no momento é preciso opor-se o mais possível ao absolutismo atual, uma vez estando claro que nas eleições não se pode levar o trunfo de nossas posições de princípios, o senso comum exige que unamo-nos a outros partidos, igualmente de oposição, para impedirmos a vitória de nosso inimigo comum, a monarquia absoluta”.

Mesmo após a derrota da revolução de 1848, Marx e Engels continuaram defendendo a necessidade da revolução burguesa e criticando as vacilações da burguesia alemã. No entanto, as tarefas daquela revolução foram, gradualmente, sendo realizadas pelo Estado imperial prussiano, sob o comando de Bismarck. Ele iniciou e concluiu a unificação do país – realizada, principalmente, através da força das armas em 1866 e 1871.

Ainda em abril de 1866, em carta a Marx, Engels constatou: “A partir do momento em que Bismarck levou a cabo o projeto da burguesia, devemos reconhecer o fato consumado, gostemos ou não (...) Tudo o que podemos fazer é aceitar simplesmente o fato sem justificá-lo, e aproveitar o máximo que possamos as facilidades existentes agora para a organização e unificação nacionais do proletariado alemão”. À qual respondeu Marx: “Coincido inteiramente contigo em relação a que deve se aceitar a confusão tal como é (...) Para os operários tudo o que centralize a burguesia é, obviamente, favorável”.

O julgamento de Marx e Engels sobre o papel progressista da unificação bismarckiana ficou evidente no apoio, aparentemente inusitado, dado à Alemanha quando da eclosão da Guerra Franco-prussiana em 1870. Marx escreveu em julho daquele ano: “Os franceses necessitam de uma surra (...) Se ganham os prussianos, a centralização do poder estatal será útil para a classe operária alemã”. Em agosto Engels respondeu: “O miserável estado em que se encontra a burguesia alemã deve-se ao fato de que esta guerra tenha sido ordenada por Bismarck e Cia., e que devamos rezar missas por sua glorificação passageira se a conduzem com êxito. Por certo isso é mui-

to desagradável, (...) Bismarck como em 1866 está fazendo um pouquinho do nosso trabalho, a sua maneira e sem se propor; mas de qualquer forma, está fazendo”.

Lênin e a Revolução Democrático-burguesa na Rússia de 1905

No entanto, foram os social-democratas russos, especialmente Lênin, que colocaram a revolução burguesa no centro de suas atenções e de sua elaboração teórico-política. A razão disto foi a luta que travavam contra os populistas que negavam a necessidade de a Rússia passar pelo capitalismo antes de chegar ao socialismo – ou seja, rejeitavam a necessidade da revolução burguesa.

Os socialistas russos quando afirmaram, no final do século XIX e início do século XX, a necessidade da revolução burguesa, não fizeram nada mais do que seguir uma velha tradição da social-democracia europeia. Lênin expôs, de maneira sistemática, sua visão sobre a revolução na Rússia em seu livro *Duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática*, redigido em 1905. “Ao fixar como objetivo do governo provisório revolucionário à realização do programa mínimo, escreveu ele, a resolução eliminou com isso as absurdas idéias semi-anarquistas sobre a realização imediata do programa máximo, sobre a conquista do poder para levar a cabo a revolução socialista. (...) Só os mais ignorantes podem passar por cima do caráter burguês da revolução democrática que se está desenvolvendo (...) E como resposta às objeções anarquistas de que adiamos a revolução socialista, diremos: não adiamos e sim damos o primeiro passo para ela através do único procedimento possível, do único caminho justo, que é o da república democrática. Quem quiser ir ao socialismo por outro caminho que não seja da democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no terreno econômico como no político”.

Em meio ao primeiro ensaio da grande revolução de outubro, Lênin já havia escrito: “A revolução burguesa é absolutamente necessária para os interesses do proletariado (...) Os marxistas estão inteiramente convencidos do caráter burguês da revolução russa (...) as transformações econômico-sociais (...) não somente não constituem em si um ataque ao capita-

lismo, à dominação da burguesia, mas, pelo contrário, pela primeira vez (...) aplainam o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não asiático, do capitalismo; pela primeira vez tornam possível a dominação da burguesia como classe (...) Porém daí não se conclui, de maneira alguma, que a revolução democrática (burguesa por seu conteúdo econômico e social) não represente um enorme interesse para o proletariado”.

Mas, será que Lênin, às vésperas da revolução de outubro, passou a negar seu esquema tático e estratégico anterior? Quando, afinal, ele passou a defender uma mudança substancial na política bolchevique e quais as razões dessa alteração ocorrida em abril de 1917?

No seu informe sobre a revolução de 1905, escrito em janeiro de 1917, ele ainda afirmaria: “a peculiaridade da revolução russa é que, por seu conteúdo social, foi uma revolução ‘democrático-burguesa’, enquanto por seus métodos, foi uma revolução ‘proletária’. Foi democrático-burguesa porque o objetivo imediato a que se propôs, e que se poderia alcançar diretamente com suas próprias forças, era uma república democrática, a jornada de trabalho de oito horas e o confisco dos imensos latifúndios da nobreza, todas as medidas que a revolução burguesa da França realizou quase plenamente em 1792 e 1793”. Esse foi o último texto de Lênin escrito antes da eclosão da revolução russa de fevereiro.

O caráter burguês da revolução russa e a defesa de *Duas Táticas da Social-Democracia* foram reafirmados por Lênin alguns anos depois. No livro *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, escrito em 1918, ele afirma: “Já em 1905 os bolcheviques esclareceram completamente a questão embrulhada por Kautsky. Sim, a nossa revolução era burguesa (...) Tínhamos clara consciência disso, dissemo-lo centenas e milhares de vezes desde 1905, nunca tentamos saltar por cima deste degrau necessário do processo histórico nem tentamos aboli-lo por decreto (...) Mas em 1917, desde o mês de abril (...) dissemos abertamente e explicamos ao povo: agora a revolução não pode deter nisso, pois o país avançou, o capitalismo deu passos em frente, a ruína atingiu proporções nunca vistas, o que exigirá (quer queira quer não) passos em frente, para o socialismo”.

O leninismo, ao contrário do esquerdismo, rea-

firmou a necessidade de se respeitarem as fases e etapas dos processos revolucionários concretos, sem cair em visões estanques e etapistas. Para ele, a revolução deveria ser um processo ininterrupto e os revolucionários não deveriam erigir uma Muralha da China entre as etapas democrático-burguesa e socialista – esperando calmamente que as forças produtivas se desenvolvessem, como advogavam os reformistas. O leninismo, em última instância, foi a negação do economicismo – que fazia das “forças produtivas” o demiurgo da história – pois colocou no centro a política revolucionária e reafirmou o papel da ação consciente dos homens na história.

Algumas considerações sobre a revolução burguesa

Mas, o que é uma revolução burguesa para o marxismo? A revolução burguesa é um processo histórico mais ou menos prolongado, pelo qual as relações de produção capitalistas se tornam hegemônicas e submetem todas as demais relações sociais. Ela tem uma fase de maior duração, marcada pelas transformações econômicas, sociais e culturais, e uma fase de curta duração, condensada no tempo – fase que alguns autores denominaram de “revolução política”. Isto implica uma distinção teórico-metodológica entre revolução no sentido amplo e de revolução num sentido estrito – entre revolução econômico-social e revolução política.

A fase da revolução burguesa, de curto prazo, se traduz na luta política mais ou menos aberta da burguesia e/ou seus aliados pelo controle do aparelho de Estado e do poder político. No entanto, as tarefas políticas da revolução burguesa poderão ser realizadas por outras classes – como a pequena-burguesia – e mesmo pela burocracia de Estado de tipo bonapartista. O conceito de revolução burguesa, portanto, está ligado ao conteúdo das tarefas a serem necessariamente realizadas e não às forças sociais (classes, frações de classe e categorias) que a dirigem ou mesmo que assumem, provisoriamente ou não, posições centrais no novo aparelho de Estado transformado.

Quando plenamente vitoriosa, a revolução política burguesa põe fim às formas políticas e jurídicas arcaicas que impedem o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A revolução política

deve garantir, entre outras coisas, a igualdade jurídica formal de todos os cidadãos (pelo menos aos homens em idade adulta). A revolução econômico-social e a política não seguem rigorosamente qualquer ordem cronológica, não são lineares – são dois momentos de um único e mesmo processo.

Em seu desenvolvimento histórico concreto, a revolução burguesa conheceu dois modelos distintos. O primeiro foi o das revoluções denominadas clássicas – como a Revolução Francesa, quando a burguesia dirigiu a luta do conjunto do povo (pequena-burguesia urbana, proletariado, camponeses e pequena nobreza) contra a aristocracia feudal. A sua ação política foi o estopim para a eclosão de uma revolução camponesa que pôs fim aos privilégios feudais e aos latifúndios. Embora isto não estivesse nos seus planos iniciais e, em muitos casos, foi realizado à sua revelia.

O segundo modelo de revolução burguesa, que Lênin chamou de “Via Prussiana”, engendrou um outro padrão de aliança de classes. Esta idéia nos é apresentada em *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. Nele, escreve: “Existe somente o caminho de desenvolvimento burguês para a Rússia. Mas as formas podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifúndios quer mediante a destruição dos latifundiários feudais (...) O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifúndios, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e pode verificar-se também, tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirparão do organismo social a ‘excrecência’ dos latifúndios feudais e, sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros (...) A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho de tipo norte-americano. No primeiro caso, a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker, condenando os camponeses e decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo (...)”.

O intelectual comunista húngaro Georg Luckás incorporou o conceito e o ampliou para além da resolução das tarefas da revolução burguesa no campo. Referindo-se à “via prussiana” escreve em seu *O Assalto à razão*: “Para certos setores decisivos da burguesia alemã, especialmente para a Prússia, oferecia-se o caminho mais cômodo do compromisso de classes, que permitia subtrair-se às conseqüências plebéias extremas da revolução democrático-burguesa e lhe brindava, portanto, com a possibilidade de alcançar seus objetivos econômicos sem a necessidade da revolução, ainda que fosse às custas de renunciar a hegemonia política no novo Estado (...) o pronunciamento de Lênin não deve ser entendido relacionado somente a questão agrária no sentido estrito, e sim estendido a todo o desenvolvimento do capitalismo e a superestrutura política que apresenta a moderna sociedade burguesa na Alemanha”.

Gramsci, por sua vez, para analisar fenômeno bastante semelhante, cunhou os termos “revolução passiva” ou “revolução-restauração”. Ele defende que a unificação e a própria revolução burguesa na Itália desenvolveram-se predominantemente como revolução passiva. Esta constatação, no entanto, seria válida “não só para a Itália, mas para os outros países que modernizaram o Estado (...) sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobina”.

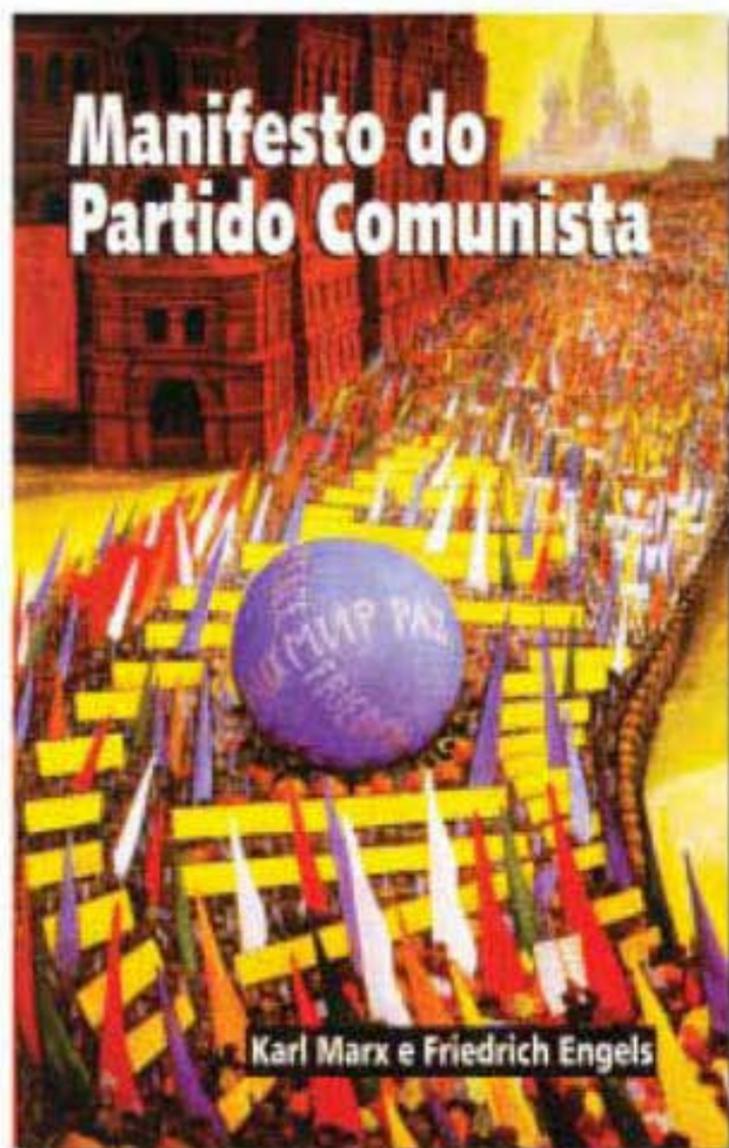
Nos países de capitalismo retardatários – através da “via prussiana” ou “revolução passiva” – as transformações moleculares, graduais tenderam a predominar sobre os momentos explosivos. Ali não se procurou mobilizar revolucionariamente as massas populares e sim foram estabelecidos acordos, por cima, com as antigas classes dominantes, como os latifundiários. Os processos de revolução burguesa na Ale-

manha e na Itália são exemplos deste tipo de “revolução pelo alto”.

A noção de “revolução pelo alto” está presente em alguns textos do próprio Engels. Em *Introdução Às Lutas de Classe na França* (1895) escreve: “O período das revoluções a partir de baixo estava por agora terminado; seguiu-se um período de revoluções a partir de cima (...) O seu imitador Bismarck adotou essa mesma política para a Prússia. Fez do seu golpe de Estado, a sua revolução a partir de cima em 1866”. No manuscrito inacabado *O papel de violência na história*, escrito entre 1887 e 1888, define a unificação alemã como revolucionária, embora tenha sido uma revolução “de cima para baixo”. Em *Crítica ao Programa de Erfurt*, de 1891, Engels escreve: “Não nos compete fazer retroceder a revolução feita por cima, em 1866 e 1870; pelo contrário, temos que lhe trazer o complemento e a correção necessários por um movimento a partir de baixo”.

Os dois tipos de revoluções burguesas correspondem a dois tempos históricos distintos. O primeiro, quando a burguesia ainda era uma classe revolucionária; o segundo, quando ela o deixou de ser, após a experiência da revolta operária de julho de 1848 e da Comuna de Paris em 1871. Podemos mesmo dizer que esta precaução burguesa em relação aos trabalhadores tem sua origem na revolução francesa de 1789, quando ela teve de enfrentar a ala radical do partido democrático – composto pelo jovem proletariado parisiense. Os países que chegaram atrasados ao “universo do capitalismo”, tiveram diante de si o espectro da revolução social de base operária e popular.

Portanto, a idéia de uma revolução burguesa como movimento de médio e longo prazo também não é estranha ao marxismo clássico. Pelo contrá-



rio, ela é amplamente predominante. Em 1874, no *Prefácio Às Guerras Camponesas na Alemanha*, escreve Engels: “Foi assim então que o estranho destino da Prússia quis que ela atingisse, em fins deste século XIX, sob a forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa, começada em 1808-1813 e que deu outro passo adiante em 1848. E se tudo for bem, se o mundo permanecer sereno e tranqüilo, quando todos nós já formos muito velhos, poderemos talvez ver, em 1900, o governo da Prússia suprimir as instituições feudais e a própria Prússia atingir enfim o ponto que se encontrava a França em 1792 (...) A supressão do feudalismo, se queremos ser positivos, significa a instauração do regime burguês. À medida que caem os privilégios aristocráticos, a legislação se torna burguesa. É aqui nos encontramos no próprio âmago das relações da burguesia com o governo”.

Em seu folheto *Sobre o direito das nações autodeter-*

minação, Lênin escreve: “Na Europa Ocidental, continental, a época das revoluções democrático-burguesas abarca um período de tempo bastante determinado, aproximadamente de 1789 a 1871, Foi exatamente esta época dos movimentos nacionais e de formação dos Estados nacionais. No fim desta época a Europa Ocidental tinha se transformado num sistema de Estados burgueses e, regra geral, de Estados nacionalmente homogêneos (...) Na Europa Oriental e na Ásia a época das revoluções democrático-burguesas não fez mais do que começar em 1905 (...) Na Áustria ela (a revolução democrático-burguesa) começou no ano de 1848 e terminou em 1867”.

Augusto Buonicore é historiador e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Bibliografia

- BUONICORE, Augusto C. "Marx e Engels e a Revolução Alemã de 1848". In: *Princípios*, nº 54, ago-out/1999.
- CLAUDIN, Fernando. *Marx y la Revolucion de 1848*, Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- ENGELS, Friedrich. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, Avante! Lisboa, 1981.
- As guerras camponesas na Alemanha*, Grijaldo, São Paulo, 1977.
- El papel de la violencia en la historia*, Marxist Internet Archive, novembro de 2000, fuente Biblioteca de Textos Marxistas.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, política e o Estado moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.
- Cadernos do cárcere*, vol. 5, O Risorgimento, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.
- LENIN, V.I. *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, Livramento, São Paulo, s/d.
- Sobre o direito das nações à autodeterminação*, Avante!, Lisboa, 1978.
- O programa agrário*, Ciências Humanas, São Paulo, 1980.
- Obras escolhidas*, Vol. 1, Alfa-Ômega, São Paulo, 1980.
- LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razon*, Grijaldo, Barcelona, 1972.
- MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*, Ensaio, São Paulo, 1987.
- As lutas de classe em França*, Avante!, Lisboa, 1982.
- O 18 de brumário de Louis Bonaparte*, Avante! Lisboa, 1982.
- MARX, K., e ENGELS, F. *Correspondance*, Tome I (1835-1848), Editions Socilaes, Paris, 1978.
- Obras escolhidas* - vol. 2, Alfa Omega, São Paulo, s/d.
- Obras fundamentales*, vol. 5 Las Revoluciones de 1848, Fondo de Cultura Económica, México, 1985.
- Manifesto do Partido Comunista*, Global, São Paulo, 1988.
- Crítica do Programa de Gotha, Crítica do Programa de Erfurt e Marxismo e revisionismo*, Portucalense, Porto, 1971.
- SPILIMBERGO, *A questão nacional em Marx*, Insular, Florianópolis, 2002.

Marxismo e educação

Enquanto a pedagogia tradicional considera os educandos como indivíduos abstratos e a pedagogia moderna os considera como indivíduos empíricos, a pedagogia concreta é aquela que considera os educandos como indivíduos concretos, isto é, como sínteses de relações sociais

DERMEVAL SAVIANI



A relação entre marxismo e educação pode ser considerada de múltiplas, e variadas, formas. Um exemplo dessa variedade é o livro, recentemente publicado, *Marxismo e educação: debates contemporâneos* (LOMBARDI e SAVIA-

NI, 2005). Nele, além da Apresentação de José Claudinei Lombardi – que discute amplamente a atualidade do marxismo –, encontram-se textos de diferentes autores, abordando além da visão de Marx e Engels as contribuições de Lênin, Gramsci, Althusser, bem como os temas da construção dos sistemas educacionais, da dialética e pesquisa em educação, da qualificação dos trabalhadores, da crítica ao construtivismo, concepção socialista de educação, politécnica e pedagogia histórico-crítica.

Portanto, o leitor interessado em adquirir uma compreensão mais aprofundada das relações entre marxismo e educação poderá, com proveito, lançar mão dessa obra. No presente texto, tomo um aspecto específico que, a meu ver, constitui o cerne da concepção filosófica de Marx. Trata-se da categoria de “concreto”. Para tanto, abordarei o significado dessa categoria tal como a expõe Marx no “método da economia política”. Discutirei a concepção marxista no quadro da filosofia moderna e contemporânea. E, finalmente, examinarei sinteticamente as implicações dessa concepção para a pedagogia.

O significado do conhecimento em Marx

De acordo com Marx, o movimento global do conhecimento compreende dois momentos. Parte-se do empírico, isto é, do objeto tal como se apresenta, à observação imediata. Nesse momento inicial, o objeto é captado numa visão sincrética, caótica, ou seja, não se tem clareza do modo como ele está constituído. Aparece, pois, sob a forma de um todo confuso, como um problema que precisa ser resolvido. Partindo dessa representação primeira do objeto chega-se, por meio da análise, aos conceitos, às abstrações, às determinações mais simples. Uma vez atingido esse ponto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso (segundo momento), chegando pela via da síntese de novo ao objeto agora entendido não mais como “a representação caótica de um todo”, mas como “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (MARX, 1973, p. 229).

Assim compreendido, o processo de conhecimento é, ao mesmo tempo, indutivo e dedutivo, analítico-sintético, abstrato-concreto, lógico-histórico.

Nas palavras do próprio Marx, “o primeiro passo

reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” (Idem, *Ibidem*).

O empirismo – e, portanto, o positivismo – se limita ao primeiro passo. Para essa tendência gnosiológica, conhecer, fazer ciência, é reduzir o complexo ao simples; é passar do particular ao geral; é chegar a conceitos gerais, por isso mesmo, simples e abstratos, dotados – exatamente por causa de seu caráter abstrato – de validade universal.

Inversamente, o racionalismo idealista limita-se ao segundo passo. Para essa tendência é o pensamento que constitui o homem real; o que significa que também o mundo só é admitido como real, enquanto concebido. “Por isso Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si, se aprofunda e se movimenta por si próprio, enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado” (Idem, *Ibidem*).

De fato, “a totalidade concreta enquanto totalidade pensada, enquanto representação mental do concreto”, é produto do pensamento; resulta da atividade de conceber. Mas não é “produto do conceito que desse origem a si próprio, que refletisse exterior e superiormente à observação imediata e à representação” (Idem, p.230). Ao contrário, ela é “produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação” (Idem, *Ibidem*).

Deve-se distinguir, portanto, o concreto real do concreto pensado. “O todo, na forma em que aparece no espírito como totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (Idem, *Ibidem*), isto é, conceitualmente. Já o concreto real, antes do processo de conhecimento, assim como depois, “conserva sua independência fora do espírito” (Idem, *Ibidem*).

Vê-se, pois, que estamos diante de uma concepção claramente realista, em termos ontológicos, e objetivista, em termos gnosiológicos. Assenta-se, portanto, em duas premissas fundamentais: 1. As coisas existem independentemente do pensamento, com o corolário: é a realidade que determina as idéias

e não o contrário; 2. A realidade é cognoscível, com o corolário: o ato de conhecer é criativo não enquanto produção do próprio objeto de conhecimento, mas enquanto produção das categorias que permitam a reprodução, em pensamento, do objeto que se busca conhecer.

Uma concepção ultrapassada?

Indicada a concepção marxista do conhecimento, é inevitável enfrentar objeções do tipo: mas essa não é uma concepção ultrapassada, ligada à visão moderna, com sua “metafísica do sujeito”? Não é Marx um autor do século XIX, marcado pelo paradigma do racionalismo iluminista, amplamente contestado em nossa época, delimitada pelo *linguistic turn*?

De fato, está amplamente difundido, nos dias de hoje, o enquadramento de Marx como um autor enclausurado aos limites da modernidade, equiparando-se a Comte, Spencer, Darwin e a outros representantes do século XIX, cujo pensamento girava ainda no âmbito das aporias enunciadas por Kant.

Mas é exatamente essa espécie de lugar-comum de nossa época que precisa ser discutida.

A meu ver, esse enquadramento de Marx aos limites da modernidade é um equívoco gnosiológico, isto é, científico e filosófico, embora não se possa negar que seja um acerto ideológico. Esclareçamos esse enunciado, sem dúvida, polêmico.

É mais ou menos consensual o entendimento de que a filosofia moderna foi inaugurada com Descartes. A dúvida metódica – por ele lançada em seu *Discurso do Método* e radicalizada nas *Meditações* –, coloca em questão todos os conhecimentos anteriores para instaurar, sobre a experiência subjetiva da dúvida, a verdade inabalável do “cogito”: se tudo eu posso pôr em dúvida, há algo do qual não posso duvidar, a saber, que eu duvido. Ora, se eu duvido, eu penso; e se eu penso, eu sou; eu existo (“cogito, ergo sum”). E Descartes irá descrever o eu pensante

como “res cogitans”, uma coisa que pensa, por oposição à “res extensa”. O sujeito é, portanto, uma substância que se define pelo pensamento; uma substância espiritual, indivisível, unitária (indivíduo), por oposição à substância material que pode ser dividida ao infinito. Dir-se-ia que se instituiu, a partir daí, a “metafísica do sujeito”, entendida por muitos como sendo a característica definidora do pensamento moderno.

Efetivamente, dessas duas noções cartesianas derivaram as duas correntes básicas da filosofia moderna: o racionalismo e o empirismo, ambas ancoradas no sujeito, transformado na nova sede do critério de verdade. A crítica cartesiana desautorizou o objetivismo e o realismo ingênuos que dominaram o pensamento antigo e medieval. Até aí vigorava o critério da evidência objetiva, tão bem traduzido no significado da palavra grega denotativa da verdade: *aléteia*, que significa “coisas não cobertas”, isto é, evidentes, às quais o pensamento deve se submeter. É esse o caráter da defini-

ção clássica de verdade como a adequação do intelecto à coisa, ligada à consideração de que o critério último e universal de julgamento da verdade é a evidência objetiva. A partir de Descartes o critério de verdade desloca-se para o sujeito: nada terá estatuto de verdade sem passar pelo crivo da experiência subjetiva. O crivo da razão, expresso na arte de raciocinar fundada no exercício da dúvida, dá origem à tradição racionalista: só poderá ser aceito como verdadeiro aquilo que eu puder reduzir a idéias claras e distintas. Ou o crivo da sensação, expresso na arte de observar fundada no exercício dos sentidos, que origina a tradição empirista: aqui só será considerado verdadeiro aquilo que eu puder perceber por meio de meus sentidos.

No entanto, a história da filosofia moderna pode ser lida, também, como a história da erosão da noção de substância. Assim, se em Descartes o sujeito cognoscente é uma substância que pensa (“res cogitans”) e o mundo é um complexo de substân-

Indicada a concepção marxista do conhecimento, é inevitável enfrentar objeções do tipo: mas essa não é uma concepção ultrapassada, ligada à visão moderna, com sua “metafísica do sujeito”?

cias materiais (“res extensae”), o exercício crítico empreendido pelos seus sucessores vai progressivamente bombardeando a noção de substância até bani-la completamente do campo filosófico. Com efeito, o empirista Berkeley fará desaparecer completamente as substâncias materiais, admitindo apenas a existência de substâncias espirituais, como fica evidente na fórmula “esse est percipi”, por ele enunciada. Ser é ser percebido. Isto significa que algo só pode existir se e enquanto for percebido por algum espírito. Portanto, a garantia da existência contínua das coisas que compõem o mundo é dada pela existência de um espírito absoluto e eterno que continuamente está percebendo tudo. Igualmente em Leibniz, o elemento simples que está na base da constituição de todo o universo é a mônada, uma substância espiritual, portanto indivisível e desprovida de extensão. Todo esse movimento desemboca em Kant que, formado na tradição racionalista, ao se deparar com a visão empirista expressa nas análises de Hume, se coloca o problema crítico: como é possível o conhecimento humano?

Sua resposta sintetiza os resultados das correntes racionalista e empirista. O sujeito cognoscente está constituído por formas “a priori”, a partir das quais ele constrói o objeto do conhecimento organizando os dados da experiência por meio das categorias do entendimento. Mas esse sujeito cognoscente não coincide com o sujeito empírico, com aquilo que, ao nível do senso comum, nós entendemos como sendo aquele que conhece. Trata-se do sujeito transcendental, entendido como uma pura função de conhecimento. Não é, pois, uma substância. A filosofia moderna chega, com Kant, ao seu coroamento, momento em que a noção de substância se desintegrou totalmente. Estamos, aqui, no campo do idealismo transcendental. Segundo Kant, o que nós chamamos de objetivo é apenas uma maneira de nomear aquilo que é universalmente subjetivo. Hegel, com seu idealismo absoluto, leva às últimas conseqüências a con-

Diferentemente, a pedagogia histórico-crítica considera que os educandos, enquanto indivíduos concretos, se manifestam como unidade da diversidade, “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”.

cepção kantiana o que significa que já se coloca na linha de superação da filosofia moderna, lançando as bases da filosofia contemporânea.

Em Hegel também a idéia de substância desapareceu inteiramente, não se podendo falar em sujeitos do conhecimento ou sujeitos da História. A História não é outra coisa senão a manifestação do espírito absoluto no tempo. Portanto, se a história tem um sujeito, este é o espírito absoluto, do qual os personagens, os líderes, não são mais do que instrumentos. Por isso os chamados grandes líderes da história, cumprido o desígnio do espírito absoluto, “caem como cascas vazias de amêndoa” (HEGEL, 1970, p.58). Ou, numa outra tradução da frase hegeliana impressa na obra Filosofia da história: “caem como cápsulas vazias de um fuzil”.

O que tem a ver Marx com essa concepção que caracterizou a filosofia moderna? Conforme Balibar (1995, p.82-83), “do ponto de vista do idealismo clássico, poderia parecer que Marx tenha procedido simplesmente a uma reunião (que poderia ser uma confusão) dos três pontos de vista” que, acrescento eu, compõem o núcleo da filosofia de Kant e que são, respectivamente, “a ciência (inteligibilidade dos fenômenos), a metafísica (ilusões necessárias do pensamento puro) e a moral ou ‘razão prática’ (imperativo da conduta)”. Mas, prossegue Balibar, essa comparação põe em evidência a originalidade da “teoria da constituição do mundo” elaborada por Marx, “em relação às que a precederam na história da filosofia (e que, é claro, Marx conhecia intimamente)”. Eis, em síntese, o cerne da originalidade dessa teoria da constituição do mundo:

É que ela não procede da atividade de nenhum sujeito, de qualquer forma de nenhum sujeito que seja pensável a partir do modelo de uma consciência. Em contrapartida, ela constitui sujeitos ou formas de subjetividade e de consciência, no próprio campo da objetividade. De sua posição “transcendente” ou “transcendental”, a subjetividade passou para uma

posição de efeito, de resultado do processo social (IDEM, p. 83).

Entendendo o homem como o conjunto das relações sociais, o único sujeito contemplado na teoria de Marx é o sujeito prático que é, “na verdade, um não-sujeito, isto é, a sociedade, como o conjunto das atividades de produção, de troca, de consumo”. Portanto, nessa teoria “a constituição da objetividade não depende do dado prévio de um sujeito, de uma consciência ou de uma razão”. Ao contrário, é ela que “constitui sujeitos que são parte da própria objetividade” (IDEM, IBIDEM). Em suma, Marx opera uma inversão completa do pensamento moderno: “sua constituição do mundo não é obra de um sujeito, ela é uma gênese da subjetividade (uma forma de subjetividade histórica determinada) como parte e contrapartida do mundo social da objetividade” (IDEM, p. 85).

Situando-se no ponto culminante da filosofia moderna, representado por Hegel, Marx buscou empreender a crítica da modernidade de forma contundente, ao mesmo tempo em que procurou desenvolver os elementos da concepção hegeliana que rompiam com o pensamento moderno em sua máxima expressão, consubstanciada na síntese kantiana.

Em contraponto a essa senda científico-filosófica aberta por Marx, nós poderíamos dizer que a maior parte da produção filosófica dos últimos 150 anos não passa de notas à margem do pensamento kantiano que buscam retomar e discutir as conclusões de suas três críticas: a crítica da razão pura, a crítica da razão prática e a crítica do juízo. Com efeito, o positivismo toma como ponto de partida e se constitui num desdobramento da conclusão kantiana segundo a qual apenas a matemática e a física são possíveis como ciência. O vitalismo bergsoniano, assim como o historicismo de Dilthey, procura negar a conclusão de Kant segundo a qual não existe intuição intelectual. O existencialismo e a fenomenologia e, de certo modo, também o positivismo lógico e a filosofia da linguagem partem da constatação kantiana relativa à contraposição entre fenômeno e coisa-em-si. E concluem pela negação dessa dualidade ao afirmarem a precedência da existência sobre a essência (existencialismo), a descrição do fenômeno como via de acesso à essência (fenome-

nologia) e ao considerarem que nada existe por trás dos fenômenos (positivismo lógico e filosofia da linguagem). Aliás, sinal dessa força da matriz kantiana é a denominação de escolas neokantianas atribuída aos grupos organizados no interior desses dois últimos movimentos filosóficos.

E, curiosamente, uma das temáticas que toma corpo nessas correntes e se insinua também no interior do pensamento atual que, de forma genérica e um tanto imprecisa, tem sido chamado de pós-moderno, é a do solipsismo. Presente em Kant, mais explorado por Schopenhauer e abordado por Sartre, tal tema ocupa um lugar importante no positivismo lógico, especialmente em Carnap e Wittgenstein. Este dedica ao tema algumas proposições do *Tractatus*, em especial aquelas da série 5.6. Esta, a proposição de número 5.6, tem o seguinte enunciado: “Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo” WITTGENSTEIN, 1968, p. 111). Por sua vez, a de número 5.62 fará menção explícita ao solipsismo:

Esta observação dá a chave para decidir da questão: até onde o solipsismo é uma verdade.

O que o solipsismo nomeadamente acha é inteiramente correto, mas isto se mostra em vez de deixar-se dizer.

Que o mundo é o meu mundo, isto se mostra porque os limites da linguagem (da linguagem que somente eu compreendo) denotam os limites de meu mundo (Ibidem).

Sartre, por sua vez, faz a seguinte consideração em sua obra principal, *O Ser e o Nada*:

Uma psicologia que pretendesse ser exata e objetiva, como o “behaviorismo” de Watson, teria, em suma, que adotar o solipsismo como hipótese de trabalho. Não se tratará de negar a presença, no campo de minha experiência, de objetos que nós poderíamos nomear “entes psíquicos”, mas somente de praticar uma espécie de época no que se refere à existência de sistemas de representações organizadas por um sujeito e situadas fora de minha experiência (SARTRE, 1943, p.284).

Finalmente, observo que o construtivismo, palavra tão difundida hoje no campo pedagógico, é de matriz kantiana, conforme explicitamente o reconheceu Piaget, sua fonte originária.

À vista das considerações precedentes espero ter

Fus

Il tuo nuovo programma preferito
in un unico programma

Il tuo nuovo programma preferito
in un unico programma

Olinda!

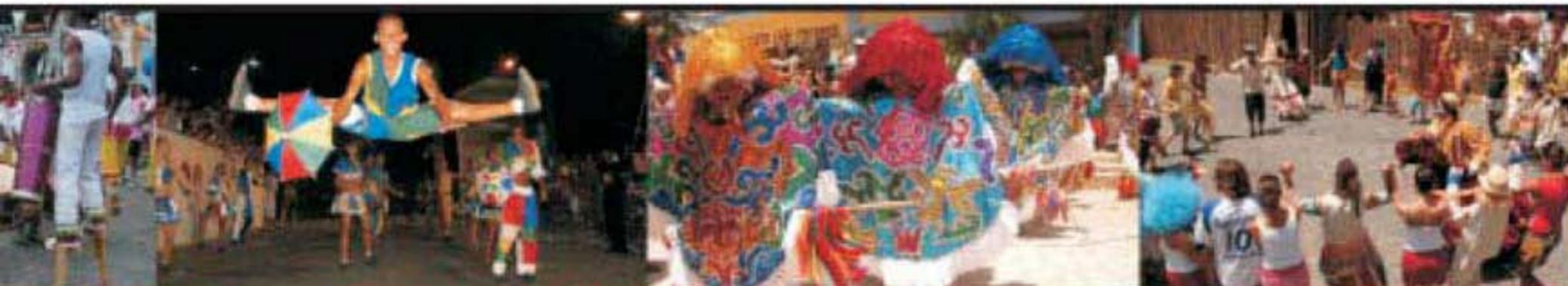
BRASIL É!

Olinda, o maior patrimônio histórico e cultural do Brasil, agora é, também, a primeira Capital Brasileira da Cultura.

Esse título, criado pelo Ministério da Cultura para promover e divulgar a diversidade cultural existente no Brasil, resgata símbolos esquecidos, reafirma a identidade cultural do povo brasileiro, valorizando e preservando o nosso patrimônio material e o imaterial.

Parabéns, Olinda. Parabéns, cidadão olindense. Parabéns, Brasil.

Olinda, primeira Capital Brasileira da Cultura. Nosso maior patrimônio é a cultura.



Virado

Passista de frevo

Caboclos de lança

Roda de Ciranda

deixado claro por que considere um equívoco gnosiológico circunscrever Marx nos limites do pensamento moderno.

No entanto, sabemos que as concepções que os homens elaboram não têm apenas um caráter gnosiológico, isto é, relativo ao conhecimento da realidade, mas também ideológico, isto é, relativo aos interesses e necessidades humanas. Em suma, o conhecimento nunca é neutro, isto é, desinteressado e imparcial. Os homens são impelidos a conhecer em função da busca dos meios de atender às suas necessidades, de satisfazer às suas carências. Se o aspecto gnosiológico, centrado no conhecimento, tende para a objetividade, o aspecto ideológico, centrado na expressão dos interesses, tende para a subjetividade. Mas esses dois aspectos não se confundem, não se excluem mutuamente e também não se negam reciprocamente. Ou seja: não se trata de considerar que os interesses impedem o conhecimento objetivo nem que este exclui os interesses. Os interesses impelem os conhecimentos e, ao mesmo tempo, os circunscrevem dentro de determinados limites. É nesse terreno que se desencadeiam os embates e as lutas do campo intelectual onde equívocos gnosiológicos podem se manifestar como acertos ideológicos. Assim, embora, como mostrei, a concepção marxiana não possa ser considerada como inserida na tradição da modernidade, sua inserção nesse âmbito por parte daqueles que se situam no horizonte da ordem social instaurada pelo capitalismo corresponde à tentativa de mostrar que a concepção que formula as condições de ultrapassagem desse horizonte se encontra aquém e não além da forma social atualmente dominante. Nesses termos, trata-se então de um acerto ideológico, pois expressa corretamente os interesses e necessidades dos que enxergam a organização social atual como ainda em expansão e, portanto, capaz de resolver os problemas que a humanidade vem enfrentando.

Mas, se a concepção elaborada por Marx partiu

do ponto mais avançado atingido pela modernidade expresso pela filosofia de Hegel, efetuou sua crítica e inverteu os termos do problema posto pelo pensamento moderno desautorizando o idealismo, então não se trata de uma concepção inserida nos limites

do pensamento moderno. Não é, pois, uma concepção ultrapassada, mas se insere plenamente no debate contemporâneo. E, pela crítica radical ao idealismo próprio do pensamento moderno, instaura um novo realismo que, obviamente, não pode ser interpretado como uma volta à metafísica da objetividade anterior à modernidade. Ingressamos, agora, num novo entendimento da objetividade que se beneficiou da incorporação de todos os elementos críticos desenvolvidos no seio da filosofia moderna.

Daí, a grande importância de distinguir entre o aluno empírico e o aluno concreto, firmando-se o princípio de que o atendimento aos interesses dos alunos deve corresponder sempre aos interesses do aluno concreto.

Conclusão: para uma pedagogia concreta

Ao discutir as bases da concepção dialética de educação que, a partir de 1984, passei a denominar de “pedagogia histórico-crítica”, afirmei que o movimento que vai do empírico (“o todo figurado na intuição”) ao concreto (“uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”) pela mediação do abstrato (a análise), constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de ensino (o método pedagógico). É a partir daí que podemos chegar a uma pedagogia concreta como via de superação tanto da pedagogia tradicional como da pedagogia moderna.

Uma pedagogia concreta é aquela que considera os educandos como indivíduos concretos, isto é, como sínteses de relações sociais. Assim, enquanto a pedagogia tradicional considera os educandos como indivíduos abstratos, isto é, como expressões particulares da essência universal que caracterizaria a realidade humana, a pedagogia moderna considera os educandos como indivíduos empíricos, isto é, como sujeitos singulares que se distinguem uns dos outros pela sua originalidade, criatividade

e autonomia, constituindo-se no centro do processo educativo. Por esse caminho a pedagogia nova elide a história, naturalizando as relações sociais, como se os educandos pudessem se desenvolver simplesmente a partir de suas disposições internas, de suas capacidades naturais, inscritas em seu código genético.

Diferentemente, a pedagogia histórico-crítica considera que os educandos, enquanto indivíduos concretos, se manifestam como unidade da diversidade, “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”, síntese de relações sociais. Portanto, o que é do interesse deste aluno concreto diz respeito às condições em que se encontra e que ele não escolheu, do mesmo modo que a geração atual não escolhe os meios e as relações de produção que herda das gerações anteriores. Sua criatividade vai se expressar na forma como assimila as relações herdadas e as transforma. Nessa mesma medida os educandos, enquanto seres concretos, também sintetizam relações sociais que eles não escolheram. Isto anula a idéia de que o aluno pode fazer tudo pela sua própria escolha. Essa idéia não corresponde à realidade humana.

Daí, a grande importância de distinguir, na compreensão dos interesses dos alunos, entre o aluno empírico e o aluno concreto firmando-se o princípio de que o atendimento aos interesses dos alunos deve corresponder sempre aos interesses do aluno concreto. O aluno empírico pode querer determinadas coisas, pode ter interesses que não necessariamente correspondem aos seus interesses concretos. É neste âmbito que se situa o problema do conhecimento sistematizado, que é produzido historicamente e, de certa forma, integra o conjunto dos meios de produção. Esse conhecimento sistematizado pode não ser do interesse do aluno empí-

rico, ou seja, o aluno, em termos imediatos, pode não ter interesse no domínio desse conhecimento; mas ele corresponde diretamente aos interesses do aluno concreto, pois enquanto síntese das relações sociais, o aluno está situado numa sociedade que põe a exigência do domínio deste tipo de conhecimento. E é, sem dúvida, tarefa precípua da escola viabilizar o acesso a este tipo de saber.

Eis como a pedagogia histórico-crítica, trilhando as sendas abertas por Marx, situa-se além e não aquém da pedagogia moderna, habilitando-se a enfrentar os desafios postos à educação pela sociedade atual, ultrapassando o horizonte do capitalismo e da sua forma social correspondente, a sociedade burguesa. Por isso, os que se situam nos limites desse horizonte incorrerão, compreensivelmente, no equívoco gnosiológico de considerar a pedagogia inspirada no marxismo como uma concepção ultrapassada, circunscrita à problemática do século XIX. De fato, os interesses vinculados à ordem social hoje dominante, de cunho capitalista, não permitem outra interpretação, razão pela qual o mencionado equívoco gnosiológico se expressa como um acerto ideológico. Mas, para a grande maioria da população, cujos interesses só poderão ser contemplados para além dos limites da sociedade capitalista, não há entrave para a compreensão do movimento histórico que, como se evidencia nas pesquisas levadas a efeito por Marx, coloca a exigência de superação da ordem burguesa pela construção de uma sociedade em que estejam abolidas as relações de dominação entre os homens.

Dermeval Saviani é Professor Emérito da UNICAMP, Coordenador-Geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e Pesquisador do CNPq.

Referências

- BALIBAR, Étienne, *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, *Filosofia de la história*. Barcelona, Zeus, 1970.
- LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (Orgs.), *Marxismo e educação: debates contemporâneos. Contribuição para a crítica da economia política*

Considerações gerais sobre o marxismo e a Ásia

Tamanha pilhagem estrangeira foi acompanhada por grandes revoluções nacionais e populares que, por sua vez, transformaram a Ásia no palco em que a luta socialismo x capitalismo ocorreu de forma mais radical e sangrenta no século XX

ELIAS JABBOUR

Os ingleses, sendo mais exato, sua classe dominante e adjacências, e sua mania de colocar em aposta tudo o que for possível puseram em relevo recentemente uma enquete na qual Karl Marx foi eleito o maior filósofo de nosso tempo. Os motivos para isso podem ser postos à prova. Um deles está calcado no fato de nenhum corpo científico ter provocado, no século XX, transformações ou influen-

ciado acontecimentos em formações sociais tão díspares: da Europa à América ou da África à Ásia.

Pode-se contra-argumentar demonstrando que o corolário liberal transformou-se em senso comum nos quatro cantos do planeta. Mas um olhar científico mais amplo leva-nos a constatar que Marx foi o primeiro a propor a superação de uma sociedade pautada pela exploração do homem pelo próprio homem, por uma sociedade não alienada pela necessidade, portanto, inédita na histó-



A 1ª geração de dirigentes comunistas da China

ria humana. O contexto de exploração, e sua superação nos marcos da dominação colonial e imperialista transformou o marxismo em bandeira de luta não somente para os trabalhadores europeus e norte-americanos, mas também para os povos que lutaram e lutam pela libertação de nações inteiras.

Vale colocar que nossa idéia aqui é apresentar algumas considerações gerais sobre a relação entre marxismo e Ásia. Não nos apreenderemos em aspectos teóricos da construção do socialismo naquela região. Tal processo (socialismo na Ásia) demanda um trabalho mais árduo e coletivo.

Lênin e a categoria de imperialismo

A universalização do pensamento marxista, e sua conseqüente formatação exequível para os povos da periferia, é obra, sobretudo das análises de Lênin. Nem Marx, nem Engels assistiram ao surgimento do

capital financeiro e de sua anomalia política, o imperialismo. Coube a Lênin, nas palavras de Stálin, adaptar o marxismo à época do imperialismo e às revoluções proletárias. Neste contexto histórico analisado pelo teórico e prático russo, o nascente capital financeiro enfraqueceu a luta da classe trabalhadora européia e “incendiou” as relações centro-periferia até chegar a um ponto insuportável seja na China, na península da Coréia ou na Indochina. Logo, não é de estranhar que tamanha pilhagem, acompanhada por grandes revoluções nacionais e populares, tenha transformado a Ásia no palco em que a luta socialismo x capitalismo ocorreu de forma mais radical e sangrenta no século XX.

Em resumo, é importante salientar que a análise da absorção do marxismo na Ásia deve ser balizada tendo como ponto de partida o surgimento do imperialismo e a conseqüente mudança do foco revolucionário do centro do sistema – outrora salientado por



Marx –, para a periferia, destacado por Lênin, desde a fundação da III Internacional em 1919, conforme o século XX e seu legado histórico tratou de confirmar.

Revoltas camponesas

Se a compreensão inicial da relação entre marxismo e Ásia passa inicialmente pela assimilação da categoria imperialismo em Lênin, o segundo passo primordial passa por responder o porquê de revoluções terem sido vitoriosas em formações sociais essencialmente camponesas e não proletárias, como Marx o imaginava. Sejamos justos com Marx. Conforme dissemos acima, ele não assistiu ao surgimento do imperialismo; logo, temos de compreender que nosso pensador principal foi diretamente influenciado pelos acontecimentos de 1848 na Europa onde o nóvel proletariado já havia emprestado seu poder de combate. Proletariado este síntese do grau de desenvolvimento que as forças produtivas alcançaram na Europa.

Para o caso em tela (a Ásia), devemos, como Marx, abstrair elementos de tal formação social. Ele próprio nos lançou elementos para melhor compreensão daquela realidade específica ao analisar a relação entre trabalho necessário e excedente nas diferentes zonas do Globo. Tais elementos contidos nos capítulos V e XIV de *O Capital* (Livro 1) lança luz sobre um chamado modo de produção asiático, que compreende geograficamente territórios (Ásia e atual América Latina) onde a abundância de recursos hídricos e terras férteis se constituíram em fator de crescimento geométrico da população (daí hoje a Ásia ter a maior

densidade demográfica do planeta) nos vales do Rio Ganges (Índia), Yang-tsé (China), Mekong (China e Indochina) e da fixação desta mesma população.

O modo de produção asiático correspondeu ao primeiro grande esforço de planejamento estatal (200 anos a.C., unificação do Império Chinês) ao intervir – com o apoio de massas camponesas – em imensas obras hidráulicas que permitiram ampliar as áreas agriculturáveis, a partir de áreas propícias (centrais), para áreas menos favorecidas pela natureza (1). A força deste modo de produção baseado na formação de um Estado anterior a Cristo era sintetizado em grandes invenções como a bússola, a pólvora e a caravela. Todavia, a capacidade milenar de planejamento territorial pode ser observada ainda hoje na China, tendo em vista o dinamismo do Partido Comunista da China (PCCh) em prover políticas públicas com rápidos impactos sob o 3º maior país do mundo com uma população estimada em 1,3 bilhão. Desta forma a história se justifica como a mãe de todas as ciências e o marxismo como um método quase insubstituível de análise de uma dada realidade.

Abrindo parênteses, rapidamente: o marxismo como método científico é caracterizado pelo radicalismo (a raiz do homem é o próprio homem) e a análise do concreto a partir das múltiplas determinações. Desta forma podemos perceber que o chamado Império do Meio tinha como base política milhões de famílias camponesas. Tais famílias à medida que a superestrutura política imperial tornava-se inepta ou corrupta para a necessária reparação de obras hidráulicas – redundando em enchentes avassaladoras – partiam para a organização de rebeliões que substituíam dinastias. Foi assim em 221 a.C., em 1368, 1644, 1820 e na proclamação da República da China em 1911. A última rebelião camponesa chinesa levou o Partido Comunista de Mao Tsetung ao poder em 1949. É bom deixar claro, ainda, que estes dois últimos acontecimentos (1911 e 1949) deveu-se a fatores que vão além das catástrofes naturais.

Na Coréia levantes camponeses iniciados na década de 1920 liderados por Kim Il Sung expulsaram os invasores japoneses de seu território nos anos 1940. No Vietnã, Ho Chi Minh tendo os camponeses como base política e militar demonstrou para sempre que o imperialismo norte-americano não é invencível.

E, recentemente, o apoio granjeado por mais de

800 milhões de camponeses por conta das reformas econômicas no campo (permissão de venda no mercado dos excedentes colhidos), redundando em saltos sucessivos no padrão de vida dos camponeses, foi o principal responsável – ao lado da visão política de Deng Xiaoping – pela manutenção do status quo do PCCh diante do levante contra-revolucionário de Tíananmen em junho de 1989.

Confucionismo e marxismo

Outra determinação relacionada às formações sociais em tela está no papel do confucionismo como ideologia mediadora entre as amplas massas camponesas e o poder central. Uma das idéias caudatárias do confucionismo, que habita a subjetividade de amplas massas camponesas na Ásia, está na máxima do chamado “mandato delegado pelos céus e revogáveis pelo povo”. Não passava pela cabeça de Mao que qualquer mandato político fosse delegado pela divindade, o que Mao Tsetung constatou, foi o papel histórico cumprido pelas revoltas camponesas na China. Tal constatação, fruto de um estudo radical da formação social chinesa, é um dos fatores que devem ser levados em conta nas análises acerca da vitória do grupo político de Mao dentro do PCCh na metade da década de 1930 contra o grupo até então hegemônico no seio do partido que atribuía ao proletariado industrial o papel central na revolução. Na Ásia – em primeiro lugar na China – o marxismo é apreendido a partir das especificidades nacionais pelo curso da luta política marcada por derrotas iniciais (Xangai em 1928, por exemplo) causadas principalmente por uma leitura externa (Moscou) da realidade chinesa. Afinal o PCCh – não podemos nos esquecer –, é uma organização típica da III Internacional. Daí o pensamento de Mao Tsetung ser tido na China – ou o pensamento de Ho Chi Minh no Vietnã, ou a teoria Zuche na Coréia – como o marxismo-leninismo adaptado a tais realidades, sendo apenas mais um diferencial qualitativo típico de formações sociais milenares; logo, sem complexos de inferioridade diante de nenhum outro povo ou nação.

Outra determinação de ordem cultural relacionada ao confucionismo está num certo grau de materialismo deste pensamento. O confucionismo não é um corpo filosófico materialista por excelência. Mas

a idéia que o mesmo faz na centralidade do trabalho como fator de progresso pessoal, aliada a fatores de ética pessoal, foi elemento, vamos dizer assim, filtro de correntes externas que se adaptaram, na China em particular, à lógica confuciana. Empiricamente, o budismo originário da Índia, na China tem características bem menos reacionárias do que o verificado no Tibet – onde o poder do Lama e de sua descendência tem caráter divino, além de costumes conservadores como a veneração dos mortos, o credo na reencarnação etc. Isto explica em parte por que, apesar de problemas com agressões estrangeiras semelhantes, o marxismo na Ásia (leia-se China, Coréia e península Indochinesa) tem poder de penetração maior sobre amplas massas populares – que numa formação social com traços de atraso como os verificados na Índia (sociedade dividida por castas). Trata-se, neste caso de uma polêmica teórica de relevância para aqueles que querem explicar os porquês que envolvem a maior ou menor aceitação do marxismo em determinadas formações sociais e em outras não (2).

Revolução Russa e libertação nacional

Seria impossível atribuir somente a determinações históricas e filosóficas o passaporte de entrada do marxismo na Ásia. Outras determinações de caráter político são centrais e a principal delas está relacionada com o papel da Revolução Russa na luta de libertação nacional naquela região, em especial e num primeiro momento na China.

O marxismo antes da Revolução Russa não despertou maiores interesses na intelectualidade chinesa. Isto guarda relação com a própria idéia marxiana de revolução primeiro nos países mais avançados na Europa – daí o mundo girar em torno dessa mesma Europa. Como já dissemos no início deste artigo, o eurocêntrismo de Marx estava intimamente relacionado ao papel das revoluções industriais (surgimento do proletariado) e dos acontecimentos políticos de 1848.

Retornando à China, o que de mais avançado surgiu nesse país anteriormente ao marxismo foram as idéias socialistas utópicas tipicamente anglo-saxãs (seu principal teórico foi H. George), nas quais a relação de poder central e o papel do proletariado inexistem, dando lugar à apropriação dos excedentes de produção nas mãos do Estado. Esta idéia ainda assim

é mais avançada que as praticadas por socialistas utópicos franceses e suas comunidades solidárias de trabalho. O próprio socialismo atribuído a Sun Yatsen é originário desta vertente de pensamento.

Desta forma, somente uma revolução em países com condições semelhantes às da China poderia levar o marxismo ao centro da solução da problemática iniciada com a ocupação estrangeira. Assim a Revolução Russa – onde um grupo de militantes, com grande capacidade de disciplina e de organização, derrubou uma aristocracia ali encastelada havia séculos – se transformou no visto de entrada, numa luz no fim do túnel para a China.

Mas os acontecimentos de Petrogrado em 1917 não podem servir por si só como elemento de difusão do marxismo na Ásia e notadamente na China. Outra determinação – de grande monta em nosso ponto de vista – está relacionada com a forma como uma nação débil como a Rússia conseguiu expelir a ocupação de 12 países sobre seu território. Mais uma determinação está relacionada com a própria forma como a Rússia passou a tratar a China concretamente: renunciou aos tratados da Rússia czarista com o Império Chinês que previa direitos especiais na Manchúria, a indenizações inerentes à revolta dos boxers e ao fim da reivindicação sobre a Estrada de Ferro do Leste da China. Os russos logo se tornaram os melhores amigos dos chineses (3). Neste caso específico vale comparar a forma como a Rússia revolucionária passou a tratar a China com a das democracias defensoras da liberdade de expressão e dos direitos humanos, como a Inglaterra e seu “democrático” império.

O outro lado é consequência da forma como os comunistas chineses, já influenciados por Lênin, pas-

saram a solucionar o problema teórico de enquadramento da China no mundo. Li Dazhao, bibliotecário, fundador do PCCh e difusor do marxismo na China, desenvolveu a idéia que se relacionou com o fato de a China não ter passado por um processo de desenvolvimento como os verificados no mundo ocidental, fazendo-a sofrer mais que qualquer outro país a opressão capitalista (5). Esta visão da China como uma “nação proletária” colocou a questão nacional no centro do processo em curso iniciado com a fundação do PCCh em julho de 1921(4).

A centralidade da questão nacional compreendida desde o início dos processos revolucionários na Ásia é resultado, do ponto de vista teórico, da necessidade de interpretação dialética de cada formação social por parte de tais organizações. De se perguntarem: qual a contradição principal? Ou, qual o aspecto principal da contradição principal?

Mas foi na necessidade de encontrar “claros” em suas formações sociais que marxistas asiáticos foram mestres em desenvolver o marxismo e as formas de luta concreta sob cada realidade concreta. O resultado: na China, no Vietnã e na Coreia do Norte seus partidos tornaram-se não somente a vanguarda do proletariado, mas também de suas respectivas nações, abrindo caminhos para o restante da humanidade. Analisemos o que representa o atual esforço chinês em superar de uma vez por todas a miséria e o subdesenvolvimento e o legado histórico da resistência do povo vietnamita na segunda metade do século passado.

Eltas Jabbour é mestre em Geografia Humana pela USP e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Notas

- (1) MAMIGONIAN, A. “Desenvolvimento Econômico e Questão Ambiental”. *Cadernos da VII Semana de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. Junho de 1997.
- (2) Impossível fazer transposições mecânicas. Ou melhor, o nível de materialismo subjetivo de uma dada realidade não é determinante única para o sucesso de uma organização política marxista. Mais: deve-se tomar cuidado na análise desta importante determinação, para não se “cair” num certo “culturalismo” típico de análises liberais.
- (3) NORTH, Robert: *Moscow and chinese communists*. Harvard University Press. 1969. p. 45.
- (4) SPENCE, Jonathan D.: *In search for modern China*. W.W. Norton Company Inc. New York. 1990. p. 305. Uma análise mais pormenorizada da influência de Li Dazhao nas elaborações iniciais do PCCh pode ser encontrada em: MEISNER, Maurice: *Li Ta-chao and the origins of chinese marxism*. Harvard University Press. 1967.

A dessacralização do Estado por Marx

O estudo de Marx continua imprescindível para a compreensão das diferentes formas históricas assumidas pelo Estado, seu caráter de classe e sua configuração atual

SILVIO COSTA

Marx, desde cedo, incorpora, criticamente, a concepção hegeliana de Estado e considera como positiva a separação entre “sociedade civil” e “Estado político”, como sendo duas esferas distintas e responsáveis pela alienação política do homem moderno, mas também apresenta críticas fundamentais ao idealismo e ao pensamento liberal, criticando-os por se limitarem a conceber a democracia e a liberdade apenas ao nível formal, do ponto de vista político e apenas nas instituições po-

líticas, e não na vida real, na qual o que predomina são as relações econômicas, identificadas como sendo a esfera da sociedade civil.

O Estado é colocado, desta forma, como mediador nas relações entre os homens e a expressão do conjunto da sociedade, eliminando, aparentemente, as contradições e desigualdades existentes no mundo real, o que possibilita a criação de uma situação ilusória que se consolida como fonte da alienação política e de sua contínua reprodução.

Nesse período, seus escritos mais importantes são: *Crítica do Estado Hegelianos* (1843), *A questão judaica* (1843) e *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843-1844).

*Marcha dos
trabalhadores na
Itália, gravura
do século XIX*



Em *A questão judaica*, Marx, ao criticar Hegel, afirma que o Estado anula a seu modo as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação e ao declarar que o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem são diferenças não-políticas. Ao pregar que todos são membros do povo, sem atentar para as diferenças reais, os elementos da vida real são reduzidos aos limites do Estado. Isso não permite revelar que o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, que por sua natureza especial, não possibilita acabar com as diferenças reais. O Estado só existe e se expressa como Estado político enquanto expressão destas diferenças e de sua perpetuação.

Mesmo apresentando essas críticas, a apreensão do Estado, enquanto poder político organizado que pressupõe dimensões econômicas articuladas e inter-relacionadas a outras dimensões, ainda não está presente em Marx. Isso ocorre mesmo quando ele apresenta como pressupostos à sua análise a existência

de elementos materiais, como, por exemplo, a propriedade e a ocupação, lado a lado de elementos espirituais como a cultura e a religião, sem estabelecer, no plano teórico, qualquer hierarquia entre esses diferentes elementos. Assim, o Estado ainda não surge fetichizado e não é apresentado como o poder organizado de uma classe sobre outra(s), mas como uma generalidade afeta ao conjunto da sociedade.

A superação da marcante e importante influência de Hegel, de abandono do democratismo revolucionário e o início da elaboração das bases da teoria de Marx (e Engels) sobre o Estado corresponde ao período compreendido entre 1844 e início de 1850. São dessa época algumas de suas mais importantes obras: *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844); *Teses sobre Feuerbach* (1845), *A miséria da filosofia* (1847), *Trabalho assalariado e capital* (1847) e, em colaboração com Engels, *A sagrada família* (1844), *A ideologia alemã* (1845-1846) e *O Manifesto do Partido Comunista* (1848).

Partindo do pressuposto dos pensadores liberais de que a função do Estado é garantir a propriedade, Marx compreende que, por mais que se tente apre-

sentar o Estado como expressão harmônica e genérica do conjunto da sociedade, ele é, na realidade, o locus dos antagonismos sociais baseados na contradição entre o interesse geral e o particular, entre o público e o social e a vida privada. Assim, Marx conclui ser o Estado uma entidade de classes, um órgão para assegurar o domínio das classes proprietárias e ao mesmo tempo reproduzir a divisão da sociedade em classes antagônicas. Neste sentido, o Estado, por mais democrática que seja sua forma, não é a expressão da vontade geral, mas sim um instrumento a serviço da dominação de classe.

Neste período, a compreensão sobre o Estado, enquanto expressão do poder político, pode ser sintetizada, em linhas gerais, nas seguintes passagens d' *O Manifesto do Partido Comunista*:

“O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra” (p. 38).

“O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (p. 23).

A primeira fase da revolução operária é o advento da classe operária como classe dominante, o advento da democracia. O proletariado afirmará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante (p. 37).

A originalidade, deste período, é a análise do Estado como expressão das relações econômicas e da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Essa formulação contribui decisivamente para a dessacralização do Estado e para a compreensão da tempestade revolucionária que varre a Europa.

A concepção de Marx sobre o Estado vai-se explicitando ou desenvolvendo à medida que estuda as imbricações e os desdobramentos sociais, políticos e econômicos do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em seus desenvolvimentos especificamente capitalistas.

A onda revolucionária que atinge a Europa de 1848 a 1850 produz na França, um contexto favorável ao golpe de Estado do 18 Brumário de Luís Bonaparte, ao Segundo Império e a vitória momentânea da contra-revolução européia. Os acontecimentos políticos destes anos são importantes e decisivos para o

desenvolvimento do pensamento político de Marx que, ao analisar o processo da luta de classes na França e o surgimento do proletariado como força política independente, avança na formulação da necessidade da destruição do Estado burguês e da edificação do Estado proletário. São deste período: *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* (1850) e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852).

N' *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao analisar a história e a organização de uma determinada forma de Estado burguês, o Bonapartismo, que tem suas origens e contornos no desenvolvimento do processo de luta de classes na França entre fevereiro de 1848 e o golpe de Estado de dezembro de 1851 e a conseqüente implantação do II Império, contribui decisivamente para a dessacralização do Estado burguês, mesmo quando há a tentativa de apresentá-lo como estando acima das contradições de classes e como representativo do conjunto da sociedade. Isso porque, na realidade, mesmo quando “a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói” (p. 325), o Estado não perde sua determinação de classe.

Marx, analisando a intensa luta de classes que atingiu vários países europeus, notadamente a França, e a irrupção de revoluções e insurreições populares, acontecimentos de que participava pessoalmente, apreende, a partir de ensinamentos práticos, que no processo revolucionário em curso há inúmeras semelhanças: no primeiro momento, a burguesia revolucionária se apóia no proletariado em armas para combater a reação absolutista e, à medida que o processo revolucionário se radicaliza, sua direção tende a se encontrar com lideranças à esquerda. Mas, com as primeiras vitórias democráticas contra o velho regime, o enfraquecimento do absolutismo e a emergência do proletariado como força política independente, a burguesia tende a aliar-se com a aristocracia, com as facções remanescentes do regime anterior, para isolar, desarmar e massacrar o proletariado revolucionário. A partir daí, chega-se à conclusão de que, para levar avante a revolução, o proletariado não pode deixar intacta e utilizar a máquina do Estado burguês, mas sim destruí-la e edificar em seu lugar uma nova máquina, o Estado do proletariado, ou seja, uma ditadura operária que liquide econômica-

mente a burguesia, instaure a sociedade socialista e crie as condições para a própria extinção do Estado.

As reflexões deste período podem ser sintetizadas na célebre carta de Marx à Weydemeyer, de 1852:

“No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é do que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes”.

Assim, Marx apreende teoricamente a complexidade e a dimensão da luta de classes e o complexo e longo processo de afirmação da dominação burguesa sobre as demais classes que, para afirmar sua dominação e criar as condições para sua hegemonia, necessita não só de se apoderar e controlar o poder estatal, mas fundamentalmente utilizá-lo para propiciar o pleno desenvolvimento das forças produtivas e para assegurar o predomínio das relações capitalistas. Esta análise permite compreender as inter-relações entre o econômico e o político-jurídico, não como dois níveis estanques e segmentados, mas como dimensões de uma mesma realidade. O Estado não é apresentado mecanicamente como simples reflexo das determinações econômicas ou algo suspenso no ar, independente das classes sociais, mas é sim, resultado da relação dialética entre infra e superestrutura.

Marx que vinha elaborando sua concepção de Estado já a partir de suas primeiras obras e de sua inserção no movimento democrático – inicialmente burguês e posteriormente proletário – que agitava a Europa, elabora sua concepção teórica a partir do desenvolvimento dos três núcleos principais de sua atividade: a) a crítica da dialética hegeliana, do socialismo utópico e da economia política clássica; b) a análise do capitalismo; c) a participação prático-crítica nas lutas políticas do proletariado. Nesse processo crítico, vai formulando o núcleo central de sua compreensão, quando afirma que o Estado precisa ser compreendido, simultaneamente, como uma “colossal

superestrutura” do regime capitalista e como o “poder organizado de uma classe” social em sua relação de dominação com as outras.

Esse trabalho de elaboração intelectual será complementado a partir da primeira experiência de revolução proletária – a *Comuna de Paris de 1871* –, que mesmo sobrevivendo por pouco mais de dois meses, é rica em ensinamentos sobre o tipo de Estado a ser produzido pelo poder proletário em substituição ao Estado burguês. Os trabalhos políticos mais importantes neste período são: *A guerra civil na França* (1871) e *Crítica ao Programa de Gotha* (1875). Engels, a partir de notas deixadas por Marx, redige e publica, em 1884, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, considerada como uma das obras clássicas do pensamento marxista sobre o Estado.

A análise da experiência da Comuna de Paris, a forma assumida pelo poder proletário, na qual se destaca a organização de um tipo novo de democracia, qualitativamente diferente da burguesa, permite a Marx extrair dessa experiência revolucionária a conclusão de que a efetivação e ampliação dos mecanismos políticos, econômicos e sociais realmente democráticos só são possíveis com a supressão das relações e das estruturas jurídico-políticas, burocráticas e militares burguesas e a construção de um novo tipo de Estado – a ditadura do proletariado –, que terá por objetivo criar as condições materiais para a eliminação da sociedade de classes e para a edificação da sociedade comunista.

Deve-se destacar que é a partir deste período que se pode falar da existência, de forma consolidada, de uma teoria marxista sobre o Estado e da possibilidade de analisá-lo em suas múltiplas dimensões – antropológica, histórica, econômica, política, sociológica, filosófica.

Neste sentido, o Estado burguês – e a ideologia –, ao ser apresentado como um conjunto de instituições sacralizadas, como “não sendo deste mundo”, só adquire algum sentido ao negar o que é essencial, ou seja, a desigualdade, a não-identidade e afirmar a aparência sobre a essência, ou seja, apresentar a igualdade e a identidade formais entre os contrários – o operário e o capitalista – como sendo expressão do real. O Estado, ao se afirmar e se realizar, afirma e realiza, ao mesmo tempo, a sua negação, o não-Estado. Ao cumprir suas funções, o Estado as apresenta e

realiza em parte como ideologia, mas para sua consolidação necessita de complementos que são materializados na forma de força material e de violência institucional e legal.

Porém, a burguesia, na luta pela hegemonia, não utiliza apenas esses mecanismos. Ela deve buscar a adesão de outras classes a seu *projeto civilizatório* – econômico, político, ético, ideológico, cultural etc –, apresentado-o como sendo o de toda a sociedade. Mas, para *sacralizar* seus interesses de classe, se vê condicionada a fazer concessões secundárias a outras classes, a incorporar a seu projeto específico, reivindicações que ultrapassam seus interesses econômicos e políticos imediatos, apresentado-os como expressão da *universalidade* de seus interesses e do Estado burguês. Desta forma, pode-se compreendê-lo não como um órgão exclusivo da burguesia; pois, sua forma deverá responder também ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, aos movimentos do conjunto da sociedade e da força política das outras classes.

Mas, na realidade, o Estado burguês, enquanto elemento de mistificação das relações de desigualdade e do antagonismo de classes, é um instrumento das classes proprietárias do capital e dos meios de produção, que o utiliza para assegurar-se do monopólio do poder econômico e político-jurídico. É o poder organizado da burguesia para manter a opressão e a exploração da maioria da população, a classe operária.

O desenvolvimento dessa teoria nos permite compreender e afirmar, a partir de Engels, com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e o Estado são fenômenos sociais históricos característicos de determinado período do desenvolvimento da humanidade, que nem sempre existiu e é uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas, do crescimento da população, do sedentarismo e da desagregação da sociedade gentílica, da produção de um volume crescente de excedentes e da divisão social do trabalho, do surgimento da propriedade privada e da cisão da sociedade em classes, da separação entre produtor e consumidor, enfim, da segmentação da sociedade e do surgimento de instituições voltadas para a exploração e opressão de parcela crescente da população.

“O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tão pouco é ‘a realidade da idéia moral’, ou ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado”. (p. 227).

Neste sentido, o Estado, como expressão mistificadora dos antagonismos sociais, necessita, para manter-se, de um conjunto de instituições aparentemente neutras e com funções meramente administrativas, mas, em essência, colocadas a serviço das classes proprietárias e dominantes, beneficiárias da ordem existente. Portanto, o Estado, por mais democrática que seja sua forma de governo, não representa alteração em sua essência de classe, o que não significa afirmar que o proletariado revolucionário deve abster-se frente aos limitados mecanismos democráticos burgueses. Neste sentido, Engels é muito explícito:

“É diretamente, através do sufrágio universal, que a classe possuidora domina. Enquanto a classe oprimida – no nosso caso, o proletariado – não está madura para promover ela própria a sua emancipação, a maioria dos seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, a sua ala de extrema esquerda. Entretanto, na medida em que vai amadurecendo para a auto-emancipação, constitui-se como um partido independente e elege os seus próprios representantes e não os dos capitalistas.(...) No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão – tanto quanto os capitalistas – o que lhes cabe fazer.” (p. 231).

A Comuna de Paris de 1871 foi a primeira manifestação do que poderia ser o Estado proletário. Para

concretizar-se, o poder operário começou por suprimir as relações e as estruturas jurídico-políticas e burocráticas que exprimiam, prática e simbolicamente, o poder burguês. Para instaurar a ditadura do proletariado, que é a condição básica para a transição à sociedade sem classes, torna-se indispensável suprimir as relações e as estruturas preexistentes, o que significa suprimir a “colossal superestrutura” do edifício do Estado capitalista, construir a sociedade socialista e criar as condições para a extinção das classes e a construção da sociedade sem classes, o comunismo e para concluir, citamos Marx e Engels:

“Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de ca-

da qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (*Crítica ao Programa de Gotha*).

“Na sociedade comunista, onde o indivíduo não tem uma esfera de atividade exclusiva, podendo se aperfeiçoar no ramo de sua preferência, a sociedade regulamenta a produção geral, possibilitando assim ao indivíduo que faça algo de diferente a cada dia, caçando pela manhã, pescando à tarde, criando gado à noite e fazendo crítica após as refeições, segundo a sua própria vontade, sem nunca se tornar caçador, pescador ou crítico” (*A Ideologia Alemã*).

“O comunismo não é para nós um estado que deve ser criado, um ideal segundo o qual a realidade deve se regular. Nós chamamos comunismo o movimento real que abole o estado atual. As condições desse movimento resultam de bases atualmente existentes” (*A Ideologia Alemã*).

Silvio Costa é professor de Ciência Política na Universidade Católica de Goiás. Este artigo é uma versão sintética baseada no texto “Concepção marxista de Estado”, publicado como anexo, em COSTA, Silvio (1998): Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto.

Referências

- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.
- FAUSTO, Ruy. *Marx. Lógica & Política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 2 vol. Tomo II.
- FERNANDES, Luís. “Democracia: valor histórico”. In *Princípios*. São Paulo: Anita Garibaldi, novembro/1990. n. 19.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- IANNI, Octávio. *Teorias de Estratificação Social*. São Paulo: Nacional, 1972.
- IANNI, Octávio. *Dialética & Capitalismo: ensaios sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- IANNI, Octávio. *Karl Marx: sociologia*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- L NIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- Carta a Weydemeyer*. In: MARX; ENGELS. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, s.d. v. 3.
- O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, K. *Marx*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Col. Os Pensadores).
- A guerra civil na França*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.
- Crítica ao Programa de Gotha*. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX; ENGELS. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, s.d. v. 1.
- SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994. (Col. trajetória, 1)

Entrevista com José Carlos de Souza Braga

*“Marx previu:
o capital abriria
contradições
agudas”*

José Carlos de Souza Braga
é professor e diretor do Centro de
Relações Internacionais do Instituto de
Economia da Unicamp.
Ele aborda nesta entrevista
algumas questões sobre a atualidade
das idéias econômicas de Marx

POR A. SÉRGIO BARROSO

Em seu artigo A contemporaneidade de O Capital (1997) (1), você argumenta sobre a atualidade da crítica científica de Marx, ao capitalismo, no final do século XX. Diz inclusive haver, no ataque da teoria econômica conservadora e vulgar, propagandista da morte das idéias de Marx, um "ultra-traje à inteligência teórica". De algum modo, os combates antiglobalização e a contestação radical ao neoliberalismo na América do Sul somaram-se à sua opinião. Comente sobre esse ambiente em 2005.

Braga – Quanto mais se aprofunda o capitalismo mais se revela a pertinência da análise de Marx sobre esse tipo de economia. Deixada sob as leis do mercado a sociedade fica complicada porque como se tem visto a desigualdade impera mesmo nos países mais desenvolvidos. Sem controle sobre a economia não dá para garantir sequer o pleno emprego que era um ideal do Keynes, defensor da ordem burguesa. Em 2005 os problemas de sociabilidade emblematicamente estouraram até mesmo na França e, para mim, isso diz tudo. Na América Latina, no meu entendimento, à exceção do Chile todos os países dão sinais de grande instabilidade. O capitalismo e a acumulação dos grandes capitais locais e estrangeiros vão em frente, mas a população em sua grande maioria padece. No Brasil, ataca-se de baixo crescimento e muita exclusão social. Essa avalanche neoliberal é uma "revolta das elites" – lembrando Christopher Lash – contra o capitalismo regulado e o Estado do Bem-Estar, como sabemos. Não creio que economicamente venha a "capotar", mas é do ângulo social insustentável mundo afora e politicamente é um ataque à democracia.

Você enfatiza, no artigo, estar hoje "presente como nunca" a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Fale-nos sobre a contradição lá identificada entre o desenvolvimento das forças produtivas e o alastramento da chamada "redundância" do trabalho vivo. Aliás, é possível considerar hoje realmente "avançado" o capitalismo central, com essas taxas altíssimas de desemprego?

Braga – Pois é, muito bem lembrado: assim não dá mais para chamar de capitalismo avançado. Fica

bizarro. Contudo, o capitalismo nunca teve nem terá compromissos com o trabalho ou os trabalhadores. Se não tiver força política há uso e abuso, por dizer assim. É descarte, isto é, desemprego estrutural. Pensava Marx: a combinação de tecnologia e capital transforma o tempo livre em desemprego. Como a tecnologia é necessária à humanidade o problema está nos limites do capital historicamente postos: ele desvencilha-se do trabalho e "desorganiza" a sociedade. Por isso, Keynes se preocupava. Como é possível sobreviver um sistema que não oferece emprego a todos os que querem trabalhar para viver?

Nas suas observações sobre a "globalização financeira", e a visão de Marx sobre a "riqueza fictícia" ou do "fetichismo" da riqueza fictícia, Marx chama de "capitalização" à formação dessa riqueza; e desvela a não mediação produtiva em D-D', ou como o dinheiro gera dinheiro como capital portador de juros. Às vezes não se entende bem os processos de valorização do valor (criação da mais-valia) fora do "chão da fábrica", tampouco a idéia marxiana da "autonomização" de formas do capital. Como entender melhor isso?

Braga – Porque capital é igual a trabalho não-pago, mas também é dinheiro gerando dinheiro, mais dinheiro. E na esfera financeira o dinheiro gira em torno de si mesmo, vira ficção até que venha uma crise de desconfiança nas valorizações absurdas das ações nas bolsas, por exemplo. Antes que isso ocorra alguns ganham dinheiro e quando chega a queda outros ficam com o mico. Ou seja, no capitalismo, dizia Marx, a valorização parte do âmbito capital-trabalho, mas se acelera e se autonomiza no âmbito do dinheiro como capital ou do capital como dinheiro.

Para Marx, a concorrência, a concentração e a centralização do capital configuravam uma tríade decisiva na dinâmica desse modo de produção. Vivemos a época em que nunca se presenciou um movimento tão frenético de centralização do capital, quando gigantescas e bilionárias aquisições e fusões propiciam assimetrias do poder econômico (e político) aparentemente de impossível controle. Voltou-se inclusive a falar em "ultra-imperialismo", o que daria razão às teses de Karl Kautsky, e

não às de Lênin [ver: A formação do império americano, do Professor Moniz Bandeira]. O que você pensa disso?

Braga – Um cartel internacional do capital – o ultra-imperialismo – me parece difícil porque existirá sempre, no capitalismo, a concorrência intercapi-tais e inter-Estados nacionais. Ou não? Assim, creio que as rivalidades entre os dominantes persistem e como Marx e Lênin sabiam as contradições ficam abertas à história. Assistimos atualmente a um domínio “imperial” americano, mas não isento de tensões com os asiáticos, com os europeus e com as nações subdesenvolvidas. De todo modo, o grau elevadíssimo de centralização do capital à escala mundial, conectando ademais propriedades de diferentes origens nacionais, determina poderes privados globais numa dimensão que assusta. Como criar instâncias internacionais para lidar com isso?

Sob o comando avassalador do grande capital financeiro – já identificado por Lênin, na melhor tradição do pensamento marxista, com sendo a forma “superior a todas as outras” – passamos a vivenciar um crescente debate acerca do caráter desse capitalismo contemporâneo. Há quem fale da existência de uma “nova fase” sistêmica desse regime; os que teorizam sobre um “regime de acumulação predominantemente financeiro”. Você é um dos pioneiros, internacionalmente, a trabalhar a categoria “financeirização da riqueza” capitalista, como um padrão particular de produzir e gerir essa riqueza. Como situarmos essa discussão depois da imposição norte-americana desse padrão capitalista mundo afora?

Braga – “Imposição” americana, em termos, porque os capitais dos demais países e muitos governos têm acatado esse padrão com exemplar dedicação. Veja o Japão nos anos 1980. Tornou-se país credor do mundo, seus conglomerados – os Keiretsu –

acumularam dinheiro e partiram para a especulação financeira interna e internacional. Entraram numa relativa estagnação nos anos 1990 e estão lá a eleger o “cabeleira” liberal. Pode? Logo o Japão que, segundo Conceição Tavares, seria um caso exemplar de Capitalismo Organizado etc. Evidentemente sob um comando americano exasperador, bélico e tudo mais. Essa financeirização é a expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital numa escala e numa forma de causar perplexidade ao próprio Marx e a Keynes que entendiam muito bem dessa história de riqueza abstrata. Veja bem o Brasil: quando o Estado paga o exagero de juros que paga e deixa de cuidar da saúde, dos transportes coletivos etc; o que é isso? É o paroxismo da convivência do poder público com a dominância financeira. Então, é um padrão capitalista altamente adequado ao capital, ao seu afã de gerar mais dinheiro exponencialmente, mas, decididamente não é civilizatório. É o que Marx previu: o capital cumpriria durante um período uma missão civilizatória, desenvolvendo as forças produtivas etc; mas abriria contradições agudas e se revelaria limitado histórica e socialmente, o que não quer dizer colapso econômico. Quer dizer tensões crescentes entre expansão e crise. Quer dizer conflitos de toda espécie. Sem controle da sociedade sobre a economia a tendência é a barbárie. Ou não é a isso que estamos assistindo?

A. Sérgio Barroso é doutorando em economia pela Unicamp.

Nota

[1] O artigo encontra-se em *Os clássicos da economia*, Carneiro, R. (org), São Paulo, Ática, 2002, 2ª impressão.

Determinações históricas e ideológicas de O Capital (parte I)

“O melhor de meu livro: 1) o caráter dual do trabalho, sublinhado já no primeiro capítulo, segundo se expressa em valor de uso ou em valor de troca (sobre isto repousa toda a compreensão dos fatos); 2) a investigação da mais-valia independentemente de suas formas especiais: o lucro, o juro, a renda da terra etc”. (Marx, 24/8/1867) (1)

A. SÉRGIO BARROSO

C

urioso: incomum a percepção da força da determinação histórica no fato de o colosso *O Capital*, de Karl Marx, ter emergido num interregno

especial da história da sociedade burguesa: logo após o espraiamento dos impulsos da I Revolução Industrial (± 1760-1830); e pouco antes da primeira grande crise do capitalismo central (1873-96) – a chama-

da I Grande Depressão. Simultaneamente, fixemos que para a mais completa anatomia do novo modo de produção – teórica e ideologicamente até hoje –, Marx vasculhou o mais amplo painel da história do pensamento econômico.

Noutro prisma, importa também destacar: por volta de 1896 o capitalismo central desfaz-se da depressão retomando o crescimento econômico. *Pari passu* ao enorme avanço da influência dos partidos social-democratas europeus, notadamente do importante partido alemão e sua prioridade à participação eleitoral-institucional. As circunstâncias históricas e ideológicas fazem surgir o *revisionismo*, cujo porta-voz foi o líder do POSDA, Eduard Bernstein. Fala-se então numa “crise no marxismo” (Hobsbawm, 1982: 79).

Como notamos, o corte epistemológico radical realizado pela teoria econômica de Marx ocorre num frenético redemoinho da história da idéias da época moderna. Vejamos primeiramente alguns condicionantes materiais e ideológicos da economia política anterior e posterior ao surgimento da obra magna de Marx.

O Capital *ex-ante* e *ex-post* à ideologia dos liberais equilibristas

Recordemos que na presença revolucionária do novo modo de produzir riquezas, logo em seu nascimento fez-se gigantesco esforço para justificar “cientificamente” a idéia de equilíbrio dinâmico. A Inglaterra desbravava o modo capitalista de produção. O mercantilismo debatia-se para manipulação do Estado para impor a violência extra-econômica na acumulação primitiva – capital comercial, absolutismo e mercantilismo comporiam uma sólida unidade. Depois, a hegemonia do capital comercial, dirigida pelo absolutismo feudal, entrou em declínio; nasce a grande indústria e o proletariado passa a ser a “mercadoria especial”; as trocas (e seus valores) se generalizam massivamente: a riqueza do mundo aparecia como uma imensa coleção de mercadorias, assinalara Marx naquela sua obra. Processava-se a I Revolução Industrial (2).

O escocês Adam Smith (1723-1790), de Kirkcaldy, um pequeno porto, foi o ideólogo pioneiro da economia política clássica e formulador da tese do “equilíbrio” dinâmico do capitalismo; e da idéia do trabalho como fonte do valor, porém fundado em relações sociais de caráter natural (3). A ideologia do li-

beralismo teorizava a irrupção daquele movimento econômico “autônomo”. A grande força da “razão” iluminista questionava o mundo explicado até então pela revelação divina.

Como bem argumentara BELLUZZO (1987: 10-11), da “ordem revelada” passou-se à “ordem natural”, onde a “lei invisível” do enriquecimento privado tinha que ser, de algum modo, enunciada. Ou seja, a misteriosa (e insepulta) “mão invisível” do mercado representaria o automatismo da tendência ao equilíbrio (ou a lei cega da regulação do mercado), sendo tão eficaz quanto as leis da mecânica clássica de Newton, recorda Mazzuchelli (2002: 188). Todavia, para Smith, em direção oposta aos mercantilistas, o Estado não deveria intervir na economia, pois ela era guiada pelas leis naturais do mercado: a livre concorrência e a competição entre os produtores determinavam o preço das mercadorias e eliminavam os fracos e os ineficientes.

Já David Ricardo (1772-1823) nascido em Londres, era filho de um judeu holandês que se encheu de dinheiro na bolsa de valores; rompeu com a família aos 21 anos. Na bolsa e em poucos anos também enriqueceu, passando a se dedicar à literatura, à matemática, à química e à geologia (4). Em *Princípios de economia política e da tributação* (1817), desenvolvendo a teoria da renda fundiária, ele afirma que o aumento populacional criaria a necessidade da ampliação das áreas de cultivo e como os terrenos mais férteis já estavam ocupados, seria necessário incorporar novas áreas. Estas, por serem menos férteis, exigiam maior adubagem, e trabalho; por conseguinte, aumentavam os rendimentos dos donos dos melhores solos (5).

Desequilíbrio e inflexão

Posteriormente, os economistas fundadores da escola neoclássica regridem às explicações completamente fora das razões sociais e históricas de uma economia que sabidamente somente funciona em função (e em torno) de pessoas reais. Quer dizer, para eles o capitalismo “desarvorado” nada tinha a ver com um modo de produzir riqueza abstrata, onde o capital como dinheiro é seu símbolo geral; e onde os trabalhadores “pessoas concretas” são desempregadas e exploradas de maneira brutal.

Alfred Marshall (1842-1924), o teórico do “equi-

librio parcial” dos mercados na dinâmica do capitalismo, foi o mesmo que enfatizou a categoria “tempo” na economia, como uma das principais causas das dificuldades nas investigações econômicas. Segundo afirmara: “Quando a procura e a oferta estão em equilíbrio estável, se um acidente qualquer deslocar a escala de produção da sua posição de equilíbrio, imediatamente entrarão em jogo forças tendentes a fazê-la voltar a essa posição” (MARSHALL, 2002: 177). Aduzindo a seguir: “Mas não podemos prever o futuro com exatidão. O inesperado pode acontecer” (MARSHALL, idem: 178).

Mas o exemplo neoclássico radical encontra-se no economista francês León Walras (1834-1910), ressuscitado pelos neoliberais. Matemático, Walras inventou a “teoria do equilíbrio geral” como norma de formulação dos argumentos econômicos. Considera, desta feita explicitamente, que a mecânica de Newton deveria ser “o modelo para todas as áreas do conhecimento científico”. Em outras palavras, conforme o pensamento neoclássico, “o mundo dos interesses econômicos tende a se ordenar por si próprio” (Walras), pois as forças naturais de mercado atraem o sistema capitalista à posição de equilíbrio (Mazzuchelli, 2003:144).

Assim, devemos compreender não haver mistério no fato de que as principais obras de Walras e Marshall datarem, exatamente, do período da denominada I Grande Depressão: respectivamente, *Compendio dos elementos de economia política pura*, datada de 1874; e *Princípios de economia: tratado introdutório*, publicada em 1890!

Entre 1830 e 1890 desenvolve-se a industrialização dos EUA, França, Alemanha, Japão, Rússia e Itália. (Barbosa de Oliveira, 2003, cap V)

O Capital: gênese e signos

No estupendo percurso de Marx à economia política é indiscutível a influência do artigo de Engels “Esboço para uma crítica da economia nacional” (1844). Neste texto, para além da análise que realiza da economia política clássica de Smith e Ricardo, segundo Marx, ali já se encontraria “um genial esboço para a crítica das categorias econômicas” (5). À época, a divulgação do artigo contra Bruno Bauer, “A questão judaica” (1843) já apontava os germes da interpretação de Marx sobre a alienação, aqui então envolta na cor-

relação entre religião, comércio e dinheiro (6). O que antecede aos seus famosos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), também chamados “Manuscritos de Paris”, por lá terem sido escritos pelo Marx de 26 anos e representarem uma espécie de convergência dos avanços nos estudos de economia política (7).

A fecunda caminhada de Marx para o desvelamento das leis, das leis de movimento que regem o modo de produção do capital, toma outro impulso a partir de 1850 – no “retiro” da derrota das revoluções de 1848 –, em estudos concentrados, em Londres, que culminam nos formidáveis *Grundrisse (Elementos fundamentais para a crítica da economia política (borrador) 1857-1858)*. Nasce então *Contribuição à crítica da economia política (ou Para a crítica da economia política, 1859)*, cujo Prefácio veio a se constituir num verdadeiro tesouro para o pensamento materialista da história, e no seu interior a formulação indelével:

“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1982: 25).

Conforme acentuou Hobsbawm, já pelos fins dos anos 50 do século passado, Marx já seria “altamente especializado” em história do desenvolvimento capitalista; e, mesmo julgando-se pelos padrões contemporâneos, as informações disponíveis eram extremamente deficientes entre 1850-60, problema tornado irrelevante, “especialmente quando utilizadas por um homem da acuidade mental de Marx”, então um “profundo conhecedor” da volumosa literatura da teoria econômica, disponível na bibliografia de *O Capital* (Hobsbawm, 1977: 28). *O Capital*, como sabemos, tem sua publicação iniciada em 1867, edição dos três livros só completada por Engels (1894); o Livro 4, Teorias da mais-valia, editado através de K. Kautsky (1905-1910) numa péssima compilação de manuscritos.

Em sua complexa arquitetura, *O Capital* exige a precaução contra o malabarismo interpretativo, como no ideologismo disfarçado do badalado cientista burguês K. Popper: “a história caracteriza-se antes por seu interesse por acontecimentos reais, singulares ou particulares do que pelas leis e as generalizações”, disse ele, atacando supostas “leis férreas” em Marx – o que levou D. Bensaid a opor que Marx não se dava a esse tipo de previsibilidade histórica, pois

“*O Capital* não é a ciência das leis da história, mas crítica da economia política” (Bensaid, 1999: 29).

Noutro enfoque, e tratando das rupturas epistemológicas na obra de Marx, C. A. Barbosa de Oliveira (op. cit, 2003) considera imprescindível outra precaução em relação a *O Capital*, a saber, a que afirma nele existir uma dogmática “teoria geral do modo de produção capitalista”, como escreveu o historiador J. Gorender (1978: 22). Não – argumenta Barbosa de Oliveira –: “advertimos que os capítulos históricos [de *O Capital*] não constituem um estudo sobre a formação do capitalismo inglês. Na verdade, ainda que não alcancem o estatuto de ‘teoria geral do capital’, explicitam as determinações gerais comuns à formação de qualquer capitalismo. Em outras palavras, a análise de Marx **não fixa leis gerais processo de gênese do capitalismo, mas retém momentos lógicos deste processo**” (p. 77; negrito nosso).

Maurice Dobb, similarmente a Barbosa de Oliveira, ou seja, em crítica às generalizações esquemáticas que caracterizariam o estudo de Marx, afirma em seu último

ensaio: “O que mais impressiona em *O Capital*, ao contrário, é sua estrutura essencialmente histórica: objeto de análise e da demonstração são as particularidades de funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico-social **ligado a determinadas condições históricas**, que o caracterizam como modo de produção específico” (1980: 132; negrito nosso). Já para Mauro C. B. de Moura, no exame das reelaborações das edições alemã e francesa (entre 1872 e 1875) do livro de Marx, reafirma não ter havido uma “versão definitiva”; contudo, “A argumentação de Marx, ainda que não se disponha a escrever uma história do capital, enquanto narrativa de sua constituição empírica, **efetua, sem embargo, uma reconstrução de seus passos necessários, lógicos, das suas condições de possibilidade de existência e desenvolvimento**, cujo ordenamento acompanha, a nível abstrato, seu movimento de constituição real” (op. cit.: 66-73; negritos nossos). [Continua]

A. Sérgio Barroso é doutorando em economia pela Unicamp.

Notas

- (1) O escrito corresponde a uma célebre carta – não discutida suficientemente por estas bandas – de Marx a Engels sobre *O Capital*, amplamente analisada em sua idéia central no: El gran descubrimiento de Carlos Marx, de V. Afanásiev e V. Lantsov, p. 5, Moscou, Progresso, 1986.
- (2) Conforme sublinha C. A. Barbosa de Oliveira (2003: 58), o último passo para a constituição das forças adequadas ao capital é a implantação da fabricação de máquinas, vale dizer, segundo Marx “a grande indústria não teve outro remédio senão apoderar-se de seu meio característico de produção. E produzir máquinas por meio de máquinas. Desse modo criou a base técnica adequada e levantou-se sobre seus próprios pés”.
- (3) Em seu célebre estudo *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas* (1776), Smith apresenta com clareza uma das teses centrais: “O preço real de cada coisa – ou seja, quanto ela custa à pessoa que deseja adquiri-la – é o trabalho e o incômodo que custa à pessoa a sua aquisição. (...) Eles [dinheiro ou bens] contêm o valor de certa quantidade de trabalho que permutamos por aquilo que, na ocasião, supomos conter o valor de uma quantidade igual” (Smith, 2002: 40).
- (4) Habitualmente sarcástico, em *A era da Incerteza*, J.K. Galbraith disparou sobre Ricardo: “Ricardo deu aos ricos uma fórmula plenamente satisfatória de se conformarem com a infelicidade dos pobres” (1979: 24-26).
- (5) Nesse seu mais destacado estudo, Ricardo distingue a noção de valor da de riqueza. O valor era a quantidade de trabalho necessária à produção do bem, mas não dependente da abundância, e sim de maior ou menor grau de dificuldade na sua produção. A riqueza compreendia os bens que as pessoas possuem, que eram necessários, úteis e agradáveis (Ricardo, 2002: 65-66; 90-91).
- (6) Ver: Friedrich Engels. *Biografia* (1986), p. 51. Na verdade o artigo estimulou Marx a avançar nos estudos iniciados em 1843, tendo se referido ao artigo “muitas vezes em sua obra”. Depois da publicação de “Esboço” é que começa a correspondência e a constante troca de idéias entre os dois (idem, ibidem).
- (7) “Ora bem, a emancipação do dinheiro e do lucro, quer dizer, do judaísmo prático e real, seria a proporia emancipação da nossa época” (Marx, apud Mhering: 1974: 90). Cf. também com Moura, M. C. B. (1999: 55-56).
- (8) Nos Manuscritos, Adam Smith sofre a primeira crítica demolidora de Marx. No capítulo “Renda da terra”, diz Marx, a exemplo: “Mas se a partir disso Smith conclui que o proprietário fundiário explora todas as vantagens da sociedade e, por isso, o interesse do proprietário fundiário é sempre idêntico ao da sociedade, então isso é ridículo” (Marx, 2004: 70).

1) No período mais recente, nos últimos 2 anos, a economia global obteve crescimento. Isso ocorreu, sobretudo, em consequência do desenvolvimento das economias asiáticas, principalmente da China. Mas também a economia americana cresceu um pouco. Isso quer dizer que a economia capitalista está superando seus problemas e está reunindo condições para abrir um novo rumo, uma nova época de desenvolvimento virtuoso? A mesma questão se apresentou nos anos 90 do século XX, quando se falava de uma nova economia, sob o governo de Clinton, nos EUA. A temporária recuperação da maior economia do planeta observada então fez surgir teorias que falavam de uma nova “idade do ouro” do capitalismo. O mesmo presidente Clinton chegou a dizer que a aceleração da economia americana revogava as teses de Marx sobre a crise. Era, sem dúvida, uma fase triunfalista em que coincidia a recuperação econômica com a sensação de fim da história, provocada pela queda da URSS.

2) Nos dias atuais, ainda é um senso comum a previsão de que haverá progresso e se abrirá um novo ciclo de desenvolvimento da economia capitalista. Em momentos como este, em que aparecem sinais – ainda que medíocres – de crescimento econômico, os defensores do capitalismo produzem artigos para celebrar o fato de que os governos e os monopólios capitalistas dispõem mecanismos de controle e monitoramento para impedir que as crises cíclicas sejam transformadas em catástrofes semelhantes à de 1929 e resultem em um colapso. E seguem falando de transição, para a economia e a sociedade de informação e conhecimento, a denominada nova economia, capaz de se autoregenerar.

3) Contudo, o cenário econômico atual demonstra a acentuação dos desequilíbrios, os fatores de instabilidade e a presença de elementos de crise. O capitalismo contemporâneo, de maneira cíclica, pode promover o crescimento da produção, criar novas capacidades produtivas, abrir fronteiras e percorrer a novos caminhos a partir da revolução tecnocientífica. Mas é também verdadeiro que, com a diminuição da capacidade aquisitiva das massas, a feroz competição intermonopolista e o adensamento da composição orgânica do capital, se manifestem com força os fatores que podem resultar em crises de superprodução relativa. Com o contínuo avanço da produtividade

social do trabalho se agravam as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Em nossa época, essa contradição é cada vez mais aguda e se traduz por meio de dois fenômenos, que se acentuam – a elevação dos níveis de desemprego e a progressiva redução das taxas de crescimento econômico dos países capitalistas. Além disso, o setor financeiro vive uma hipertrofia, o endividamento dos estados e das famílias é um fenômeno geral, não só nos países subdesenvolvidos, mas como fator de crise também dos próprios países imperialistas. Do nosso ponto de observação da realidade do sistema capitalista, identificamos uma tendência à estagnação, à crise sistêmica e crônica. Vivemos a época do capitalismo senil, o que gera uma crise de civilização, assinalando que ou a humanidade o supera ou cairá na barbárie.

4) Nas últimas décadas do século XX produziram-se importantes mudanças logo após as crises dos anos 1970. Essas mudanças geraram uma série de novos fenômenos que, em seu conjunto, se caracterizam como o neoliberalismo, que não é uma política conjuntural, mas a única que corresponde à atual fase do capitalismo. Estes fenômenos são os seguintes:

- Novo nível de internacionalização produtiva;
- hipertrofia e predomínio do capital financeiro;
- revolução tecnológica e científica e reestruturação da produção;
- desregulamentação dos mercados financeiros e dos fluxos de capitais, acarretando a volatilidade na taxa de câmbio;
- privatizações, inclusive de serviços públicos;
- abertura das economias;
- derrocada do estado nacional soberano e predomínio das instâncias supranacionais; e
- precarização do trabalho (Trata-se de, em toda a história do capitalismo, sua fase mais destrutiva e regressiva. O desemprego, a informalidade, o trabalho precário, o ataque a direitos trabalhistas e previdenciários, a deterioração dos salários atingem níveis jamais vistos).

5) A tendência à estagnação e os fenômenos acima mencionados atuam de forma entrelaçada com outro fator determinante da crise – o parasitismo da maior superpotência e os desequilíbrios estruturais de sua economia, o que determina outra

Bush impõe a guerra aos povos.



tendência importante de nossa época: a que aponta no sentido do declínio histórico do imperialismo norte-americano. O parasitismo econômico que guarda relação com a exportação de capitais e a internacionalização da exploração capitalista afeta principalmente a potência dominante e conduz à perda de competitividade e à decomposição de sua hegemonia econômica. O desenvolvimento desigual provoca o surgimento de novas potências, acirrando a concorrência por mercados.

6) O parasitismo é muito evidente nos EUA e sua manifestação está na raiz dos atuais fatores de crise do sistema. Manifesta-se no consumismo exacerbado da sociedade estadunidense e se expressa de maneira mais clara por meio do déficit comercial. Os Estados Unidos têm hoje um colossal e impagável déficit em transações correntes, um passivo externo e uma dívida externa impagáveis. Esses déficits e o passivo externo chegaram aos pontos mais altos na história e sua tendência é continuar subindo. Tal situação debilita em médio prazo a supremacia do dólar.

7) O parasitismo da economia estadunidense trouxe uma nova crise ao chamado padrão dólar, acentuando a tendência à instabilidade da ordem monetária. O ajuste do dólar, que em médio prazo parece inevitável, pode causar danos graves às economias dos países em desenvolvimento e provocará sérios abalos nas economias americana e mundial. Existe hoje uma acentuada competição entre áreas de divisas fortes, entre moedas, sobretudo entre dó-

lar e euro, demonstrando que no nível econômico estão em curso mudanças nas relações entre as potências capitalistas.

8) A pressão dos EUA sobre os fluxos de capitais internacionais é a principal fonte das turbulências financeiras no mundo – inclusive a causa principal da chamada crise da dívida na América Latina e das crises financeiras de finais da década de 90 do século passado.

9) Em todo esse processo é preciso levar em consideração como fenômeno de grande significado a posição da economia chinesa na economia mundial, sua emergência como força econômica e comercial poderosa e os benefícios que a China obtém acumulando superávits comerciais, reservas internacionais e atraindo investimentos externos diretos – hoje ela é o centro mais importante para onde rumam esses investimentos externos diretos.

10) Em resumo, pode-se afirmar que o sistema capitalista-imperialista vive um período de aprofundamento de sua crise crônica e sistêmica. Sem cair em uma visão fatalista e sem prever a queda automática desse sistema, pode-se dizer que as contradições fundamentais do capitalismo se encontram em processo de agravamento, sobretudo a contradição entre o caráter social da produção e a concentração de capitais e riqueza. Também se agrava a contradição entre os países em desenvolvimento e os imperialistas, destacando a tendência de reagrupamento dos grandes países em desenvolvimento que lutam para se afirmar como nova força independente no mundo

contemporâneo. A luta pelo desenvolvimento, pelo comércio equilibrado, contra o protecionismo dos países ricos, contra as dívidas, contra a exploração das riquezas nacionais e as políticas econômicas neoliberais constitui aspecto destacado nos esforços dessas nações por mudanças na ordem econômica internacional. Mesmo assim, desenvolvem-se contradições econômicas interimperialistas, aumentando a rivalidade entre os grandes blocos e grandes potências. Essas contradições têm influência direta no Brasil e na América latina, onde ocorre uma dura competição econômica entre as potências capitalistas.

11) No aspecto político, a humanidade se encontra sob intensiva ofensiva do imperialismo, especialmente o norte-americano, que afeta os direitos dos trabalhadores dos povos e a soberania nacional das nações que lutam por sua independência e desenvolvimento econômico e social. Está em curso uma onda conservadora, um ciclo contra-revolucionário, uma ofensiva dos EUA para impor sua supremacia no mundo. Sob essa ofensiva, estão sendo liquidadas as conquistas democráticas e sociais do século XX, as idéias avançadas, os valores progressistas e são difundidos todos os tipos de concepções contra-revolucionárias. Vive-se o período mais perigoso da história moderna; carregado de ameaças à civilização e à própria sobrevivência da humanidade. Encontra-se em curso uma militarização desenfreada, tendências políticas autoritárias, ataques aos direitos democráticos. E, sobretudo, vive-se um quadro no qual predomina uma estratégia agressiva do imperialismo norte-americano, que consiste em impor seu poder por meio da ocupação militar de países, da intervenção política e militar, da realização de guerras preventivas e pró-ativas, sob o pretexto de combater o "terrorismo" e o "eixo do mal". O imperialismo consagrou a agressão militar, a intimidação, o terrorismo de Estado como os métodos principais para exercer sua hegemonia, desprezando o direito internacional e impedindo a solução dos conflitos internacionais pela via diplomática. Os EUA declaram inimigos seus a todas as nações que coloquem obstáculos à realização de seus desígnios. Esta é sua posição no quadro de agravamento das contradições do sistema capitalista. Esta é sua resposta às evidências do declínio da sua política hegemônica.

12) Os povos do mundo resistem e lutam pela

paz, pelos seus direitos, pela independência nacional, contra a exploração capitalista com suas políticas neoliberais. No Iraque, a estratégia do imperialismo norte-americano fracassa com a generalização da resistência. Na Palestina, segue a luta contra a ocupação israelense. Na América Latina avançam as conquistas democráticas e consolida-se uma posição soberana de Brasil, Venezuela, Uruguai e Argentina contra as imposições norte-americanas. A revolução cubana segue inexpugnável. Aprofunda-se e consolida-se a revolução bolivariana na Venezuela. Na Europa há fortes sinais de desenvolvimento da luta de classes, da mobilização dos trabalhadores em defesa de seus direitos sociais e da democracia, cada vez mais ameaçada. A existência do socialismo na Ásia – China, Vietnã, Coreia e Laos –, é fator que estimula as lutas dos povos.

13) É um fato destacado da situação internacional o isolamento das posições estadunidenses e a derrota de suas posições em vários domínios. Na América Latina fracassaram a Cúpula dos chefes de Estado e a intenção de impor a Alca. Esse isolamento dos EUA é uma demonstração da evolução das contradições geopolíticas objetivas correspondentes a processos históricos.

14) A realidade é dura, complexa, a luta é difícil, a correlação de forças ainda é desfavorável ao movimento revolucionário, mas há elementos para afirmar que o imperialismo não é invencível e pode ser derrotado. É falsa a idéia de que não há alternativa ao neoliberalismo e às políticas de guerra e hegemonia do imperialismo estadunidense. Nossa alternativa como forças transformadoras é lutar, resistir e acumular forças, em um processo de longo prazo. Corresponde a nós comunistas a tarefa de abrir perspectivas e aceitar os desafios da situação. É nosso dever buscar os procedimentos estratégicos, táticos e metodológicos para a acumulação prolongada e revolucionária de forças, em que o fortalecimento dos partidos comunistas e uma lúcida política de alianças e de unidade com as forças progressistas são fatores indispensáveis na nova luta antiimperialista e na luta renovada pelo socialismo no século XXI.

José Reinaldo Carvalho é vice-presidente do PCdoB e responsável pelas Relações Internacionais.

De Bamako a Caracas o mundo

se une

O Fórum Social
Mundial é marca
registrada do nosso
tempo

ANA MARIA PRESTES RABELO



Os anos que antecederam o primeiro Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001) foram palco de uma trajetória ascendente de reorganização e fortalecimento do movimento antiimperialista internacional. Após duas vitórias consideráveis – uma contra a implantação do AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em abril de 1998, na cidade de Paris; e, outra, em Seattle em dezem-

bro de 1999 contra a “Rodada do Milênio” de negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) – foi criada uma atmosfera propícia para o surgimento de um espaço global de diálogo e definições de estratégias para o movimento social global que se instaurava.

O ano de 2000, que precedeu o I Fórum Social Mundial, foi marcado por uma mescla de regozijo sobre os acontecimentos de Seattle e questionamentos sobre os passos que se dariam em seguida. Uma espécie de euforia tomou conta dos principais sindicatos, redes e associações tanto locais, como nacionais

e internacionais. Após as duas vitórias, sobre a OCDE e a OMC, se fortalecia a convicção da possibilidade de imprimir derrotas reais ao imperialismo, a partir de uma ação conjunta no plano mundial. Destacam-se como fatores relevantes do período, o surgimento da ATTAC (Associação por uma taxa Tobin de ajuda aos cidadãos); os protestos durante a reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos; as mobilizações durante a 10ª Cúpula da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) em Bangkok; os protestos em Washington durante reunião do G7; o início do movimento "Marcha Mundial das Mulheres"; as atividades de protesto durante reunião do G7 em Okinawa no Japão; os protestos e mobilizações durante reunião anual do FMI e BM em Praga e as mobilizações durante a Cúpula da União Européia em Nice.

Apesar da concentração das mobilizações e das iniciativas antiglobalização se encontrarem majoritariamente nos países do Norte, foi no Sul que se buscou a sede para o I Fórum Social Mundial (2001). O evento foi concebido como uma tentativa de expressão e articulação de todas as lutas em curso na escala mundial. Sua sede, Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul no Brasil, sob a administração do PT se consolidou como modelo de gestão democrática e popular – tendo no Orçamento Participativo o seu melhor cartão postal – e possibilitou a reunião de três formas de manifestação do movimento antiimperialista no período:

"A 'primavera' de Porto Alegre se alimentou e deu conta tanto do movimento internacional antineoliberal, (...) como também do crescimento do protesto social na América Latina; e também, o espírito da esquerda social e política brasileira e, neste último caso, em especial da gestão municipal e estadual do PT gaúcho. Estes três fios se juntaram para tornar possível o Fórum." (Taddei, 2001).

Na seqüência do primeiro fórum a idéia se espalhou pelo mundo e se transformou na referência do movimento anti-Davos (1), ou seja, de todos aqueles que se voltam contra a globalização neoliberal comandada pelos países centrais do capitalismo, grandes corporações transnacionais e agências de fomento e investimento hegemônicas por esse campo. Cada edição do FSM foi marcada pelas especificidades do momento e pelo crescimento numérico e or-

ganizativo do movimento. O I FSM, Porto Alegre 2001, contou com 18 mil participantes e teve a cara da novidade e da esperança de vitórias concretas sobre o neoliberalismo. O II FSM, Porto Alegre 2002, teve 51 mil participantes e como marca central a resposta dos movimentos sociais à ofensiva conservadora estadunidense pós-11 de setembro. O III FSM, Porto Alegre 2003, contou com 100 mil participantes e sua principal expressão foi a organização da luta mundial contra a instalação da Guerra no Iraque, culminando com o êxito das manifestações simultâneas de 15 de fevereiro. Do IV FSM, Mumbai 2004, participaram 75 mil pessoas, tendo sido marcado pela demonstração da efetiva mundialização do Fórum provada com o êxito de fazê-lo na Ásia e de modo mais popular. O V FSM, Porto Alegre 2005, contou com 155 mil participantes cadastrados e foi marcado pelo intenso debate quanto ao seu futuro, pela total auto-gestão das atividades e maior abertura do fórum à participação da população de Porto Alegre através da construção do "Território Social Mundial" à margem do Guaíba.

As tensões presentes no processo Fórum Social Mundial

Cinco anos depois do início da experiência Fórum Social Mundial podemos afirmar que não somente sua amplitude, sua capacidade de aglutinação na luta contra o imperialismo e sua inovação no campo da participação política constituem o fundamento sobre o qual se desenvolve a articulação dos movimentos sociais no nível global. As tensões presentes no seu interior também têm se demonstrado como fatores constitutivos e o entendimento dessas tensões é essencial para decifrar o funcionamento dessa máquina gigante.

Destacam-se como principais tensões as seguintes polêmicas: a) o fórum é "espaço" ou é "movimento"? b) partidos políticos devem ou não participar oficialmente do fórum? c) o fórum realmente é mundial? Escolhemos essas três questões por considerá-las mais relevantes no debate em torno do FSM, mas outras também poderiam ser mencionadas como a polêmica sobre o surgimento da "idéia original" do Fórum ou sobre a sua sustentabilidade ao longo do tempo, que estão inter-relacionadas com as polêmicas escolhidas.

Em torno das polêmicas duas tendências principais se posicionam buscando hegemonizar a condução do processo. Denominemos arbitrariamente a primeira de “horizontalista” e a segunda de “movimentista” apenas para efeito didático de entendimento.

Uma primeira tendência se proclama inventora do FSM e representante de uma “nova geração política”, livre dos vícios dos movimentos e organizações sociais e populares que despontaram no século XX sob a influência do movimento comunista internacional e autora de uma nova cultura política. Expressando as linhas mestras do pensamento desse campo encontramos o livro *O desafio do Fórum Social Mundial* – um modo de ver de Francisco Whitaker (2005). Nele, numa passagem bastante marcante, o autor, ao tentar demarcar com o campo marxista, chega a reconhecer ser desrespeitoso nomear como “práticas do mundo velho” aquelas que levaram muitas pessoas a dedicarem suas vidas, com sacrifício pessoal inclusive, para refletir e agir na tentativa de destruir o monstro capitalista. Fazendo clara alusão ao comunismo e às práticas dos partidos revolucionários, o autor compara as tais “velhas práticas” a um polvo que está embaixo da mesa das novas propostas em curso, sempre ameaçando virar a mesa.

Dai já é possível extrair o pensamento desse campo a respeito das polêmicas enunciadas. Um dos braços desse polvo que ameaça virar a mesa das novas práticas políticas é a tentativa de transformar o fórum em movimento, segundo Whitaker. Para o autor, se transformarmos o fórum em movimento estaremos jogando fora um poderoso instrumento de luta que fomos capazes de criar a partir da mais preciosa descoberta política dos últimos tempos: a força da articulação horizontal livre que explica tanto o sucesso de Porto Alegre, como o de Seattle e o das manifestações de 15 de fevereiro contra a guerra. Deste modo, o FSM é um espaço e os espaços não têm líderes. Ele é só um lugar, fundamentalmente horizontal, como uma praça sem dono. A própria Carta de Princípios do fórum expressa bem essa contraposição ao estabelecimento de qualquer tipo de direção ou liderança dentro dele: ninguém pode falar em nome do fórum, não caberia falar em nome de um espaço, nem de seus participantes. Todos conservam seu direito de se exprimir e de atuar durante e posterior-

mente ao fórum segundo suas convicções, assumindo ou não posições e propostas que tenham apresentado ou sido apresentadas por outros participantes, mas nunca em nome do fórum e do conjunto de seus participantes.

Desse posicionamento deriva obviamente o preconceito quanto à participação dos partidos políticos, com especial preconceito quanto aos partidos revolucionários herdeiros da tradição leninista. Segundo Whitaker, são os partidos que não compreendem o fórum, pois a ação horizontal em rede nem sempre é compreendida por eles que se sentem temerosos de perder o monopólio da representação e da atuação política. É sugerida então uma atitude completamente passiva aos partidos, alegando que fariam melhor se ouvissem, atentos, o que a chamada sociedade civil diz e faz e procurassem incorporar em seus programas e ações os anseios e experiências da multiplicidade de iniciativas que vão se tornando visíveis com o fórum. Mas eles só podem observar porque uma vez admitidos como participantes tentariam partidarizar os movimentos e conquistar o poder da condução política do processo. Somente com o afastamento das ambições partidárias, portanto, o fórum poderá exercer sua vocação de construção de um novo mundo.

Como principal promotora dessa construção estaria uma já consolidada sociedade civil planetária. Nesse ponto os “horizontalistas” são bastante otimistas quanto à terceira polêmica, a da real mundialização do FSM. Segundo eles, ao se afirmar como “espaço” e afastar as ambições partidárias o Fórum deu o passo que já vinha sendo experimentado pelos movimentos populares e cívicos, insurgindo-se contra a dominação da cultura política da ação comandada de cima para baixo. Fazendo surgir um novo ator político, a sociedade civil planetária, com a dimensão e a articulação mundial que tem o sistema liberal atualmente hegemônico. Tal sociedade civil planetária está fundada sob novas formas de atuação política, livre da tendência autoritária das “velhas práticas” e absolutamente diversificada e plural. Não cabendo a ela unificar uma proposta ou um projeto de “outro mundo”, mas estimular a proliferação de micro e macro projetos que por si só já caracterizam a invenção do novo mundo.

Na contramão dessa linha de pensamento e

ameaçando permanentemente a hegemonia dos “horizontalistas” na condução do Fórum está um campo que denominamos previamente de “movimentistas”. Sua composição não é nada homogênea e abriga todos aqueles, inclusive “horizontalistas”, que apostam em uma maior realização da capacidade propositiva e de resistência ao neoliberalismo engendrada no Fórum. Como expressão maior desse campo está a Rede Mundial dos Movimentos Sociais que surgiu no I FSM de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, da Via Campesina), e de diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização – como os comitês da ATTAC e a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas européias de desempregados, o Jubileu sul, a Aliança Social Continental, a OCLAE, a campanha “50 Years is Enough!”, a Focus On The Global South, que desde o primeiro Fórum potencializam os encontros do FSM discutindo e aprovando documentos em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades. A força das assembleias e das declarações dessa Rede Mundial dos Movimentos Sociais tem sido tão expressiva e contundente que não raras vezes suas decisões são divulgadas pela imprensa e assumidas pelos próprios participantes do fórum como as “decisões” de cada fórum, causando um verdadeiro frisson entre os “horizontalistas”. Quanto à primeira polêmica, portanto, os “movimentistas” não temem que o fórum deixe de ser eminentemente um espaço de articulação caso algumas das decisões gestadas no seu interior se sobressaíam como unificadoras e mobilizadoras de ação do conjunto dos participantes e dos que tem no fórum uma referência. Pelo contrário, o fórum se fortalece quando transcende os cinco dias de encontro anual, definindo agendas e lutas prioritárias que o mantenham vivo no decorrer do ano no âmbito local, nacional e mundial.

Quanto à participação dos partidos é interessante notar não termos encontrado uma posição radicalizada quanto à importância da participação dos partidos. Encontramos uma posição muito mais flexível e ao mesmo tempo vacilante na hora de comprar esse debate. Encontramos no seio desse campo duas linhas de pensamento que apostam na importância dos partidos no processo FSM, sem, porém, comprar

o debate frontal para a garantia de sua participação. Segundo uma delas, sem o apoio decisivo do PT, por exemplo, como partido do governo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre não teria sido possível realizar o FSM com a ambição que o caracterizou desde o início. Seguindo essa linha de pensamento, Boaventura, em FSM – manual de uso (2005), considera que o problema da relação entre partidos e movimentos não pode ser resolvido em abstrato, as condições históricas e políticas variam de país para país e podem ditar respostas distintas em contextos diferentes, a relação entre partidos políticos (especialmente de esquerda) e o FSM continuará, portanto, a ser debatida nos diferentes países onde os fóruns tiverem lugar, não cabendo uma decisão generalizável.

Uma outra linha de pensamento, presente dentro do campo dos “movimentistas”, não defende a incorporação direta dos partidos como participantes ou organizadores do fórum, mas indireta, através da sua influência nas lutas em curso no movimento global e por intermédio da ação de seus militantes em diversas associações e organizações civis. Segundo os defensores dessa participação “indireta” dos partidos, existe hoje uma crise de representação política da esquerda que se manifesta tanto no fracasso de iniciativas internacionais como o Foro de São Paulo como na distância entre partidos e o novo movimento antiglobalização; mas, ao contrário do que pensam os “horizontalistas”, o próprio fórum pode contribuir para acelerar a recomposição política da esquerda em diferentes terrenos e superar a crise, essa tese é defendida no livro Fórum Social Mundial – a história de uma invenção política de José Corrêa Leite (2003). Uma terceira tendência que não pode ser chamada de linha ou campo propriamente presente no debate, por ter pouca produção concreta e pouco acesso aos fóruns decisórios do FSM, estaria principalmente sob a influência de organizações, movimentos, intelectuais influenciados por fortes partidos comunistas como da Índia, Cuba e Brasil, mas que além de terem pouca influência organizada, com exceção de Índia e Brasil por terem sido sede de edições do Fórum, não contam com a concordância de partidos comunistas importantes como da Grécia e de Portugal para levar adiante esse debate.

Por fim, quanto à terceira polêmica, os “movimentistas” são bem mais pessimistas ao avaliarem

a real mundialização do Fórum Social Mundial. Em especial pela escassa participação da África e da Ásia, mesmo no fórum em Mumbai a participação africana foi bastante baixa. O que se agrava ainda mais se tivermos em conta que a ausência de movimentos e de organizações desses continentes refletem-se em parte na ausência de temas e de debates especificamente adequados a suas realidades e relevantes para elas (Santos, 2005). Neste sentido o FSM de Mumbai (Índia 2004) foi um passo decisivo para a globalização do processo do FSM, mas muito ainda há por fazer.

O VI Fórum Social Mundial

Foi como resultado deste amplo debate, que permeou o processo de consolidação, expansão e crise de amadurecimento do FSM que se decidiu realizar a VI edição de forma policêntrica, ocorrendo no mesmo período em várias regiões do planeta. Mas como todo planejamento de largo porte corre seus riscos o que se delinea hoje é a ocorrência de dois eventos principais no período de janeiro de 2006 constituindo o VI FSM: o Fórum de Bamako em Mali (19 a 23 de janeiro) e o Fórum de Caracas na Venezuela (24 a 29 de janeiro). A Europa não será sede do FSM policêntrico, o Fórum Social Europeu ocorrerá em abril de 2006 na Grécia. Como consequência principalmente dos danos causados por um forte terremoto que vitimou o Paquistão em outubro desse ano, o capítulo asiático

do VI FSM que ocorreria entre 24 e 29 de janeiro na cidade de Karachi precisou ser adiado por dois meses. Em 2007 o FSM volta a ocorrer de forma centralizada, dessa vez em Nairobi, no Quênia. A escolha do continente africano para sediar o VII Fórum se deu como fruto da necessidade de mundialização do Fórum e com especial atenção ao continente ao mesmo tempo mais vitimado pela globalização neoliberal e menos participativo nos eventos antiglobalização, por uma série de motivos que infelizmente não podemos debater aqui.

Sem querer apontar previsões, mas observando as tendências em movimento, tudo indica que o Fórum de Caracas será a estrela do FSM 2006. A efervescência do movimento de resistência ao neoliberalismo, conjugada com uma série de vitórias populares nacionais indubitavelmente se encontra hoje na América Latina. O sucesso da Cumbre de los Pueblos durante a última cúpula de chefes de Estado das Américas em Mar del Plata na Argentina demonstrou a magnitude e a força do movimento que vem se consolidando na região. Tenho meus motivos para acreditar que o sucesso do Fórum em Caracas fortalecerá o campo dos "movimentistas", apontando rumos mais concretos para a luta antiimperialista da atualidade. Mas só a história nos dirá.

Ana Maria Prestes Rabelo é mestranda em Ciência Política pela UFMG e membro da Direção Nacional da UJS.

Nota

(1) Fórum Econômico Mundial que acontece todos os anos em Davos na Suíça, reunindo grandes chefes das finanças e da indústria mundial, há mais de trinta anos.

Referências

- LEITE, J. C. *Fórum Social Mundial – A história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SANTOS, B. S. *O Fórum Social Mundial – Manual de Uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- TADDEI, E. & SEOANE, J. (Org.) *Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- WHITAKER, F. *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

“Luzes e sombras” na América Latina



Chávez, Lula e Kirchner

Nosso subcontinente busca sua identidade e seus interesses em meio a ameaças, intimidações e intervenções

HAROLDO LIMA

Três aspectos se destacam no quadro latino-americano desse início do século XXI: um elenco de presidentes representativos de forças nacionais e democráticas, identificados aos olhos do povo como “de esquerda” e que tende a crescer; a formação de blocos voltados para organizar as necessidades do desenvolvimento e da integração continentais, dos quais o mais expressivo é o Mercosul; e um dispositivo militar americano grandemente fortalecido do ano 2000 para cá, acantonado em linhas estratégicas definidas segundo pontos vitais do continente. Para usar uma expressão de João Amazonas, são “luzes e sombras” que se espriam no início do século XXI por nossa Latino-América.

A geopolítica americana para a América Latina é definida pelo hegemonismo dos EUA. Sob a ótica imperialista-militar, o espaço físico ocupado pelos Estados Unidos no continente americano aponta o res-

tante do continente como área de interesse estratégico-militar, reserva territorial próxima que deve ser monitorada de perto. Sob a ótica imperialista-econômica o interesse estratégico vem, em primeiro lugar, da proximidade de riquezas naturais proeminentes, passíveis de serem exploradas e de se transformarem em reservas de longo prazo, destacadamente a Amazônia – a maior concentração de água doce em superfície do planeta e a maior floresta tropical do mundo; o Aquífero Guarani, centrado na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) – o maior manancial de água potável subterrânea da Terra; e reservas minerais variadas: petróleo (Colômbia, Venezuela, Equador), cobre (Chile), estanho (Bolívia), gás (Bolívia). A proteção de vastas propriedades americanas e empreendimentos espalhados por todos os países do hemisfério sinalizam outra razão do interesse americano por essas regiões.

Por isso a política americana para essa parte do mundo sempre foi de força e de intimidação, que

evoluía rapidamente para a intervenção militar ou a desestabilização de governos considerados hostis para serem substituídos por outros subalternos. No jargão chulo, os Estados Unidos têm essa parte latina da América como seu “quintal”, e em alguns momentos adotou posições simbólicas a respeito, como foi o caso da Doutrina Monroe, de 1820, que declarava ser “a América para os americanos”, ou a de Roosevelt, a do “Big Stick”, o “grande porrete”, de 1901 a 1909, que levou a inúmeras intervenções militares.

Pela mesma razão a América Latina também foi palco de diversas ditaduras implantadas pelos Estados Unidos, bafejadas como governos legítimos porque se prestavam a defender os interesses geopolíticos dos Estados Unidos, especialmente no período da Guerra Fria. Quando um país pequeno, Cuba, não se sujeitou ao Império, a retaliação passou a ser política perpétua, aparecendo sob a forma de vários atentados contra a vida de seu líder Fidel Castro e de um absurdo bloqueio comercial que já dura 47 anos, denunciado 14 vezes pela ONU, sem que os Estados Unidos tomem o menor conhecimento.

A despeito da presença ameaçadora, intervencionista e espoliadora dos Estados Unidos, há tempos a América Latina busca realçar sua identidade própria, em quadro de diversidades regionais e de luta de classes, e organizar a defesa de seus interesses. A luta pela independência do jugo colonial, que levou à constituição de Estados nacionais, foi marco importante nessa busca e foi quando apareceram líderes como Tupac Amaru, Simon Bolívar, José de San Martín, José Martí, José Bonifácio, entre outros que não só encabeçaram lutas pela independência como formularam as primeiras idéias sobre a identidade latino-americana e sobre objetivos políticos nacionais – como algumas expressas no famoso discurso de Bolívar no Congresso de Angostura, em 15 de fevereiro de 1819, quando dizia “mantenhamos presente que nosso povo não é nem europeu, nem norte-americano é antes composto de África e América” e que esse povo deve perseguir “a divisão dos Poderes, a Liberdade civil, a proscricção da escravidão, a abolição da monarquia e dos privilégios”.

A organização da defesa dos interesses nacionais, aduaneiros, de integração e de desenvolvimento econômico dá passos mais significativos a partir de meados do século XX. Registram-se nesse período iniciativas

propriamente latino-americanas que procuram se afirmar frente a outras articuladas pelos Estados Unidos, surgindo ainda entidades organizadas sob os auspícios da ONU. E assim aparecem, em fevereiro de 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), ligada à ONU; em maio do mesmo ano, no contexto da Guerra Fria e da estratégia americana de contenção do comunismo, a Organização dos Estados Americanos, OEA, que em 1962 expulsa Cuba de seus membros; em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que chegou a contar com onze países latino-americanos; em 1961, a Aliança para o Progresso, patrocinada e dirigida pelos Estados Unidos, em resposta à revolução cubana de 1959; em 1969, o Pacto Andino, que aglutinou seis países até 1973, quando o Chile se retira, depois do ditador Augusto Pinochet; em 1980, sucedendo à ALALC, a ALADI, Associação Latino Americana de Integração; e, finalmente, com a assinatura em 29 de março de 1991, do Tratado de Assunção, em 1991, foi constituído o Mercado Comum do Sul, o Mercosul, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. E a história passou a registrar fatos surpreendentes.

O Mercosul é uma iniciativa de formação de um bloco econômico regional de países que se dá quando o sistema capitalista mundial mostra uma tendência à criação desses blocos. Já havia o Pacto Andino, desde 1969; a União Européia (UE) aparece em 1992; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, o Nafta, também em 1992; e a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico, a APEC, em 1993.

O Mercosul é fruto de um trabalho desenvolvido há bastante tempo, que passou pelo Tratado da Bacia do Prata, em 1969, entre cinco países da região; por um Tratado sobre Aproveitamento dos Rios do Prata, em 1971; pelo próprio Tratado sobre Itaipu Binacional, em 1973; pela Declaração de Iguaçu, assinada pelos presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina, em novembro de 1985, sobre uso pacífico de energia nuclear; e pela “Ata de Integração Brasileiro-Americana”, assinada em 20 de julho de 1986, que evoluiu para o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, de 1988, destinado à abertura entre os mercados brasileiro e argentino, entre outros tratados. Superando dificuldades, o Mercosul encerrou seu “período de transição” em 1994, quando foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que lhe conferiu jurisdição internacional. O Mercosul avança em entendimentos para receber como membros

o Chile e a Bolívia e abre tratativas com o Pacto Andino com o mesmo objetivo. Na hipótese desses países virem a se incorporar ao Mercosul, já se fala na possibilidade disso dar surgimento a um novo bloco, o Amercosul. E o plano dos Estados Unidos era diferente.

O plano americano é o de criar outro bloco, a Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, no qual os Estados Unidos teriam papel decisivo. O projeto da Alca foi aprovado por 34 chefes de Estado das Américas, em reunião havida em Miami, em 1994. O projeto sinalizava o fim das articulações e início do funcionamento da Alca para 2005. Na continuidade, diversas reuniões ministeriais foram feitas, em diferentes países, sendo que, na VI Reunião ministerial, realizada em Buenos Aires, confirmou-se o término das negociações para 2005. A III Cúpula das Américas, realizada em Quebec, ainda em 2001, acertou que a Alca deveria “entrar em funcionamento até, no máximo, dezembro de 2005”. E dezembro passou.

Um “arco virtuoso” se formou na América do Sul

No exame dos fatores que impediram a Alca de cumprir seu cronograma e, mais que isto, que a levaram à sua atual situação de quase desarticulação, pesou muito a posição assumida pelo governo do presidente Lula no Brasil de cautela em face da Alca; e de rediscussão de seus objetivos e métodos e de incremento do Mercosul. Sem o Brasil integrado na consecução da Alca não foi possível mantê-la, pelo menos com seus planos iniciais. Além do mais, alterou-se substancialmente o quadro político da América Latina. O “quintal” deixou de o ser.

A vitória de Lula em 2002 levou a uma inflexão política na América Latina, em particular na América do Sul. Logo no início, quando forças pró-americanas procuravam desestabilizar Hugo Chávez na Venezuela, o presidente brasileiro movimentou-se hábil e eficazmente em sua defesa. Manteve-se próximo de Cuba. Segurou com força a bandeira da integração física latino-americana e da consolidação do Mercosul.

Modificações na situação de outros países fizeram surgir um cenário novo nessa parte do mundo, retratado por recente apreciação do ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Reinaldo Gargano, ao dizer que, por aqui, “há hoje um arco virtuoso com

Lagos no Chile, Kirchman na Argentina, Lula no Brasil, Vasquez no Uruguai e Chávez na Venezuela”. Dito cenário sofrerá modificações importantes em curto prazo, já que a América Latina passará, de dezembro de 2005 a dezembro de 2006, por 12 eleições presidenciais e 13 eleições legislativas. Levando-se em conta probabilidades diferenciadas e riscos de erros inevitáveis aceita-se que candidatos à esquerda poderão ser eleitos no Chile, Bolívia, Nicarágua, Brasil, México e talvez mais, o que aumentaria o “arco virtuoso” de que falou o ministro uruguaio. Naturalmente esta perspectiva não agrada aos Estados Unidos, que vêm adotando medidas em outra direção.

Que pretende um país que monta vinte bases militares na América Latina?

Tomando por referência o ano 2000, registra-se grande e crescente presença militar americana na América Latina, especialmente na América do Sul. No próprio ano 2000, foi aprovada no Legislativo e sancionada pelo presidente Clinton a Lei 106/246, que trata do Plano Colômbia. Na sua concretização, foram construídos na Colômbia três bases militares, Três Esquinas, Larândia e Porto Lequízamo. Para garantir corredores aéreos, foram implantadas mais três: Manta, no Equador; Hato, em Curaçao; e Rainha Beatriz em Aruba. Outras duas bases serviam para ampliar o sistema, Iquitos e Nanay, no Peru. E uma Escola de Selva funciona em El Coca, no Equador.

Além dessas bases, vinculadas ao Plano Colômbia, mais três funcionam, há mais tempo, em Vieques, Porto Rico; em Soto do Cano, Honduras; e em Guantânamo, Cuba.

Os Estados Unidos não escondem sua disposição de construir mais bases, uma em El Salvador; outra na Patagônia, Argentina; uma em Alcântara, Brasil; outra na região do rio Itomanas, Bolívia; e finalmente na região do Chaco, Paraguai. Há menos de dois meses noticiou-se a presença de “soldados americanos”, desenvolvendo “missões humanitárias” e “treinando paraguaios”, na “Base Mariscal Estigarilla”, no Chaco, Paraguai. Seriam quatrocentos militares “humanitários”.

Computando-se bases menores, como a de Costa Rica, bases aéreas e instalações de radar, os estudos registram a existência hoje, na América Latina, de mais de 20 guarnições militares americanas, a maioria na América do Sul!

A disposição das bases, existentes e planejadas, obedece a três grandes eixos: do Plano Colômbia, da Tríplice Fronteira e da Patagônia. O Plano Colômbia aponta para a região setentrional da América do Sul, onde está a Amazônia e a Venezuela. Aí, a estratégia americana é de intimidação, intervenção e ocupação. É a região onde os Estados Unidos depositam seu maior interesse, onde estão a Amazônia e a Venezuela. A Tríplice Fronteira responde pela parte central da América do Sul e a Patagônia completa o cerco no extremo do continente, defronte da Antártida. A existência do citado "arco virtuoso" tem impedido os Estados Unidos de implantarem suas pretendidas bases de Alcântara, no Brasil, e da Patagônia, na Argentina.

Grandes desafios

Os destinos do governo Lula e o resultado das eleições de 2006, no Brasil, são problemas cruciais, do ponto de vista de quem quer resistir aos planos geoestratégicos dos Estados Unidos para a América Latina. Isto porque, a chegada de Lula ao posto de primeiro mandatário brasileiro em muito contribuiu, e às vezes foi decisiva, para a constituição do "arco virtuoso" de que falou Gargano. Ao revés, um eventual afastamento de Lula da presidência, ou a substituição das forças que hoje compõem o governo brasileiro por outras submissas ao pensamento americano, seguramente precipitaria o esfacelamento do dito "arco", abrindo espaço para o avanço dos planos imperiais americanos na América do Sul.

Lamentavelmente, o governo Lula, no que diz respeito à política macroeconômica que executa, a despeito de diferenças, continua no fundamental como o governo anterior, contendo o desenvolvimento nacional, como interessa ao mundo financeiro. Em estratos da população, há uma sensação de frustração, ante um governo que não mudou como prometera e que se enredou em uma crise que causa perplexidade, na qual a velha direita entreguista e corrupta se veste de farisaísmo ético e passa à ofensiva, planejando retomar a plenitude do poder. O próprio presidente por vezes repete que não haverá mudança na frente econômica, o que torna mais oneroso o apoio que lhe dão as forças progressistas mais conseqüentes. Mas essas forças, justamente por serem mais conseqüentes, não podem deixar de avaliar o quadro geoestratégico que nos

rodeia, prenhes de "luzes e sombras".

No tratamento dessas questões de fundo a própria esquerda brasileira debate seus caminhos. Teme ser tida como incapaz de cumprir, quando governa, o que prometera para governar e, mais ainda, de ser considerada incompetente, continuísta e corrupta. O dramático é que a história da esquerda no Brasil e no mundo é bem outra, de bravura, competência, honestidade, simplicidade e sacrifício.

Mas o contencioso está aí, alimentado por desacertos nas bases governistas e potencializado pelo controle direitista da grande mídia. Predomina na esquerda a compreensão dos problemas e o posicionamento correto ante o conflito político em curso. Mas, ante o risco de perder bandeiras e de ficar desacreditada frente ao povo, vê-se dispersão, indisciplina, desnorteamento e defecção. É a crise, atingindo a esquerda.

Nesses momentos, a esquerda mais conseqüente, com os comunistas, os políticos progressistas, as lideranças trabalhadoras, os estudantes, a juventude e os intelectuais na linha de frente, não pode perder o rumo. Nem perder de vista as funestas conseqüências estratégicas que advirão de acontecimentos para os quais ela não pode contribuir, tipo a derrota da esquerda nas eleições de 2006. Tal se dando, poderia sucumbir, ou ser gravemente enfraquecido, o surto da esquerda nesse continente. O Império entraria em êxtase.

Além do mais, no Brasil, voltariam as forças que aqui impuseram a "privatização", suspensa no governo Lula. Seria reaquecida a lista que já estava pronta das empresas privatizáveis: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Furnas, CHESF, Tucuruí e, por que não, a Petrobras.

A esquerda deve continuar pelejando por mudanças na política econômica de talhe neoliberal. Deve ser rigorosa com os que cometeram erros. Mas nada disso justifica, nem agora, nem perante o futuro, que ela faça o jogo estratégico do Império, e da direita brasileira, dispersando seus esforços e dividindo suas fileiras, acentuando contradições, deixando de contribuir, mesmo quando problemas existem, para a vitória da primeira experiência de participação da esquerda de extração popular no governo de nosso país.

Haroldo Lima é diretor da ANP e membro do Comitê Central do PCdoB.

A criação do pequeno produtor de petróleo e gás natural no Brasil

Espera-se romper a inércia e atingir o desenvolvimento auto-sustentado a partir de investimentos no rentável setor de produção de petróleo e gás natural

NEWTON REIS MONTEIRO

Quando se fala em produção de petróleo e gás no Brasil é quase certo que estamos nos referindo às atividades desenvolvidas em águas profundas no litoral de Campos, no Rio de Janeiro, principal cenário de atuação da Petrobras e de um pequeno número de companhias multinacionais de petróleo.

A necessidade do país de dispor de reservas e produção de petróleo compatíveis com o seu estágio de desenvolvimento levou a Petrobras a intensificar seus esforços na exploração marítima tendo em vista que, desde o início dessa atividade, no final da década de 1960, as reservas apropriadas e a produtividade dos poços no mar se mostraram consideravelmente maiores do que as até então descobertas em terra.

Em 25 anos de atividades focalizadas para as

áreas marítimas foram apropriadas reservas de petróleo e gás natural cerca de 14 vezes maiores do que as encontradas em mais de 60 anos de prospecção em terra. Salientamos que os campos terrestres representando cerca de 67% do total de campos produtores do país contêm atualmente menos de 10% das reservas brasileiras. Em termos de produção de petróleo os campos marítimos contribuem com aproximadamente 87 % da produção nacional através de 9% dos poços produtores do País.

Esses indicadores, por um lado, mostram o acerto da decisão da Petrobras em optar pela exploração e produção de petróleo e gás natural nas áreas marítimas e principalmente no prolífico litoral do estado do Rio de Janeiro.

Por outro, a maior parcela da produção mundial de petróleo e gás ainda é proveniente de reservas apropriadas em terra, em áreas denominadas, no jargão técnico, como bacias sedimentares terrestres. Nesse particular basta lembrar que os maiores produtores mundiais de petróleo estão localizados no Oriente Médio, Rússia, China, Indonésia e Norte da África.

No continente americano, o Canadá é um importante exemplo de país produtor e exportador de petróleo e gás com quase toda sua produção proveniente de campos terrestres.

É interessante ressaltar que até o início da década de 1980, a atividade petrolífera no Brasil estava concentrada nas operações de exploração e produção terrestres em regiões localizadas em Bahia, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Ceará.

Todavia as limitações estruturais e financeiras da Petrobras não permitiram a aplicação de esforço na mesma intensidade do exercido na operação marítima para a prospecção e desenvolvimento das nossas bacias terrestres, embora estas, em área, correspondam a 75% das bacias potencialmente produtoras do Brasil.

Atenta à necessidade de atuação mais focalizada nas bacias terrestres e de águas rasas a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no cumprimento de suas atribuições de regulamentação e fomento da indústria, e em prol do interesse público, deflagrou um processo de incentivo à implantação, no País, do segmento de produtores de petróleo e gás de médio e pequeno porte, comumente denominado de produtores independentes.

Essas novas empresas terão seu principal foco de

atuação nessas bacias, que já não constituem o objetivo principal da Petrobras e das demais grandes companhias integradas de petróleo, mas que ainda podem significar geração de riqueza e incorporação ao mercado de trabalho de boa parte das populações locais.

Dessa iniciativa fazem parte o investimento da ANP para aquisição de novos dados de geologia e geofísica em bacias terrestres praticamente inexploradas e a redução do tamanho dos blocos oferecidos na licitação para exploração em antigas áreas produtoras já intensamente trabalhadas, denominadas bacias maduras, o que facilita a atuação dessas empresas.

Inicialmente a ANP considerou que a disponibilização de pequenos blocos exploratórios dentro daquelas bacias maduras seria atrativo suficiente para a atração da pequena e média empresa brasileira para fazer parte desse negócio. Entretanto tal procedimento não logrou resultado em função da percepção de risco por companhias fora do setor ser muito diferente daquelas já familiarizadas com a exploração e produção do petróleo.

Dessa forma, embora esse procedimento simplificado tenha sido adotado em duas licitações, não houve a resposta esperada sendo essas áreas em sua maioria adquiridas pela própria Petrobras diretamente ou em associação com empresas estrangeiras de países em que ela tem algum interesse estratégico ou comercial. Ficou assim desvirtuado o processo.

Também devemos destacar que dentro desses blocos exploratórios foram incluídos vários pequenos campos de petróleo que, por razões técnicas ou econômicas, haviam sido devolvidos pela Petrobras à ANP. A razão da inclusão de tais acumulações petrolíferas dentro de blocos exploratórios partiu do conceito de que a sua presença serviria de incentivo à prospecção, diminuindo o risco da existência de petróleo e/ou gás naquelas áreas.

Esse procedimento se revelou apenas parcialmente correto. Nenhuma das empresas que adquiriram – nas seis licitações efetivadas pela ANP –, blocos contendo tais acumulações petrolíferas economicamente marginais se interessou pela reavaliação e o retorno à produção desses antigos campos. Como mencionamos anteriormente, esses blocos haviam sido adquiridos pela Petrobras ou por empresas com algum tipo de relacionamento comercial com a Petrobras, incluindo empresas estrangeiras e nacionais, significando que

para o porte dessas empresas esses campos continuariam sendo sempre economicamente marginais.

Ao estudarmos o exemplo norte-americano e canadense onde acumulações marginais do porte das incluídas nos nossos blocos exploratórios são operadas e produzidas por milhares de pequenos e médios produtores independentes tornou-se evidente que teríamos de mudar os procedimentos da licitação se quiséssemos atrair o pequeno e médio empresário nacional.

A simples idéia de oferecer para licitação "campos de petróleo" teria um desgaste político muito grande para a ANP em face da possibilidade de tal fato poder ser facilmente distorcido por eventuais adversários do processo. De nada adiantaria a informação de que se estava tratando de antigos campos que no passado foram operados e abandonados pela Petrobras já há alguns anos. Alguns meses foram necessários para a discussão e definição de uma forma que pudesse ser considerada correta para o tratamento da questão política, haja vista que em relação ao seu aspecto estratégico para desenvolvimento de regiões carentes do Brasil e geração de empregos não existiam questionamentos.

Numa outra frente, esta interna, se discutia a implementação de um processo licitatório separado do processo adotado para as áreas exploratórias e já consolidado com muito sucesso em seis licitações consecutivas. Essa discussão também levou alguns meses até que se conseguisse demonstrar que os processos tinham características diferentes.

Ao se licitar um bloco exploratório estamos nos referindo à capacidade do licitante de, com as informações geológicas e geofísicas disponíveis e com a sua própria interpretação, considerar a existência de petróleo e/ou gás no bloco em análise e, em caso positivo, em condições de volume, localização e disponibilidade tecnológica, que façam tal empreitada ser economicamente atrativa. Mas quando se trata de acumulações petrolíferas já descobertas o processo é definir, com as informações históricas do campo, quanto petróleo e/ou gás natural ainda existe neles e qual o processo a ser adotado para sua recuperação econômica. Tal procedimento tem um grau de interpretação muito menor do que o exigido para blocos exploratórios levando a análises muito semelhantes entre o ofertante e o licitante. Nesse tipo de negócio o diferencial está na tecnologia de produção a ser empregada.

O processo interno convergiu para a adoção de uma licitação separada dos blocos exploratórios adotando porém os mesmos critérios de um processo público, transparente e aderente às normas e regulamentos existentes.

Foi então iniciado o processo que levou à inclusão, na 7ª Licitação da ANP –realizada em outubro passado –, de áreas contendo acumulações marginais inativas; em outras palavras: estávamos licitando áreas contendo antigos campos de petróleo e gás natural que haviam sido abandonados pela Petrobras por razões econômicas e posteriormente devolvidos para a ANP.

O problema seguinte foi definir o que ofertar tendo em vista que o objetivo era atrair empresas nacionais de outras atividades para entrarem num segmento que, no Brasil, é dominado pela Petrobras e por um pequeno número de empresas a ela associadas.

A seleção de campos para oferta nesse primeiro momento precisava ser feita de tal forma a não acarretar ao licitante vencedor nenhum problema quanto à disponibilidade de infra-estrutura de produção e processamento de fluidos e à ausência de impedimentos de natureza ambientais. Desse modo foram selecionados campos marginais situados na Bahia e em Sergipe, nos quais a produção da Petrobras encontra-se em declínio há já vários anos e, portanto, existe disponibilidade na infra-estrutura de produção para a entrada de novos produtores sem que isso cause qualquer impacto na operação da Petrobras e suas associadas.

Após a análise desses e de outros parâmetros complementares foram ofertadas onze áreas na Bahia e seis em Sergipe contendo campos marginais desativados pela Petrobras. Todos eles foram devolvidos para a ANP por serem considerados antieconômicos para uma empresa do porte da Petrobras, que considerou nulas as reservas daquelas acumulações.

Todavia, pelo nosso entendimento, os pequenos produtores desonerados do custo da atividade exploratória e com a capacidade de operar com custos reduzidos poderão se beneficiar desses recursos da União. Estima-se, com base na experiência canadense, que para os pequenos produtores esses campos marginais desativados possam representar uma reserva de 725 mil barris de petróleo e de 37 milhões de m³ de gás natural.

Levando em consideração as características dos campos marginais ofertados alterou-se a duração do contrato de concessão estabelecendo-se um período

de dois anos para a avaliação da área pela empresa, ao fim do qual caso a empresa se decida pelo prosseguimento das operações terá um período de quinze anos para produção. Adicionalmente, na linha do procedimento internacional para campos marginais, adotou-se o "royalty" mínimo definido na legislação, 5% como tratamento diferenciado ao pequeno produtor.

Um outro parâmetro introduzido em função das características desse processo licitatório foi o critério de avaliação das ofertas na Licitação. Ao invés de se priorizar o chamado "bônus de assinatura", comum nos processos licitatórios de blocos exploratórios, tendo em vista o caráter marginal desses campos, resolveu-se priorizar um programa de trabalho a ser ofertado pelo licitante a partir de uma lista de atividades definidas pela ANP em função das especificidades de cada campo. Esse programa de trabalho ofertado pelo licitante entraria com um peso de 75% no julgamento das ofertas.

Complementarmente exigiu-se um conteúdo local mínimo de 70% na execução das atividades que, pelas características do mercado brasileiro e a existência de um forte parque industrial, pode ser cumprido com um mínimo de esforço.

Embora esses incentivos de natureza contratual representassem um forte atrativo para o interesse desses novos atores, um outro fator, em nossa opinião, foi fundamental para que o processo culminasse com um interesse tão grande: a facilidade de acesso a todas as informações existentes na ANP sobre esses campos. Informações de natureza geológica, de perfuração e produção dos poços e de logística da área foram organizadas em "data room" onde foram analisadas, num período de tempo adequado, pelas empresas interessadas e seus consultores mediante o pagamento de uma taxa simbólica. É importante ressaltar que no processo licitatório de blocos exploratórios um dos fatores que mais oneram o licitante é a compra dos pacotes de informações no Banco de Dados da ANP.

Após a aprovação formal pelo Ministério de Minas e Energia e posteriormente pelo Conselho Nacional de Política Energética o processo foi finalmente divulgado.

Como resultado tivemos manifestação de interesse de 103 empresas das mais diferentes atividades e após a submissão aos critérios exigidos pela Comissão Especial de Licitação da ANP oitenta e três empresas foram habilitadas para participar da Licitação.

Paralelamente ao lançamento desse projeto, um outro problema teria também de ser resolvido simultaneamente: a necessidade de implementar um programa de treinamento específico para o pessoal técnico dessas novas empresas em escopo e profundidade adequados à atuação do pequeno produtor de petróleo independente.

Essa espécie de treinamento inexistia no Brasil. E o treinamento realizado pela Petrobras para seus próprios empregados, de inquestionável nível de excelência, não é apropriado para o pequeno produtor de campos marginais. Para essa atividade há o requisito de um profissional de perfil mais generalista em contraposição ao perfil especialista adotado por todas as grandes empresas petrolíferas, entre elas a Petrobras.

Buscando uma solução adequada para essa questão e também visando desonerar a pequena e média empresa do custo de formação dessa mão-de-obra especializada, a ANP em 2003 criou, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (Ufba), o Projeto Campo-Escola, iniciativa pioneira na América Latina.

Para esse projeto, um antigo campo de petróleo abandonado pela Petrobras por razões econômicas foi re-estudado e colocado novamente em produção através de um convênio entre a ANP e a Ufba.

A operação desse campo teve por objetivo demonstrar que, pequenas acumulações de petróleo ou gás natural operado sob a ótica de um pequeno produtor de petróleo podem se constituir numa atividade economicamente lucrativa. De fato esse projeto foi instalado com despesas iniciais de menos de R\$ 300 mil e ao longo de aproximadamente 20 meses de operação já produziu cerca de 10 mil bbl de petróleo. A receita proveniente da comercialização desse petróleo pagou todas as despesas do projeto sendo o lucro integralmente reinvestido no projeto.

Além do objetivo de servir de demonstração e campo de provas para empresas que pretendem atuar no segmento de produção de petróleo, o projeto tem seu ponto forte no treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico para essas empresas. O projeto atualmente está formando a 1ª turma de profissionais técnicos especializados na gestão e operação de pequenos campos marginais de petróleo e gás levando sempre em consideração o aspecto comercial da atividade.

Durante o período de habilitação e análise de informações, um grande número de empresas visitou as

instalações do Campo-Escola e discutiu diversos aspectos de sua instalação e operação colhendo valiosos subsídios para a elaboração de sua oferta na 7ª Licitação.

Não nos estenderemos em comentar o resultado da 7ª Licitação haja vista ter tido grande divulgação pelos canais especializados, porém alguns pontos merecem ser lembrados.

Das 83 empresas habilitadas para a licitação, mais de 50 fizeram ofertas e ao final do processo dos 17 campos ofertados, 16 foram arrematados. A dis-

puta por alguns campos foi bastante acirrada sendo que em dois casos 21 empresas apresentaram ofertas.

Acreditamos que o processo ora iniciado esteja indo na direção pretendida uma vez que todas as companhias vencedoras são empresas brasileiras, de pequeno e médio porte, e treze delas são empresas de outras atividades que decidiram entrar no ramo de produção de petróleo.

Em termos de resultados para a União, arrecadou-se cerca de três milhões de dólares em bônus de

A vez dos pequenos e médios

HAROLDO LIMA

A VII Rodada de Licitações de blocos de petróleo, há pouco realizada pela ANP seguindo as diretrizes gerais do Conselho Nacional de Política Energética, do Governo Federal, não só resultou em números bem mais significativos do que as Rodadas anteriores, como introduziu no setor de Exploração e Produção de petróleo e gás no Brasil, dados novos de grande importância. A revista *Brasil Energia*, em seu número 300, de novembro de 2005, percebeu e retratou a mudança introduzida pela VII Rodada, especificando no texto de sua matéria de capa: "depois de seis licitações de blocos exploratórios voltadas prioritariamente para as grandes companhias, o Brasil assegurou, pela primeira vez (grifo nosso), com a VII da ANP, em outubro, um lugar de destaque para as pequenas e médias empresas no cenário do petróleo no país". (p. 52)

Este resultado é fruto de trabalho laborioso, pelo qual a ANP procurou formatar um leilão, de tal maneira que houvesse um espaço específico, através do qual o pequeno e médio empresário brasileiro pudesse abordar sem riscos desnecessários a atividade de produzir petróleo. Esse esforço já tinha sido feito na VI Rodada, há um ano, mas sem sucesso. Foi para essa sétima rodada que a ANP cunhou uma forma do leilão em duas partes. Uma para blocos com risco exploratório, outra para leilão de áreas onde existiam poços desativados, com acumulações marginais de petróleo, sem risco exploratório. Estava aberta a possibilidade de o pequeno e médio poder produzir petróleo no Brasil, e de surgir – quem sabe, mais à frente – um setor empresarial novo no país, o dos pequenos e médios produtores de petróleo.

A resposta do empresariado brasileiro a este novo desafio foi bastante animadora, 103 empresas mobiliza-

ram-se para o leilão, 83 conseguiram se habilitar, todas brasileiras, como está bem relatado na matéria do diretor Newton Monteiro, primeiro defensor dessas idéias na ANP, escrita para a *Princípios*.

O potencial econômico e social da eventual produção desse setor é grande – como demonstram as referências na matéria do diretor Newton –, de situações de países como os Estados Unidos, que não prescindem da presença dos pequenos e médios, ao lado dos grandes, na produção de petróleo. Seria estranho se o Brasil, nesse setor, ficasse restrito às grandes empresas, mesmo que a mais presente delas seja a Petrobras.

Coincidentemente, também na parte do leilão onde foram apresentados blocos com risco exploratório, pequenas e novatas tiveram bom desempenho, (pequenas, bem entendido, na área de exploração), em um leilão onde algumas das maiores do mundo não compareceram. Os resultados finais foram surpreendentes: mais de 20% dos 1.134 blocos apresentados foram arrematados, enquanto no leilão passado essa média foi de 16%; em Bônus de Assinatura foram recolhidos, nas duas partes do leilão, R\$1,088 bilhão, enquanto no ano passado o recorde estabelecido foi de pouco mais de R\$600 milhões; o número de blocos terrestres arrematados foi quase 500% maior que o de blocos marítimos, (210 a 41), enquanto na VI Rodada foi de cerca de 20% maior e na V foi 400% menor.

Como das outras vezes, a Petrobras foi quem se saiu melhor do leilão, tendo arrematado 96 das 109 áreas que pleiteou.

Ficou da VII Rodada a idéia na ANP de se promover, dentro de 5/6 meses, novo leilão, específico para áreas inativas com acumulações marginais. Novas oportunidades para pequenos e médios.

Haroldo Lima é Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

assinatura e mais de 20 milhões de dólares em comprometimento de investimentos, a serem executados num período máximo de dois anos, em campos marginais abandonados e situados em áreas carentes da Bahia e de Sergipe.

Um parâmetro importante, porém de difícil quantificação, é a estimativa do número de empregos que possa vir a ser gerado diretamente em função da reativação desses dezesseis campos. Estatisticamente, em função dos programas de trabalho ofertados e do número de poços existentes nos campos – mais de 130 –, estima-se a geração de cerca de 300 empregos diretos e de caráter permanente. Além disso, a implementação dessas atividades traz a necessidade de implementação de uma estrutura de serviços que afetarão positivamente a oferta de novos empregos e a economia dessas regiões.

O aparente sucesso desse programa de criação do pequeno produtor de petróleo independente provocou uma movimentação muito grande nos meios empresariais, gerando inclusive grande expectativa quanto ao aparecimento de novas oportunidades nessa área.

A ANP, ciente da importância de manter aceso esse interesse, já está analisando a possibilidade de lançar uma nova licitação para o primeiro semestre de 2006, dependendo da análise da carteira de campos marginais ainda em disponibilidade.

Uma vez mais é importante lembrar que os campos marginais desenvolvidos pela Petrobras à ANP não têm a mesma atratividade econômica que os campos marginais ainda em poder da Petrobras. Porém essa é uma outra história.

O pequeno produtor de petróleo independente trabalha sobre projetos de baixo risco, porém de baixo prêmio em termos de retorno financeiro. Por conseguinte necessita da existência de novas oportunidades de negócio.

No Canadá, para manter a atividade dessas empresas, o Departamento de Energia da província de Alberta promove 24 licitações por ano de áreas para exploração e produção e a indústria pode nomear áreas de seu interesse. O pequeno tamanho dos blocos propicia a atuação de pequenas companhias que não podem suportar a aquisição de grandes blocos. Como resultado dessa política, em Alberta atualmente existem 600 pequenos e médios produtores de petróleo.

Pretende-se promover, em áreas carentes do Brasil, um desenvolvimento comparado ao obtido na província de Alberta, quando as grandes companhias integradas de petróleo cederam espaço para a implantação de mais de 1500 pequenas empresas independentes de petróleo e gás.

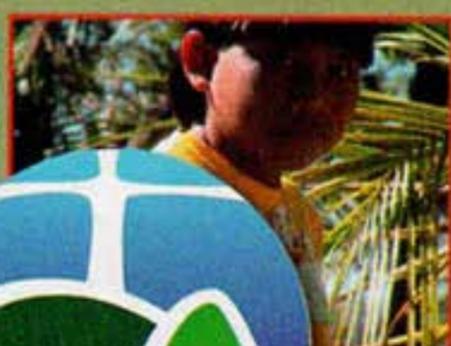
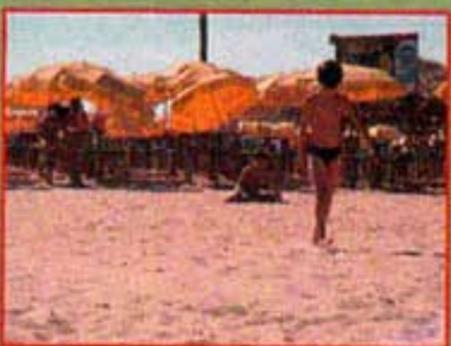
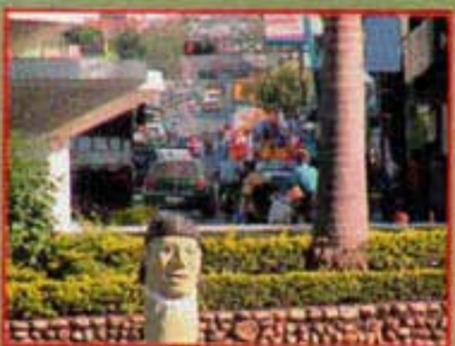
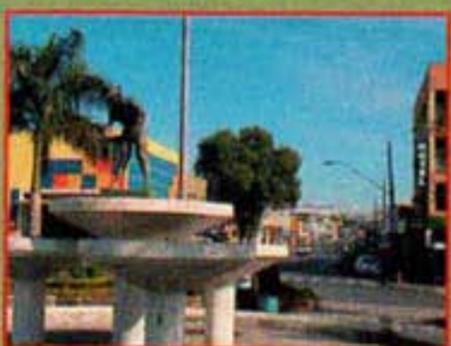
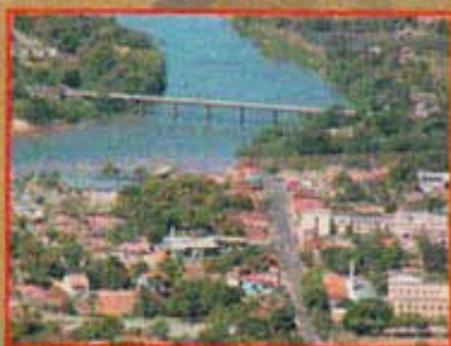
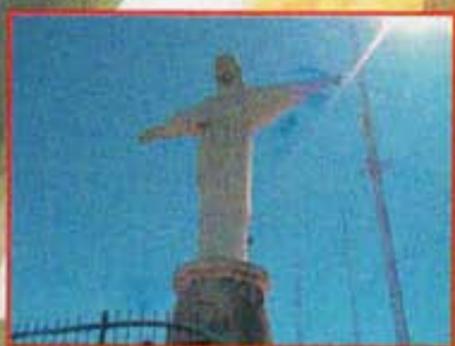
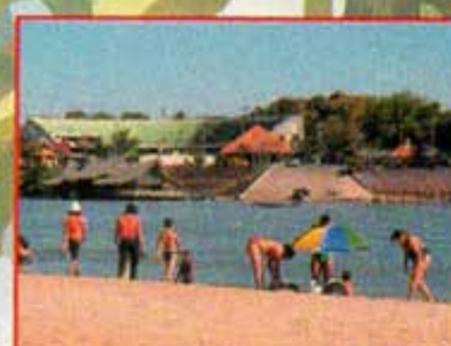
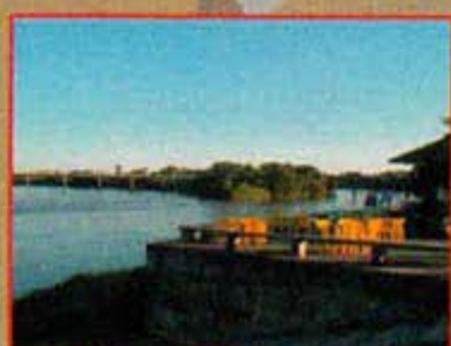
Em longo prazo, espera-se romper a inércia que impede o desenvolvimento e aplicação de recursos em áreas mais carentes do país e atingir uma situação de desenvolvimento auto-sustentado a partir de investimentos realizados no rentável setor de produção de petróleo e gás natural.

Newton Reis Monteiro é Diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).



Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)
Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira
Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Aloísio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, Elias Jabbour, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.
Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, João Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Domenico Losurdo, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Oílval Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino
Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Elias Jabbour – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Projeto Gráfico: Laércio D' Angelo Ribeiro
Diretor de Produção e Comercial: Divo Guísoni
Administração: Zandra de Fátima Baptista
Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros
Editoração Eletrônica: Marco Godoy
PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP Tel.: (011) 3266-4312 – anita.garibaldi@uol.com.br
 A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
PONTOS DE VENDA - SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estádio:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Sílvio Romero:** Pça. Sílvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone 241-4450. **BAHIA:** Rua do Saleté, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRÁSILIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Batazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq. c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/1A, 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittercurt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonex 465-5919; Shopping Tacaruna: fonex 421-8480 e Shopping Guararapes: fonex 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-8667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonex 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Tadeu Wagner dos Santos / fone (21) 2569-5342. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçada:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça. Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins II, 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPIITO:** Rua Alcante, 376 - fone 712-2479.

Barra do Garças te espera de braços abertos



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica
e cultural te esperam no coração do Brasil.
Venha desfrutar de nossas maravilhas.
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.



Barra do Garças
Bela e Melhor Para Todos
PREFEITURA MUNICIPAL

WALT WHITMAN

Canto de mim mesmo

*Walt Whitman, um cosmos, filho de Manhattan,
Turbulento, carnal, sensual, que come, bebe e procria,
Não um sentimental, não um espectador acima dos homens
e mulheres ou afastados deles (...)*

*Pronuncio a primitiva senha, dou o sinal da democracia,
Por Deus! Não aceitarei coisa alguma de que os outros
não possam ter a contrapartida nos mesmos termos.*

*Através de mim muitas vozes há muito emudecidas,
Vozes de uma geração interminável de prisioneiros e escravos,
Vozes de doentes e desesperados, de gatunos e anões,
Vozes de ciclos de preparação e desenvolvimento,
E dos fios que ligam as estrelas, e dos úteros e da seiva paterna,
E dos direitos daqueles que outros tratam com dureza,
Dos deformados, insignificantes, simples, idiotas, desprezados,
Névoa no ar, escaravelhos que rolam bolas de excremento.*

*Através de mim, as vozes proibidas,
Vozes de sexos e luxúrias, vozes veladas a que retiro o véu,
Vozes indecentes, purificadas e transfiguradas por mim. (...)*

(In *Folhas de Erva*; Tradução: Maria de Lourdes Guimarães)

Walt Whitman nasceu em 1819 e morreu em 1892. Em 2005 se comemorou o sesquicentenário da primeira edição de *Folhas de Erva* (*Leaves of Grass*) que, ao longo da vida do poeta, foi sendo enriquecida. Para Harold Bloom, Whitman é “o maior artista que seu país (os Estados Unidos) já produziu – o pai e a mãe de sua imaginação”.

